

THAIS JERONIMO SVICERO

**CONSTRUINDO UM LUGAR NA HISTÓRIA:
O arquivo pessoal de João Antônio (1937-1996)**

**ASSIS
2012**

THAIS JERONIMO SVICERO

**CONSTRUINDO UM LUGAR NA HISTÓRIA:
O arquivo pessoal de João Antônio (1937-1996)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de conhecimento: História e Sociedade)

Orientadora: Dra. Célia Reis Camargo

**ASSIS
2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Svicero, Thais Jeronimo

S969c Construindo um lugar na história: o arquivo pessoal de
João Antônio (1937-1996) / Thais Jeronimo Svicero. Assis,
2012
106 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientadora: Dr^a Célia Reis Camargo

1. João Antônio, 1937-1996. 2. Autobiografia. 3. História.
4. Arquivos e arquivamento (Documentos).

I. Título

CDD 025.171

THAIS JERONIMO SVICERO

**CONSTRUINDO UM LUGAR NA HISTÓRIA:
O arquivo pessoal de João Antônio (1937-1996)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Data da Aprovação: ____ / ____ / ____

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente: DRA. CÉLIA REIS CAMARGO – UNESP/Assis

DRA. ANA MARIA DOMINGUES DE OLIVEIRA – UNESP/Assis

DRA. SONIA MARIA TROITIÑO RODRIGUEZ – UNESP/Marília

Dedico este trabalho aos meus pais Ademir e Marcia, e ao meu irmão, Denis, pessoas tão importantes em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta pesquisa tive a felicidade de contar com o apoio e a contribuição de pessoas muito queridas.

Primeiramente, gostaria de agradecer imensamente a minha família que com seu amor, carinho e apoio incondicional proporcionou a realização de alguns de meus sonhos.

A Meus Mestres pelo carinho e influência durante minha trajetória acadêmica.

Especialmente à minha orientadora Célia Reis Camargo pelo imenso carinho, confiança, paciência e presteza no auxílio às discussões sobre esta dissertação.

Ao Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa/CEDAP, que me proporcionou o gosto pelo trabalho com os arquivos. Especialmente a Isabel Mano Neme pelas longas conversas e indagações sobre a vida acadêmica.

Às Professoras Ana Maria Martinez Corrêa e Ana Maria Domingues de Oliveira pelas esclarecedoras contribuições propostas no exame de qualificação.

Aos Professores, Tania Celestino de Macêdo, João Luis Cardoso Tápias Ceccantini e Ana Maria Domingues de Oliveira pelas entrevistas que foram concedidas gentilmente e contribuíram para o objetivo proposto desde o início desta pesquisa.

Aos meus queridos amigos de graduação que tornaram esta caminhada acadêmica muito mais prazerosa, dividindo tantas angústias e inquietações: Letícia Ferreira, Amanda Giacon Parra, Ana Paula Giavara, Glauco Costa, Danilo Alves Bezerra, Caio Butarello, Germano Esteves e Bruno Muneratto. E aos amigos de pós-graduação que em tantas ocasiões contribuíram para o enriquecimento deste trabalho como: Fabio Luiz Tavares, William Cavaliari, Edson Holtz e Pâmela Michelette.

Além disso, não poderia deixar de agradecer aos amigos que tornaram meus últimos anos em Assis mais divertidos e alegres: Carolina Castro Pavão, Paulo Mendes Coelho, Isabela Ghadban de Freitas Standoli, Sergio Standoli, Monique Martins Mendes, Adriano Marquine Martins “Guma”, Natália Ferreira Camargo e a minha pititica Isabela Soares de Camargo.

Por final, agradeço também a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo /FAPESP pelo apoio financeiro concedido para a plena realização deste trabalho.

SVICERO, Thais Jeronimo. *Construindo um lugar na história: o arquivo pessoal de João Antônio (1937-1996)*. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

RESUMO

O acervo do escritor João Antônio encontra-se na Faculdade de Ciências e Letras de Assis/Unesp e pode ser considerado bastante heterogêneo, pois nele se encontram correspondências pessoais, agendas, fotos, contratos de trabalho com editoras, coleções de revistas, recortes de periódicos relacionados ao autor e suas obras, discos, originais de suas obras, incluindo inéditos e ainda uma vasta biblioteca. Porém, na análise de seu arquivo pessoal, pode-se verificar que em algumas de suas séries documentais, como por exemplo, nas correspondências pessoais e nos recortes de periódicos contendo referências sobre sua pessoa e sua obra, houve uma organização feita pelo próprio titular. Portanto, o objetivo dessa dissertação é demonstrar por meio dessas séries a intenção de João Antônio em mostrar a sua participação na literatura brasileira e assegurá-la à posteridade, transformando seu arquivo em um projeto autobiográfico.

Palavras-chave: Arquivo pessoal; João Antônio; Autobiografia; Literatura brasileira; História.

SVICERO, Thais Jeronimo. *Constructing a place in history: the personal archive of João Antônio (1937-1996)*. 2012. 106 f. Dissertation (Master's degree in History) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

ABSTRACT

The quantity of the writer João Antônio meets in the College of Sciences and Letters of Assis/UNESP and can be considered sufficiently heterogeneous, therefore in it if they find correspondences, diaries, photos, employment contracts with publishing companies, collections of magazines, clippings of periodic related to the author and its workmanships, records, originals of its workmanships personal, including unknown and still a vast library. However, in the analysis of its personal archive it can be verified that in some of its documentary series, as for example, in the personal correspondences and in clippings of periodic contend references on its person and its workmanship, an organization made for the proper bearer. Therefore, the objective of this dissertation is to demonstrate by means of these series the intention of João Antônio in showing its participation in Brazilian literature and assuring it posterity, transforming its archive into an autobiographic project.

Keywords: Personal archive; João Antônio; Autobiographic; Brazilian literature; History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. JOÃO ANTÔNIO: O PILANTRA E EQUILIBRISTA DA CORDA BAMBA	11
1.1 Quem foi João Antônio?	11
1.1.1 Entre a literatura e os ideais	14
1.1.2 João Antônio e sua imagem	20
1.2 O Intelectual em Questão	23
1.3 O Contexto Cultural Brasileiro (1964-1985)	29
2. PANORAMA DOS ARQUIVOS PESSOAIS	36
2.1 O Indivíduo na História	36
2.2 O Sentido de Arquivar a Própria Vida	41
2.3 A Importância dos Arquivos Pessoais como Patrimônio Documental e Cultural	44
2.4 Os Estudos sobre Arquivos Pessoais	49
2.4.1 Os acervos literários e a literatura	53
3. CONSTRUINDO UM LUGAR NA HISTÓRIA	59
3.1 O Empreendimento Autobiográfico nos Arquivos Pessoais e os Princípios do Campo Arquivístico	59
3.2 O Arquivo Pessoal do Escritor João Antônio	63
3.3 O Arquivo de João Antônio como um Espaço Autobiográfico	65
3.3.1 Série “pastas de recortes”	68
3.3.1.1 Os títulos	71
3.3.1.2 O conteúdo e sua organização	74
3.3.2 Sua correspondência e seu caderno de protocolo	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A	97

INTRODUÇÃO

O objeto desta dissertação incide sobre as séries documentais acumuladas e organizadas pelo escritor João Antônio (1937-1996) em seu arquivo pessoal, trabalho que foi possível graças às condições favoráveis proporcionadas pela sua preservação e pela intenção institucional de sua família e do CEDAP – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras de Assis/Unesp de colocá-las ao conhecimento público.

Com a intenção de identificar e descrever os possíveis propósitos de acumulação de determinados tipos de documento, espera-se proporcionar informações relevantes sobre os métodos de trabalho do escritor e novos dados que permitirão reconhecer, no âmbito privado e em seu cotidiano de trabalho, expresso em seu arquivo, suas formas de participação na literatura e na imprensa brasileiras.

Dessa forma, o trabalho foi fundamentado nas séries que ofereciam indícios claros do propósito de sua acumulação, indicando as intenções autobiográficas do titular e os elementos indicadores da construção de uma imagem de si contraposta à imagem do escritor boêmio e marginal, vinculada pela mídia e, muitas vezes, pelo próprio escritor.

Em um primeiro momento, a pesquisa consistiu em levantar a tipologia documental que compõe o acervo para definir as séries documentais que poderiam fornecer os indícios mais fortes do propósito de acumulação e organização do titular. E contou com as informações obtidas, também, pelas entrevistas realizadas com os professores Tania Celestino de Macêdo e João Luis Cardoso Tápias Ceccantini, responsáveis pela vinda do acervo para a UNESP/Campus de Assis e com a professora Ana Maria Domingues de Oliveira, atual responsável pelo acervo João Antonio. Tais entrevistas foram extremamente importantes na tentativa de entender as intenções de João Antônio e, ao mesmo tempo, descobrir elementos que recuperassem a ordem original que o acervo possuía antes de sua chegada a Assis, além de esclarecer sobre algumas intervenções anteriores que teriam modificado sua organização anterior e resultado em sua posterior organização, já no campus universitário.

O segundo passo foi à seleção e a descrição das séries documentais que mantiveram as características de organização dadas por João Antônio, para fornecer esclarecimentos sobre o propósito de acumulação do titular, identificando a organização definida pelo próprio escritor e comprovando as hipóteses que norteiam este trabalho. Nesse sentido, foram definidas e abordadas as correspondências, incluindo seu caderno de protocolo do envio destas, e as

pastas de recortes contendo, em sua maioria, suas publicações em diversos periódicos e referências sobre sua pessoa e sua obra.

A maior parte do trabalho concentrou-se em descrever a série que pode ser denominada como “pastas de recortes”, somando ao todo 66 pastas e 04 envelopes. É importante esclarecer que a numeração proposta para cada pasta foi atribuída por mim, não seguindo critério anterior, por sinal inexistente. Desse modo, a descrição dos documentos, como os recortes de periódicos, textos datilografados e outros materiais encontrados em cada pasta trouxeram maiores informações que permitiram atestar a intenção autobiográfica de João Antônio.

Para auxiliar no recolhimento de informações que corroborassem para atestar a hipótese levantada desde o início dessa pesquisa, foram utilizadas, também, as correspondências ativas do escritor, que foram posteriormente publicadas por alguns de seus missivistas, destacando: Caio Porfírio Carneiro, Fábio Lucas e Mylton Severiano da Silva, além das correspondências que foram doadas ao acervo como as recebidas por Jácomo Mandatto e Ilka Brunhilde Laurito.

O trabalho será apresentado em três capítulos. O primeiro capítulo “João Antônio: o pilantra e equilibrista da corda bamba” é dedicado à pessoa (e, algumas vezes, à persona) de João Antônio, sua produção literária e jornalística, e a criação da imagem associada ao escritor, na sua própria concepção e na concepção de outros autores. Nele está proposta, também, uma reflexão sobre o termo intelectual, já que consideramos que o conceito pode ser aplicado a ele. As diversas abordagens utilizadas e discutidas não são excludentes e auxiliam a defini-lo. Além disso, para entender o contexto atribulado em que se desenvolveu grande parte de sua produção, foi apresentado um pequeno panorama das produções artísticas e culturais do período em que se instalou a ditadura militar no Brasil a fim de demonstrar o ambiente em que ele realizou seu trabalho literário junto às outras manifestações culturais do período.

O segundo capítulo intitulado “Um breve panorama dos arquivos pessoais” foi elaborado na tentativa de esclarecer alguns aspectos que norteiam as discussões sobre esses arquivos e os propósitos de acumulação de seus titulares. Neste intuito foi importante também analisar o lugar do indivíduo na produção historiográfica, objeto que proporcionou um olhar mais atento dos historiadores sobre os arquivos pessoais. Além disso, foi importante demonstrar também a o lugar desses arquivos como patrimônio documental e cultural, atentando-se para o surgimento das políticas públicas brasileiras a eles voltadas. E para finalizar esse capítulo, foi apresentado um pequeno levantamento da produção acadêmica que

utiliza esses acervos tanto como fonte quanto como objeto de pesquisa. E por tratarmos aqui de um arquivo pessoal de um escritor, foi relevante também discutirmos sobre a bibliografia e a produção referente aos acervos literários, que possuem algumas peculiaridades.

Por fim, o terceiro capítulo “Construindo um lugar na história” traz a discussão sobre os arquivos pessoais e projetos autobiográficos embasados por alguns princípios da arquivística. Para entendermos a constituição do arquivo pessoal do escritor João Antônio é demonstrado o resultado da análise das informações coletadas na descrição das pastas de recortes, lembrando que esta série documental manteve o padrão de organização de João Antônio. Uma breve análise de seu caderno de protocolo, relativo ao envio de suas correspondências, e a utilização de cartas que formam a sua correspondência ativa também possibilitaram confirmar a intenção autobiográfica na formação e organização que deu a seu arquivo.

1. JOÃO ANTÔNIO: O PILANTRA E EQUILIBRISTA DA CORDA BAMBA

“Você junta todas as cartas que dará um volume grande. E fica, desde já autorizada. Quando eu fechar o paletó, que não uso, quando eu botar o bloco na rua, você me revira todos os papéis e reúne tudo num livreco que fará a cambada saber quem na verdade foi esse pilantra e equilibrista da corda bamba...”

(Trecho de uma carta escrita por João Antônio)

1.1 Quem foi João Antônio?

João Antônio Ferreira Filho, mais conhecido como João Antônio, filho do português João Antônio Ferreira e da mestiça carioca Irene Gomes Ferreira, nasceu em 27 de janeiro de 1937, em Presidente Altino, bairro operário da cidade de São Paulo. Assim, “[...] em João Antônio uniram-se, pois o lirismo lusitano e a emoção quente e vibrante do carioca, tudo moldado numa atmosfera operária, capitalista, violenta: a da cidade de São Paulo” (RIBEIRO NETO, 1981, p. 3).

Da infância à adolescência vivida na rua, a verdadeira escola de um menino pobre, emergiu a figura de um homem ligado à literatura. Já na adolescência começa a escrever em um pequeno jornal infanto-juvenil *O Crisol*. Segundo o próprio João Antônio, essa primeira experiência seria extremamente importante para sua formação como escritor,

Essa revista, praticamente escrita por crianças, era editada por um homem chamado Homero Mazzarin Bruno, um gaúcho, que hoje não sei mais por onde anda. Esse homem fazia essa revista e as crianças faziam suas colaborações, crianças de até 15 anos. Ficava entre 10-15 anos e a paga por essas colaborações eram livros. Foi aí que eu tomei conhecimento dos livros, como material de leitura, de lazer, de instrução. (ANTÔNIO apud RICCIARDI, 1988, p. 262).

Nesta mesma época, começa a descobrir a zona do meretrício de São Paulo, as mulheres, a sinuca, os boêmios e “[...] a vida enfim desses outros merdunchos¹ que apelaram para formas de sobrevivências menos ‘otárias’” (RIBEIRO NETO, 1981, p. 4). É esse convívio que o ajudará a compor as personagens que serão recorrentes na sua literatura.

¹ Termo utilizado pelo próprio João Antônio para definir as diversas personagens que ele considera marginalizadas pela sociedade.

Após passar por diversos empregos que não o agradavam, ao terminar o ensino normal, inicia o curso de jornalismo na Escola Casper Líbero. Porém, sua experiência jornalística já havia começado anteriormente, pois já escrevia pequenos contos para alguns jornais (RIBEIRO NETO, 1981).

O primeiro reconhecimento de sua literatura ocorre aos 21 anos, quando o autor ganhou um importante concurso literário promovido pela revista *A Cigarra*, que teve como integrantes da comissão julgadora personalidades importantes como Paulo Ronái e Aurélio Buarque de Holanda. Ainda nessa mesma época sai vitorioso de mais dois concursos realizados pelos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*.

Em 1960, um incêndio destruiu a casa em que vivia com sua família, e João Antônio perdeu os originais de seu primeiro livro *Malagueta, Perus e Bacanaço*. Sobre esse acontecimento, João Antônio relata:

O livro estava pronto em 1960. Já pronto. A casa em que eu morava pegou fogo, queimou tudo, ficamos com a roupa do corpo. Foi por causa de um ferro elétrico que deixaram ligado. Isso foi em São Paulo no dia 12 de agosto de 1960. É uma data absolutamente inesquecível na minha vida, porque eu fiquei traumatizado durante muito tempo. Durante muito tempo eu não pude sequer entrar numa livraria, porque me lembrava dos meus originais, [...]. (ANTÔNIO apud RICCIARDI, 1988, p. 264).

Seu livro de estreia seria reescrito valendo-se de cartas e rascunhos enviados a amigos e de suas memórias, e publicado em 1963, pela Editora Civilização Brasileira, com grande sucesso de público e crítica². Este título rendeu-lhe dois prêmios Jabuti e o prêmio Fábio Prado. Mais tarde, essa obra também seria adaptada para o cinema sob a direção de Maurice Capovilla, com o título *O Jogo da Vida*³.

Em 1964, João Antônio mudou-se para o Rio de Janeiro e passou a integrar a equipe jornalística do *Jornal do Brasil*, como repórter-especial do “Caderno B”, encontrando em um breve período a satisfação profissional em algo que não fosse literatura (LACERDA, 2006).

Em 1966, volta a São Paulo para trabalhar na revista *Realidade*, composta por um grande elenco de jornalistas importantes e textos diferenciados. A revista circula até 1976, entretanto, sua participação vai até 1969, sendo considerado um marco em sua produção jornalística.

² Telma Maciel da Silva (2009, p. 19) em nota explicativa de sua tese, esclarece que alguns contos do livro *Malagueta, Perus e Bacanaço* já haviam sido publicados na imprensa e, como mencionado acima, enviados a amigos por correspondência indicando que o escritor não reescreveu toda a obra como consta em muitos dos textos sobre João Antônio.

³ “[...] Nome de um dos jogos de sinuca e metáfora alusiva à vida dos jogadores, de sinuca ou não” (RIBEIRO NETO, 1981, p. 7).

A década de setenta, considerada os anos áureos da carreira do escritor, foi extremamente produtiva. Depois de doze anos sem novas publicações, João Antônio voltou à literatura com alguns títulos: *Leão-de-chácara*; *Malhação do Judas carioca*; *Casa de loucos*; *Calvários e Porres do pingente Afonso Henrique de Lima Barreto*; *Lambões de Caçarola*; e *Ô Copacabana*. É importante ressaltar, também, algumas publicações organizadas por João Antônio nessa década, como o *Livro de Cabeceira do Homem*, a Revista *Extra-Realidade* nº 4, intitulada *Malditos Escritores!*, e a coletânea *O Moderno Conto Brasileiro*.

Nos anos oitenta, mais três obras foram publicadas: *Dedo-duro*; *Meninão do caixote*; e *Abraçado ao meu rancor*. Esta última rendeu ao autor mais cinco prêmios. Pode-se destacar, também, a publicação de Noel Rosa da coleção *Literatura Comentada* da Editora Abril, além das publicações de *Panorama do conto paulista* e da antologia *Para gostar de ler*, estes últimos sob sua organização.

A década de noventa traz novas publicações, tais como: *Zicartola e que tudo mais, vá para o inferno*; a coletânea *Guardador*, que rendeu ao escritor mais um prêmio Jabuti em 1993; *Um herói sem paradeiro: vidão e agitos de Jacarandá, poeta do momento*; *Afinação da arte de chutar tampinhas*; *Patuléia. Gentes da rua*; *Sete vezes rua*; e *Dama do encantado*.

No entanto, aos 59 anos, em outubro de 1996, no Rio de Janeiro, morre João Antônio, só e de forma emblemática, pois mais de vinte dias se passaram até que seu corpo fosse encontrado, em seu apartamento.

[...] João Antônio é encontrado morto em seu apartamento. Morrerá no início de outubro, deitado em seu quarto solitário, enfiado em uma camiseta velha, um *jogging* surrado, pés descalços sorvendo como antenas, a força do mundo. Até na hora final, João evitara as rotinas da morte, e assim é provável que tenha levado consigo a sensação de que morreu sem morrer. (CASTELLO, 1999, p. 55).

João Antônio colaborou veementemente com a literatura brasileira. Sua participação na imprensa e sua produção literária trazem sua marca, a marca da contestação. Desse modo, seria pertinente traçarmos, aqui, algumas características de sua literatura e um pouco de sua concepção sobre a figura do escritor brasileiro.

1.1.1 Entre a literatura e os ideais

A vasta produção literária de João Antônio é composta, sobretudo, de contos. O escritor sempre procurou fazer uma literatura elaborada esteticamente e que se tornasse próxima à realidade traduzida na forma de expressão de suas personagens. Desse modo, a perfeita combinação das gírias das ruas e a preocupação estética do autor demonstram “[...] como a obra de João Antônio constitui uma das mais singulares do final do século XX, no Brasil” (OLIVEIRA, 2006, p. 207).

Seus textos são caracterizados pela defesa das personagens marginalizadas da sociedade, personagens que a sociedade persiste em ignorar. Segundo Alfredo Bosi, no prefácio de *Abraçado ao meu rancor* (1986), a literatura de João Antônio, “[...] traz o recado de um povo tenaz, sofrido, e por isso alegre; um povo que é a sua inumerável família e que seus olhos de artista não deixam se transformar em massa” (BOSI, 2002, p. 243).

Nesse sentido, para Jane Christina Pereira, João Antônio lida com o que ela considera como “marginália ativa”, aquela, “[...] que luta, criadora de um universo de subversões de código civis, de moralismos, uma marginação que concebe uma estética marginal à revelia do belo, do rico, do confortável do pacífico” (PEREIRA, 2006, p. 37).

Assim, podemos perceber que suas personagens aprendem a arte da sobrevivência. Elas encontram-se em ambientes considerados mundanos pela sociedade como: bares, esquinas, prostíbulos, e é nesse “submundo” que João Antônio traz a realidade da margem das grandes cidades. Dessa forma,

O Universo da malandragem, que se espelha por bares, sinucas, bocas de fumo e cafuas, a sua ética, os seus contatos com a periferia pobre e trabalhadora ou com os segmentos mais corruptos da polícia, os dramas dos soldados na caserna, os namoros de pessoas humildes e desempregadas, eis o território humano de que João Antônio extrai o melhor da sua ficção. (LUCAS, 1999, p. 91).

Em entrevista, o próprio escritor deixa clara sua posição sobre a composição de suas personagens,

Não é preciso um grande tema para fazer uma boa literatura. Se tiver um grande tema, tanto melhor; mas o marginal, o leão-de-chácara, o sinqueiro, o jogador de sinuca, o mendigo, podem ter momentos épicos. Acho que se um homem roubou um alimento no supermercado, é um momento épico da mais alta poesia, é própria luta pela sobrevivência! (ANTÔNIO apud RICCIARDI, 1988, p. 267).

Portanto, proporcionar certa reflexão ao leitor sempre foi o foco de sua literatura. Em seu tão conhecido ensaio *Corpo-a-corpo com a vida*, publicado na coletânea *Malhação do Judas Carioca* (1975), João Antônio (1975) define, na sua concepção, o verdadeiro caminho que a literatura brasileira deve seguir:

O caminho é claro e, também por isso, difícil – sem grandes mistérios e escolhas. Um corpo-a-corpo com a vida brasileira. Uma literatura que se rale nos fatos e não que rele neles. Nisso, a sua principal missão – ser a estratificação da vida de um povo e participar da melhoria e da modificação desse povo. Corpo-a-corpo. A briga é essa. Ou nenhuma.

Sobre esse aspecto, Antonio Candido (1999, p. 88) argumenta:

Uma das coisas mais importantes da ficção literária é a possibilidade de “dar voz”, de mostrar em pé de igualdade os indivíduos de todas as classes e grupos, permitindo aos excluídos exprimirem o teor da sua humanidade, que de outro modo não poderia ser verificada. Isso é possível quando o escritor, como João Antônio, sabe esposar a intimidade, a essência daqueles que a sociedade marginaliza, pois ele faz com que existam, acima de sua triste realidade.

Para Vima Lia Martin (2008), se por um lado a obra de João Antônio pautou-se por uma forte crítica social na denúncia da exclusão gerada pelo poder instituído, por outro lado, jamais esboçou um plano claro para o Brasil, transparecendo que o escritor nunca aderiu a uma ideologia partidária. Sobre essa particularidade da literatura joãoantoniana, Rodrigo Lacerda discorre:

E é curioso notar que, apesar de em vários momentos João Antônio ecoar posições estéticas ou ideológicas em geral identificadas com a esquerda, ele mantinha uma considerável independência em ambos os planos, e valorizava isso também em seus entrevistados. João Antônio defendia uma arte ideológica e politicamente independente. (LACERDA, 2006, p. 376).

Essa ideia é caracterizada pelo próprio João Antônio da seguinte maneira, “Eu não consigo ver a literatura divorciada da vida. Não é que eu ache que toda a literatura deva ser engajada politicamente. Ela tem que ser engajada com a vida” (ANTÔNIO apud RICCIARDI, 1988, p. 267).

Segundo Ieda Magri (2008), o posicionamento político de João Antônio encontra-se presente de modo mais visível nos textos da década de 70, no qual o autor tenta demonstrar ao leitor os aspectos da realidade. Para a autora, sua literatura não pode ser lida sem a vinculação de seu projeto político literário à sua gênese da criação. Assim, João Antônio traz em sua

produção, “A experimentação e a busca de novas formas de mostrar a realidade da pobreza e da marginalidade brasileira, fazendo literatura de alto valor estético, é também uma luta contra um enquadramento e a repetição de modelos” (MAGRI, 2008, p. 92).

Porém, uma das maiores decepções para João Antônio era a contradição de sua produção literária baseada na imagem do submundo ser destinada, principalmente, aos leitores da classe média. Quanto a esse aspecto, pode-se perceber:

Ocupando o incômodo lugar de “servo da classe média” sem possibilidades concretas de se comunicar de fato – ao menos literariamente – com os miseráveis que protagonizam os seus textos, o autor paulistano parece sofrer o impasse de sua condição social. Contra isso, o único remédio seria a fidelidade aos temas e à linguagem característica dessa população excluída [...]. (MARTIN, 2008, p. 52).

Mesmo sem qualquer ideologia partidária João Antônio pode ser considerado um escritor engajado, não engajado politicamente, mas sim com a realidade do povo brasileiro, com as causas sociais.

A literatura de João Antônio recebeu diversas denominações como, literatura de resistência, literatura marginal, representante do neonaturalismo, entre outros. Essa última denominação, que considera a literatura de João Antônio como representante do neonaturalismo, é atribuída a Flora Süssekind (1985), que o coloca na tradição literária, presente nos anos 1960 e 1970, que se utiliza de documentos biográficos, realismo mágico e romances-reportagem, sendo o jornalismo sua grande fonte. Sobre esta literatura, para a autora,

Coube a ela retratar um Brasil nem sempre visível a olho nu e inenarrável pela grande imprensa. E criar para o escritor uma imagem que oscila entre marginalidade semelhante à dos personagens que representa o heroísmo de um “Robin Hood” de classe média que se imagina sempre ao lado dos fracos e oprimidos. (SÜSSEKIND, 1985, p. 58).

Para estudiosos das obras de João Antônio, como Roberta Pereira Pires (2008), essa concepção criada por Süssekind e sua explicação de que essa literatura está relacionada somente à simples transposição da verdade, parece ignorar o trabalho estilístico nas obras de João Antônio.

Constata-se, portanto, que para alguns estudiosos de suas obras e alguns críticos, a obra joãoantoniana não admite classificações ou rotulações. Segundo Jane Christina Pereira (2006), para que não se caia nas armadilhas das rotulações é preciso entender que sua literatura é baseada nos problemas fundamentais do homem, como ele vive, sobrevive, ou simplesmente existe.

Sobre a literatura de João Antonio, Flávio Aguiar (1999, p. 118) pontua:

Não se pode dizer que a literatura de João Antônio seja pessimista, nem mesmo amarga. Ela procura se valer do argumento de mostrar “as coisas como elas são”, deseducando o leitor para apreciação de uma literatura que seja o adorno, ou o sorriso da sociedade, ou mesmo, e isso também é decisivo, uma literatura que se torne autocomplacente consigo mesma pela louvação da denúncia.

Sua produção sempre correu paralela às atividades que desenvolvia na imprensa e à busca constante pelo reconhecimento de suas obras. Considera-se de extrema importância destacar, também, sua atuação como jornalista.

Uma de suas experiências mais marcantes na imprensa foi a participação no corpo de jornalistas que compunham a revista *Realidade*, da editora Abril, periódico com uma proposta bastante inovadora para época. Esta revista circulou de 1966 a 1976. Durante seu primeiro período, de 1966 a 1968, trouxe ao seu público-alvo a abordagem de temas polêmicos relacionados à política nacional e internacional e ao comportamento, muitas vezes desafiando o poder político vigente e tornando-se, desde cedo, uma preocupação para a censura.

Realidade produziu reportagens enfocando a Revolução Cultural na China, a Ditadura de François Duvalier, no Haiti e a participação brasileira na ocupação da República Dominicana em 1965, além de publicar entrevistas com personalidades políticas já exiladas: João Goulart, Leonel Brizola, Celso Furtado e Ademar de Barros, entre outros. (DICIONÁRIO..., 2001, p. 4.910).

Segundo J. S. Faro (1999, p. 107) a publicação de *Realidade* assumiu, tanto para seu corpo de jornalistas quanto para seus leitores, “[...] a imagem de um órgão para o qual não havia *tabus* [...]”, trazendo questionamentos sobre o crescente autoritarismo e os padrões da modernização da sociedade brasileira.

A revista utilizou-se de diversos recursos, como o amplo uso de fotografias e ilustrações e a constante cobertura jornalística dos acontecimentos, demonstrando, além da preocupação estética, uma nova forma de expor o que considerava como a verdadeira realidade para o leitor. Por isso, nessa primeira fase de publicação, *Realidade* pôde ser produzida em toda sua plenitude, colocando em prática “[...] o estilo do jornalismo investigativo que denunciava as mazelas sociais do país” (FARO, 1999, p. 20).

Este novo estilo do jornalismo pode ser relacionado à influência do chamado *New Journalism*, surgido na década de 1960, nos Estados Unidos, reacionário ao que se considerava um jornalismo ágil, objetivo e pragmático. E uma de suas maiores ferramentas foi o uso da literatura.

O *New Journalism* não foi exatamente um movimento, pois não despontou com um delineamento de idéias estabelecidas por um grupo coeso de representantes, tampouco elaborou um programa ou um manifesto declaratório de princípios. Foi mais uma atitude que se processou na fluência de uma prática textual desenvolvida em alguns jornais e revistas americanas especiais, publicadas na *Esquire* e no *Herald Tribune*, por gente como Jimmy Breslin, Tom Wolfe e Gay Talese, até atingir a configuração de grandes narrativas com feição de romance, nas obras de Truman Capote e Norman Mailer. (BULHÕES, 2007, p. 145).

Ao final de 1968, a revista começa a mudar seus padrões, inclusive nos temas a serem publicados. Com o endurecimento do governo autoritário, começam a aparecer as dificuldades para que se mantenha a fidelidade ao seu projeto original. Assim,

Após dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5 e com a vigência da censura nos meios de comunicação, a revista sofre limitações descaracterizadoras, razão pela qual – ainda que tenha mantido um padrão de qualidade jornalística bastante vinculado à produção anterior – deixa de refletir as principais tendências apontadas. (FARO, 1999, p. 20).

A partir de 1969, com algumas alterações, *Realidade* inicia uma nova fase, que não contava mais com a participação de João Antônio e outros jornalistas que se demitiram em apoio à saída de Paula Patarra da redação da revista, por discordar da editora Abril devido a incompatibilidade dos projetos editorial e empresarial e as lógicas de exigência de mercado (LACERDA, 2006).

Nessa segunda fase, de 1969 a 1973, *Realidade* se adaptava às mudanças que estavam ocorrendo na imprensa brasileira, tornando-se ainda mais ilustrativa e com textos mais curtos. Em 1973, surge uma “nova” *Realidade*, anunciando definitivamente o término do seu projeto original, vinculada a um novo formato e que duraria até o fim de sua circulação, em 1976 (DICIONÁRIO..., 2001).

A passagem pela redação da revista é um marco importante para João Antônio, sobre esta, o autor discorre: “Em suas páginas se respira saúde, renovação, debate, humanismo, brasilidade, bom gosto e coragem, [...] encho-me de alegria e comoção, ainda hoje, de ter conhecido a turma toda. O País seria (ainda) pior sem esse trabalho”⁴ (SILVA, 2005. p. 58).

Para Rodrigo Lacerda (2006), essa experiência ligada à combinação do jornalismo e da literatura, atingida por muitos escritores em publicações como *Realidade*, pode ser marcada como uma característica de escrita na chamada “Geração de 70”, na qual João Antônio se insere.

⁴ Carta a Mylton Severiano, datada de 05 de abril de 1982.

Durante os anos de repressão, sua colaboração pôde ser vista em periódicos de grande circulação, assim como em outros da chamada imprensa alternativa ou “nanica”⁵, contestando a função dos “grandes” meios de comunicação. Para Hugo Alexandre de Lemos Bellucco (2008, p. 71), “[...] a inserção de João Antônio na imprensa nanica confunde-se visceralmente com sua prática literária naqueles anos, no plano da atuação pública como escritor e na fatura de seus textos”.

Sobre o surgimento dessa imprensa alternativa, Bernardo Kucinski (2003, p. 16) atribui a “[...] duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade”.

Dessa forma, estes jornais significavam para uma geração de jornalistas e escritores, um novo horizonte, sobretudo para aqueles que viveram no início de sua carreira, um período movimentado da vida política e cultural brasileira, o início dos anos 1960, experimentando a censura ao longo do primeiro decênio do governo militar (BELLUCCO, 2008).

A colaboração de João Antônio com os nanicos pode ser vista em alguns jornais que, entre os “alternativos”, possuíam maior visibilidade, tais como: *Ex-; Versus; Crítica; Coojornal; Pasquim*; entre outros. Porém, para João Antônio, a colaboração nesses novos jornais era extremamente importante tanto pela atuação desse novo meio de comunicação como forma de resistência ao período autoritário quanto pela visibilidade de sua participação na literatura. Como se pode confirmar em um trecho de sua correspondência:

Há uma turma (que não passa de quatro pessoas, jovens e jornalistas) fazendo um jornal nanico, na base da garra e apenas, lá em Curitiba. O tablôide tem um nome nanico, SCAPS, aquela expressão usada no jogo de bolinha de gude pela molecadinha.

Claro que não podem pagar pela colaboração (texto, foto ou ilustração). Mas pretendem fazer um nanico nacional e incrementado e, na opinião deste aqui, é o mais kamikazi dos nanicos já aparecidos.

[...]

Você pode mandar um trabalho qualquer ou aquele que você fez sobre *Malagueta, Perus e Bacanaço*. Aliás, mande aquele em primeiro lugar.⁶ (ANTÔNIO apud GIORDANO, 2004, p. 65).

Aliás, a luta de João Antônio não esta relacionada somente a defesa das personagens que se encontram à margem da sociedade. O autor de *Malagueta, Perus e Bacanaço* também se posicionou, sempre de forma efervescente a favor da profissionalização do escritor. Mesmo

⁵ A expressão saiu da crônica “Aviso aos nanicos”, publicada por João Antônio no jornal *Pasquim*, nº 318, em agosto de 1975. Nessa crônica, ele critica a atuação da grande imprensa em defesa dos jornais de oposição. Essa informação foi retirada do texto de Bellucco (2008).

⁶ Carta a Caio Porfirio Carneiro, datada de 29 de dezembro de 1975.

sendo jornalista de formação, com uma vasta colaboração na imprensa, sua maior vontade foi viver somente da literatura e possuir o reconhecimento no mercado editorial.

Segundo Roberta Pereira Pires (2008), João Antônio considerava a condição do escritor no Brasil como um marginalizado, pois, o espaço para a difusão de suas obras era extremamente escasso e os grandes críticos não estavam presentes nos meios de comunicação. Sua posição sempre foi demonstrada nas palestras que proferia ao público estudantil e em alguns periódicos. A própria imprensa aponta João Antônio como um dos intelectuais que mais participaram na luta pela popularização e pelo reconhecimento da literatura brasileira (FERREIRA, 2003, p. 22).

A importância de João Antônio no cenário da escrita brasileira é extremamente perceptível. Escritor da realidade, comprometido com as causas sociais e defensor da literatura nacional. Posto isso, cabe aqui citar sua motivação maior pela escrita:

Eu acho que para mim escrever é uma realização, em primeiro lugar, e de certa forma resgata uma preocupação que eu tenho com um mundo que vivo. É uma forma de deixar talvez, um pequeno documento, um depoimento que deve ser sincero até quase patético! Toda arte que não for profundamente sincera, não merece o menor respeito! (ANTÔNIO apud RICCIARDI, 1988, p. 266).

José Castello (1999, p. 44), ao tentar definir a figura de João Antônio, relata que “Em poucos minutos, entendi que João Antônio era um homem para quem as palavras, mesmo as suas, eram sempre movediças, valendo mais pela serventia que pelo significado, devendo ser vistas, primeiro, como instrumentos de luta”.

De todo o exposto, pode-se perceber que João Antônio criou uma imagem baseada em sua literatura. João Antônio, além de ter uma imagem formada pela crítica, também tentou criar sua própria imagem. Diversos adjetivos são utilizados para tentar defini-lo. Portanto, seria de extrema importância demonstrar algumas das concepções em torno da figura de João Antônio.

1.1.2 João Antônio e sua imagem

Ao analisar alguns textos críticos sobre a obra de João Antônio, Jane Christina Pereira (2006, p. 47) relata que as expressões que caracterizam sua literatura e a sua posição como escritor são as mais diversas possíveis, destacando alguma delas: “clássico velhaco”; “escritor do submundo”; “autor da marginalidade”; “que trabalha com o lixo da vida”; “que

escreve como um soco”; “escritor-mito da literatura brasileira”; “Dickens que não terminou o Mobral”; “marginal sem folclore”; “vedete do momento literário brasileiro”; e o “homem do momento”. Para Pereira, se por um lado essas expressões promovem certa valorização da obra de João Antônio, por outro, informam muito pouco sobre seus textos.

Desse modo, segundo Roberta Pereira Pires (2008), na análise dos mais de trinta anos da fortuna crítica sobre João Antônio pode-se observar uma aura que cerca o escritor, demonstrada da seguinte maneira:

[...] a figura de João Antônio vem acompanhada de tudo o que se concebe como marginal e popular. O fato é que não há a menor inocência nesse rótulo por parte do escritor, já que sua imagem foi, por ele mesmo, constantemente forjada constituindo-se num personagem de si mesmo. (PIRES, 2008, p. 49).

Logo, é possível perceber que o próprio escritor corroborou com essa imagem. De acordo com José Castello, João Antônio “Gostava dos marginais, dos malandros, dos infelizes, não por algum tipo sórdido de piedade, mas porque se julgava um deles, e de fato era.” (CASTELLO, 1999, p. 47).

João Antônio tanto gostava de ser considerado um de seus personagens que seu modo de viver, muitas vezes, o confundia com um deles. Isso pode ser atestado pelo próprio escritor em, “E eu Caio, que sou uma das maiores vocações de vagabundo das tantas que já apareceram no Rio de Janeiro”⁷ (ANTÔNIO apud GIORDANO, 2004, p. 23).

Além disso, a própria crítica trazia aspectos de sua biografia que se entrelaçavam com a sua literatura. O fato de João Antônio ter vivido, desde muito novo, em contato com o mundo suburbano, o ajudou a consolidar seu repúdio em prol dos menos favorecidos. Sobre esse aspecto, Roberta Pereira Pires (2008, p. 56) discorre que,

Se em suas obras a crítica encontra elementos de sua biografia, em sua vida o ficcional parece se realizar através da imagem de marginal que essa mesma crítica, por sua vez, ajuda a consolidar. Desse modo, João Antônio forja com tanto sucesso a sua imagem que poucas vezes ela será contestada.

Segundo a autora, essa atitude do escritor pode ser somada à autopromoção desempenhada por João Antônio e por outros autores de sua geração a favor da profissionalização do escritor brasileiro. Dessa forma, as diversas palestras proferidas para o

⁷ Carta a Caio Porfírio Carneiro, datada de 24 de novembro de 1965.

público estudantil a fim de se formar um público-leitor podem ser consideradas como um meio para a promoção de sua literatura.

É importante salientar, que nas pastas de recortes presentes em seu acervo, acumuladas pelo próprio escritor e objeto desse estudo, destacam-se diversas notícias relacionadas ao escritor que comprovam sua aparição em várias universidades do país. Sobre suas idas e vindas e sua atitude de se promover, o próprio autor comenta,

Estou chegando de Vitória e partindo para Manaus, sempre a convite dos estudantes. Sucesso em Vitória com opinião inteiramente dividida sobre mim: a ala estruturalista acha que não existo, não passo de mais um mistificador na cena nacional; os outros me recomendam com fervor. Total: duas páginas inteiras nos dois principais jornais da cidade e uma gravação na tevê.⁸ (ANTÔNIO apud GIORDANO, 2004, p. 74).

Essa prática o acompanharia por anos. Mais adiante, o autor relata sobre a luta pelo reconhecimento de suas obras:

Você me pergunta sobre minhas atividades. Mal tenho tempo de atender às universidades e faculdades. Dia 10, estava aí, no Colégio Galileu Galilei para um debate sobre meus livros; dia 11 na UNICAMP, no IEL (Instituto de Estudos da Linguagem) onde adotaram e estudam no momento o meu *Leão-de-chácara*; dia 12 em São Carlos, na Universidade federal de lá para uma conferência sobre o meu processo de criação literária. É uma luta. É um core-corre.⁹ (ANTÔNIO apud GIORDANO, 2004, p. 75).

Corroborando com a ideia da autopromoção de João Antônio, Telma Maciel da Silva (2009, p. 81) considera que as viagens do escritor pelo Brasil desempenharam um duplo papel, pois, tanto serviam para levar suas obras a lugares que não a conheciam, como também criavam ali células de divulgação permanente, que poderiam ser acionadas, posteriormente, por cartas, por exemplo.

É importante lembrar, que ao mesmo tempo que João Antônio trouxe consigo a imagem que muitas vezes ajudou a promovê-lo, em algumas ocasiões ele próprio a questionou:

Acho que no momento assim, está na hora de eu próprio fazer uma revisão, não exatamente do que tenho feito, mas da consequência, como imagem do que tenho feito. [...] Eu não sei isto é de fato e de direito um caso para se apropriar, pra se jogar a propriedade disso em cima de mim, João Antônio, como “escritor da marginalia”. Realmente me causou muita espécie quando esse negócio veio oficialmente. Foi em outubro de 1977. (ANTÔNIO apud FERREIRA, 2008, p. 30).

⁸ Carta a Caio Porfírio Carneiro, datada de 17 de outubro de 1976.

⁹ Carta a Caio Porfírio Carneiro, datada de 19 de novembro de 1981.

Mais adiante, sobre os rótulos expostos pela crítica nas páginas dos jornais, ele também discorda:

Já no início dos anos 80 eu era um autor para quem os ventos da moda literária não ventavam lá muito a meu favor, e que chegava a receber alguns tratamentos reticentes, não direi caricaturais, mas esvaziantes, como: Rabelais da Boca do Lixo, Astro da Literatura Amassada, Clássico Velhaco, e outros. Afinal, vivemos num país em que a estrela passa a carne de vaca com uma rapidez meteórica. (ANTÔNIO apud LACERDA, 2006, p. 8).

Portanto, independente das rotulações e adjetivações, a figura João Antônio é, em algumas ocasiões, extremamente contraditória. Entretanto, sua produção literária juntamente à sua imagem o trouxeram como um dos mais importantes escritores de sua geração. Porém, o próprio escritor não se encontrava totalmente reconhecido.

Desse modo, acredita-se que a formação de seu minucioso acervo composto pelos mais diversos documentos sobre sua vida e obra, seja a maior atitude de autopromoção pelo reconhecimento de seu trabalho. Ana Maria Domingues de Oliveira (2006, p. 211) descreve o cuidado do autor em assegurar sua importância para posteridade:

Assim, em movimentos aparentemente esquizofrênicos, mas no fundo perfeitamente coerentes, João Antônio expôs publicamente uma imagem de *outsider*, de marginal, cultivando no âmbito privado, zelosamente, a imagem do arquivista aplicado, que guarda com devoção cada pedaço de papel marcado com sua letra ou sua datilografia.

Ante tais considerações, é notório que João Antônio buscou seu reconhecimento de diversas formas, e seu arquivo pessoal não deixa, também, de ser um instrumento de luta. Assim, ao analisar de forma mais consistente este acervo, encontrar-se-ão os indícios deixados pelo autor de *Malagueta, Perus e Bacanço*, de sua participação no cenário da literatura nacional.

1.2 O Intelectual em Questão

Antes de tudo, cabe ressaltar que, ao termo Intelectual, podem ser atribuídas duas acepções.

Em primeiro lugar, ele designa uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média e compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas. [...] uma segunda acepção, mais vulgar na publicidade de atualidade literária e política, para a qual Intelectuais são os escritores “engajados”. Por extensão, o termo se aplica também a artistas, estudiosos, cientistas e, em geral, a quem tenha adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates públicos. (MARLETTI, 2009, p. 637)

Segundo Jean François Sirinelli (2003), após um longo recuo dos estudos sobre os intelectuais, foi somente a partir da segunda metade da década de 1970 que esses atores do político e sua história tornaram-se um campo histórico aberto e situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.

Os motivos de tal recuo são diversos, porém, dois se destacam. Primeiro, a complexidade da história política, que durante algum tempo foi deixada ao ostracismo, devido à sua ligação com a história individual que contrapunha o recente entusiasmo da historiografia pelas “massas”. E, em segundo lugar, os problemas relacionados aos próprios intelectuais, que constituíam um grupo social considerado reduzido, indistinto e elitista.

Dessa forma, após seu renascimento como objeto de reflexão, ocorreu também o retorno dos intelectuais como objeto da pesquisa historiográfica. Esta retomada se deve, igualmente, a uma mudança fundamental do próprio objeto, traduzida na mudança do seu *status* nas representações coletivas.

Mais uma vez, as acepções relativas ao termo surgem para consolidar seu papel como agente histórico. Por meio das definições e evolução da noção e da palavra Intelectual, segundo Sirinelli (2003, p. 242), duas opções podem ser consideradas: “[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e ‘mediadores’ culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”.

A partir disso, é pertinente discutir outras definições que atribuíram outros sentidos à noção de Intelectual, até mesmo como contraponto ou aprofundamento das concepções de Carlo Marletti e de Jean-François Sirinelli, o que em certas abordagens pode fornecer outra dimensão ao papel representado pelos intelectuais.

Sobre este aspecto, Antônio Gramsci (2010, p. 15) inicia sua reflexão com um questionamento: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?”. Para ele, esse é um problema complexo devido às várias formas que assumiu o processo histórico de formação das muitas categorias de intelectuais. Porém, duas formas são consideradas pelo autor como as mais importantes. A primeira se caracteriza da seguinte maneira:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito e etc. (GRAMSCI, 2010, p. 15).

A segunda forma é aquela que Gramsci denomina como intelectuais tradicionais, sendo seu exemplo mais típico a categoria dos eclesiásticos, caracterizada da seguinte forma:

Todo o grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história, a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 2010, p. 16).

Traçando a relação devida entre os intelectuais e a sociedade, o autor realiza pesquisas sobre a história dos intelectuais desprovidas do caráter “sociológico”, mas que construíram uma série de ensaios voltados para a “história da cultura” e para a história da ciência política.

Em sua discussão, na qual o intelectual está inteiramente ligado a uma determinada estrutura social, outra perspectiva aparece: “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...]” (GRAMSCI, 2010, p. 18). É por esta razão que se formam as categorias especializadas para o exercício da função intelectual e, desse modo, cada grupo vai produzindo seus próprios intelectuais orgânicos.

Tais acepções ainda estão relacionadas ao ponto central da questão da diferenciação entre intelectuais orgânicos e tradicionais. Assim, para demonstrar tal diferença, outros exemplos são citados, como as distinções que se estabelecem entre o intelectual urbano e o intelectual rural.

Por meio de suas definições e da reflexão sobre a formação do intelectual e o princípio educativo, Gramsci também esclarece sua posição quanto à função do intelectual: o “[...] modo de ser do novo intelectual não pode mais constituir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ [...]” (GRAMSCI, 2010, p. 53).

Com o intuito de trazer uma nova perspectiva à discussão sobre o papel do intelectual na sociedade, Norberto Bobbio (1997) discorre sobre a função desse intelectual visto como um ator cultural acima do político, sendo considerado “homem de cultura”. Primeiramente, para o autor,

falar “[...] dos intelectuais como se eles pertencessem a uma categoria homogênea e constituíssem uma massa indistinta é uma insensatez [...]” (BOBBIO, 1997, p. 9).

Mais adiante, lembra que embora com variados nomes, os intelectuais sempre existiram, pois, em todas as sociedades sempre existiu também,

[...] ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos, mediante o uso da palavra (o poder ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante). (BOBBIO, 1997, p. 11).

O próprio autor recorda que uma acepção razoavelmente vasta do termo intelectual engloba poetas, artistas e romancistas, porém, em sua reflexão sobre a relação entre cultura e política, percebe que as discussões sobre a categoria dos intelectuais sempre recorreram ao engajamento ou ao não engajamento político desse ator.

Para ele, nessa relação entre política e cultura, existem dois tipos relevantes de intelectuais, o *ideólogo* e o *experto*, no qual há um único critério de distinção entre tais tipos e que, segundo o próprio autor, retoma a antiga distinção weberiana: “[...] entre ações racionais segundo o valor e as ações racionais segundo o fim” (BOBBIO, 1997, p. 73

Os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita – em sentido forte, a ação é “legitimada” –, pelo fato de estar conforme os valores acolhidos como guia da ação; os expertos são aqueles que, indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem com que a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo. (BOBBIO, 1997, p. 73-74).

Norberto Bobbio enfatiza que seu critério de distinção não corresponde à distinção gramsciana, mesmo que haja certo parentesco entre o intelectual orgânico e o intelectual *experto* e entre o intelectual tradicional e o intelectual *ideólogo*. Portanto, “[...] aquilo que distingue um do outro é precisamente a diversa tarefa que desempenham como criadores ou transmissores de idéias ou conhecimentos politicamente relevantes, é a diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político” (BOBBIO, 1997, p. 72).

Na concepção do autor, o modelo ideal da conduta de um intelectual deveria ser caracterizado por uma forte vontade de participação nas lutas políticas e sociais de seu tempo, mas que não “[...] o deixe alienar-se tanto a ponto de não sentir mais aquilo que Hegel chamava de ‘O elevado rumor da história’” (BOBBIO, 1997, p. 79).

No entanto, a noção de engajamento não responde a diversas questões, por isso sua preferência é por adotar a noção de responsabilidade em vez de engajamento, “[...] porque importa não que o homem de cultura se engaje ou não se engaje, mas por que coisa ele se engaja ou não se engaja e de que modo ele se engaja assumindo todas as responsabilidades de sua escolha [...]” (BOBBIO, 1997, p. 100).

Outra perspectiva sobre a representação do intelectual é a de Edward Said (2005). Participando das Conferências Reith de 1993, promovidas pela BBC, em Londres, apresenta concepções que receberam duras críticas. O intuito do autor foi discutir qual deveria ser o papel público do intelectual, alegando que, em sua concepção, “[...] uma das tarefas do intelectual reside no esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação” (SAID, 2005, p. 10).

Dessa forma, o papel do intelectual, para o autor, é representar as pessoas ou os problemas que são esquecidos, pois as caracterizações do intelectual o definem como um exilado, um amador, um *outsider*, autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder.

O que me prende é mais um espírito de oposição do que de acomodação, porque o ideal romântico, o interesse e o desafio da vida intelectual devem ser encontrados na dissensão contra o *status quo*, num momento em que a luta em nome de grupos desfavorecidos e pouco representados parece pender tão injustamente para o lado contrário ao deles. (SAID, 2005, p. 16).

Portanto, o que mais interessa a ele é o intelectual como figura representativa, aquele que representa certo ponto de vista e que os articule a um público, apesar de todas as barreiras impostas,

[...] os intelectuais são indivíduos com vocação para arte de representar, seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão. E essa vocação é importante na medida em que é reconhecível publicamente e envolve ao mesmo tempo, compromisso e risco, ousadia e vulnerabilidade. (SAID, 2005, p. 27).

Enfim, o intelectual, no sentido que o autor atribui à palavra, não é um pacificador, nem um criador de consensos, mas sim “[...] alguém que empenha todo seu ser no senso crítico [...]” (SAID, 2005, p. 35).

Todas as discussões até aqui apontadas sobre o conceito e o papel do intelectual fundamentam o entendimento da figura de João Antônio como escritor e intelectual cuja produção esteve ligada diretamente às lutas sociais e políticas de seu tempo. Como foi dito anteriormente, ao representar as chamadas mazelas sociais, tanto em suas obras quanto em

seus contos e crônicas, publicados na imprensa, o autor se apresenta como defensor de uma literatura diferente, proposta na defesa das personagens à margem da sociedade.

Telma Maciel da Silva (2006, p. 198) ao discutir sobre o título de seu artigo *João Antônio: o intelectual dos sem-eira-nem-beira* afirma que pode parecer conflitante trabalhar com os termos “intelectual” e “aqueles que estão à margem da sociedade”, pois a autora, ao discorrer sobre o trabalho de João Antônio utiliza a acepção apresentada por Edward Said do intelectual como *outsider*, aquele que coloca o seu pensamento a serviço desses excluídos da sociedade.

Ao estudar a correspondência de João Antônio com Jácomo Mandatto, amigo e correspondente do escritor durante décadas, a autora propõe uma visão de João Antônio, fornecendo como exemplo um pequeno trecho dessa correspondência:

Só acredito em pessoas que jogam o seu jogo – que deve ser sempre ao lado dos oprimidos e rejeitados. [...] Seja amigo dos larápios miúdos, dos ladrões de galinha, das putas sem eira nem beira, dos que vivem (subexistem) com o salário mínimo, entenda-os e brigue por eles. (ANTÔNIO apud SILVA, 2006, p. 200).¹⁰

Por isso, foi importante lembrar aqui, algumas das acepções, embora diferentes, sobre os intelectuais. A escolha dos autores Antônio Gramsci, Norberto Bobbio e Edward Said trouxe perspectivas diferenciadas para a discussão, mas não excludentes, na forma de pensar o intelectual e sua função na sociedade.

Para a análise que pretendeu-se elaborar, tão importante quanto esta produção acadêmica sobre a natureza e o papel dos intelectuais nas sociedades é a concepção que o próprio João Antonio possuía de sua atuação como escritor e jornalista, e, portanto, como intelectual. Conforme as concepções e perspectivas de abordagem do intelectual que foram analisadas por eles, pode-se encaminhar a análise de João Antônio como um intelectual comprometido com as causas sociais¹¹.

É interessante notar, entretanto, que João Antônio apresentava uma visão muito particular sobre o escritor e seu papel como intelectual. Ao ser questionado sobre o tom de desprezo que precedia suas manifestações sobre os intelectuais, o autor responde:

¹⁰ Trecho da correspondência de João Antônio a Jácomo Mandatto de 1982, no qual João Antônio aconselha o amigo que acabara de torna-se vereador.

¹¹ Devido às discussões relacionadas à função do intelectual, preferiu-se usar o termo comprometimento social a engajamento, pois, percebeu-se que, na maioria das vezes, engajar-se significa ter uma determinada posição política, o que não se pode afirmar no caso do escritor João Antônio.

Porque o intelectual é o indivíduo que não participa de nada, fica de fora, parece até aquela turma que fica vendo a escola de samba. Lá fora, o intelectual participa das coisas. Veja o Hemingway, Camus, Bertrand Russel. Escritor brasileiro fica na boa, fica na redoma, fica na torre de marfim, não sai pro pau. (ANTÔNIO apud SILVA, 2009, p. 410).

Valendo-se desse entendimento, João Antonio manifesta certo repúdio ao ser chamado de intelectual. Mesmo querendo se afastar dessa concepção do termo, a atuação de João Antônio como escritor e jornalista traduz uma acepção de intelectual que, embora não vinculado a organizações políticas, não tem diminuída a sua importância no cenário político do qual participa por meio da literatura, pois sempre demonstrou sua preocupação por revelar e traduzir para o público as carências, os sofrimentos e anseios de uma parcela excluída da sociedade, parcela que João Antônio conheceu desde cedo, tanto no lugar em que nasceu quanto nos lugares que frequentou em sua juventude, fazendo questão de ressaltar esse convívio em suas obras, entrevistas e correspondências.

Portanto, João Antônio ao trilhar seus caminhos literários e ao escolher suas personagens, mesmo que não se posicione politicamente, pode ser considerado um intelectual que corrobora com a acepção de Edward Said. Pois, para o escritor, ser intelectual requer atitude e participação. Assim, foi por meio de sua literatura que João Antônio pretendeu revolucionar e trazer à tona a voz de alguns membros da sociedade, que talvez, de outra maneira, não pudesse ser ouvida.

1.3 O Contexto Cultural Brasileiro (1964-1985)

A participação de João Antônio no cenário literário brasileiro inicia-se em 1963, com a publicação de *Malagueta, Perus e Bacanaço*, ao qual introduziu o escritor no mercado editorial e levou-o ao conhecimento mais amplo do público leitor. Sua produção, como já mencionada, estende-se até a década de 1990, perpassando um contexto conturbado da história política brasileira (1964-1985), na qual se pode destacar também, certa efervescência em diversos setores culturais. Sendo assim, seria importante delinear aqui, alguns traços da cultura brasileira nesse período.

O ano seguinte à publicação de *Malagueta, Perus e Bacanaço*, é marcado pela instauração do governo militar, agravando o quadro já instável da política brasileira e

iniciando um longo período marcado por diversas manifestações políticas, artísticas e culturais expressadas por meio da literatura, do teatro, da música e das artes plásticas.

O período anterior ao golpe de 1964 trouxe uma geração de intelectuais extremamente preocupados com as questões sobre o desenvolvimento e a emancipação nacional. O chamado CPC (Centro Popular de Cultura) ligado à UNE (União Nacional dos Estudantes), já trazia a preocupação de alguns intelectuais em repensar a função da arte e a unificação entre o artista, o intelectual e o povo, juntamente à questão do engajamento, que pôde ser representado pelo anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura, criado em 1962 (HOLLANDA, 2004). Suas constantes preocupações aparecem em meio a diversas manifestações culturais como o teatro e a literatura. Desse modo, como exemplo disto, em 1963, é publicada, pelo Centro Popular de Cultura, a coleção *Violão de Rua*, da série *Cadernos do Povo Brasileiro*, reunindo alguns poemas que discutem a questão do engajamento, abordando temas relacionados ao trabalhador rural, ao operário e ao povo brasileiro.

Porém, após o golpe de 1964, aos poucos, as preocupações começam a se modificar e, uma boa parte da chamada elite cultural começa a trazer de fato suas inquietações políticas para o cenário cultural. Já em 1965, Caetano Veloso discorre sobre o processo cultural brasileiro da seguinte maneira:

Qualquer um pode ver claro que os problemas culturais do Brasil estão bem longe de serem resolvidos. Depois da euforia desenvolvimentista (quando todos os mitos do nacionalismo habitaram) e das esperanças reformistas (quando chegamos a acreditar que realizaremos a libertação do Brasil na calma e na paz), vemo-nos acamados numa viela: fala por nós, no mundo, um país que escolheu ser dominado e, ao mesmo tempo, arauto-guardião-mor da dominação da América latina. (VELOSO apud HOLLANDA, 2004, p. 61).

Um exemplo marcante dessa nova participação cultural e que seria a primeira resposta ao golpe militar, é a estreia, em dezembro de 1964, no Rio de Janeiro, do musical *Opinião*, dos autores Oduvaldo Vianna, Armando Costa e Paulo Pontes contando com as participações dos compositores Zé Keti e João do Vale e da cantora carioca Nara Leão. Assim,

[...] *Opinião* revelou-se um espetáculo extremamente oportuno. Reunindo um público jovem, o *show* parecia interpretar o sentimento de toda uma geração de intelectuais, artistas e estudantes naqueles dias em que a realidade do poder militar afigurava-se como um fantasma no imaginário da revolução brasileira. Para espantá-lo. Surgia um novo imperativo: cantar, falar, manifestar. Tratava-se de expressar, contra o autoritarismo que subia ao poder [...]. (HOLLANDA; GONÇALVES, 1999, p. 23).

O teatro foi uma manifestação bastante expressiva nesse período, na qual se pode destacar, também, uma intensa participação do conhecido grupo teatral *Teatro de Arena*, fundado em 1953, contando com participações de autores como Oduvaldo Vianna Filho e Gianfrancesco Guarnieri e diretores como Augusto Boal e José Renato Pécora, sendo este último, um de seus fundadores. Peças teatrais produzidas por esse grupo como *Liberdade, Liberdade* (1965) – produção conjunta com o Teatro Opinião –, *Arena Canta Zumbi* (1965), *Arena conta Tiradentes* (1967-1968), entre outras, também foram importantes manifestações contra o golpe que se afirmava.

Outro grupo teatral de grande importância nesse período é o chamado grupo *Oficina*, criado em 1958, cujo expoente foi o diretor teatral José Celso Martinez. Uma de suas mais importantes adaptações e que pode ser considerada um marco dessa época e representante do movimento tropicalista é a peça *O Rei da Vela* (1967), baseada no texto de 1933, de Oswald de Andrade, com o intuito de “[...] desenvolver nesse momento uma linha de provocação ‘cruel e total’, buscando a mobilização do público através da instigação agressiva” (HOLLANDA; GONÇALVES, 1999, p. 61).

Outra peça importante produzida pelo grupo *Oficina* foi *Roda-Viva* (1968), de autoria de Chico Buarque de Hollanda e sob a direção de José Celso Martinez. Essa peça marcou um importante episódio de reação às manifestações culturais contrárias à ditadura militar, que foi a invasão de uma de suas apresentações em São Paulo pelo grupo paramilitar de direita conhecido como CCC (Comando de Caça aos Comunistas), destruindo o teatro *Ruth Escobar*, onde a peça era apresentada e espancando toda sua equipe. Essa violência se repetiria em uma nova apresentação, em Porto Alegre.

As artes plásticas também evidenciaram uma nova forma em seus trabalhos com as exposições *Opinião 65* e *Opinião 66*. Artistas como Helio Oiticica, Antônio Dias, Rubem Gershman, Carlos Vergara, Ivan Serpa, entre outros, trouxeram ao público uma valorização das temáticas vinculadas ao universo urbano, onde muitos destes contaram com a intervenção dos espectadores. Outra exposição relevante foi a *Nova Objetividade Brasileira*, ocorrida em 1967, que reuniu diversos artistas brasileiros, trazendo mais uma nova forma de contestação do período vivenciado.

A considerada sétima arte também trouxe ao público novos questionamentos sobre a situação brasileira no período. O que se chamou de Cinema Novo, já havia começado a demonstrar alguns de seus traços ao final dos anos 1950. Segundo Ismail Xavier (2001), desde então, até meados dos anos 1970, esse período pode ser considerado estético e intelectualmente o mais denso do cinema brasileiro. O autor salienta, ainda, que:

Em sua variedade de estilos e inspirações, o cinema moderno brasileiro acertou o passo do país com os movimentos de ponta de seu tempo. Foi um produto de cinéfilos, jovens críticos e intelectuais que, ao conduzirem essa atualização estética, alteraram substancialmente o estatuto do cineasta no interior da cultura brasileira, promovendo um diálogo mais fundo com a tradição literária e com os movimentos que marcaram a música popular e o teatro naquele momento. (XAVIER, 2001, p. 18).

Como integrantes desse novo movimento, pode-se destacar nomes como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Ruy Guerra, Zelito Viana, Walter Lima Jr., Luiz Carlos Barreto, David Neves, Eduardo Coutinho, Arnaldo Jabor, Paulo César Sarraceni, entre outros.

Assim, para Marcelo Ridenti (2000), o cinema brasileiro já no início dos anos 1960, estava na linha de frente da reflexão brasileira na busca de uma identidade nacional autêntica do próprio cinema e do homem brasileiro à procura de sua revolução. De acordo com Ismail Xavier (2001), o Cinema Novo, anterior ao golpe de 1964, tem seu momento pleno em 1963/64 com a trilogia de filmes sobre o sertão nordestino, *Vidas Secas*, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *Os Fuzis*, pois, estes filmes trouxeram maior proximidade com a tradição literária e com as discussões em torno dos imperativos do mercado.

Porém, após o golpe militar, alguns filmes começaram a transmitir certa reflexão ao momento vivenciado, com destaque para: *O Desafio* (1965); *Terra em Transe* (1967); *A Derrota* (1967); *O Bravo Guerreiro* (1968); *Fome de Amor* (1968); e *Os Herdeiros* (1969). Essas produções também acompanhavam os outros movimentos culturais por meio da discussão sobre a proximidade dos intelectuais em relação à classe popular.

A imposição do AI-5, em 1968, endureceu ainda mais o regime político e, a partir desse momento, as manifestações culturais começaram a responder em um tom ainda mais agressivo. No cinema, a situação não pôde ser diferente, Ismail Xavier denomina esse novo movimento como Cinema Marginal (1969-1973) que trouxe uma nova forma de representar os acontecimentos. Segundo o autor, esses filmes,

[...] apresentam aquele amálgama de impulso visceral, grito expressionista e tendência construtiva que, em variadas doses, traduz a relação dos artistas com a crise brasileira naquele momento. Evidenciam um diálogo especial entre o cinema e o teatro em suas tendências a ritualizar de forma provocativa a liberação sexual, a demolição das “tradições cristãs” associadas aos donos do poder. (XAVIER, 1993, p. 23-24).

Juntamente a todas essas manifestações culturais, caminhava o movimento tropicalista, que se expressou pelo cinema, pelo teatro e de forma mais conhecida pela música

popular, cujos expoentes mais conhecidos foram Caetano Veloso e Gilberto Gil. Estes, em 1967, apresentaram no III Festival de Música Popular Brasileira, promovido pela TV Record com o apoio do governo, as canções *Alegria, Alegria* e *Domingo no Parque*, causando diversas polêmicas. Sobre o movimento tropicalista, Ismail Xavier (1993, p. 21) explicita:

Sua manifestação musical, sem dúvida a mais característica, escandalizou um nacionalismo cioso de purismos artesanais da sonoridade brasileira; por outro lado, conseguiu, por certo tempo, manter um teor subversivo dentro da engrenagem do mercado através de uma reinvenção acelerada na composição das canções e nos seus modos de apresentação.

Em relação à música popular brasileira desse período, segundo Heloísa Buarque de Hollanda (2004), os jovens compositores revelados nos famosos festivais promovidos pela TV passam a marcar uma nova expectativa em relação à letra da canção, na qual esta passa a exigir um *status* literário pelo uso de fragmentos, alegoria e intertextualidade, traduzidas em compositores como Chico Buarque, Edu Lobo, Caetano Veloso e Gilberto Gil.

No tocante à literatura brasileira, logo após 1964, a produção literária não chegou a ser acentuada, porém não foi insignificante. Conforme Renato Franco (1998, p. 28), duas tendências literárias conseguiram se esboçar com maior nitidez nesse período: o romance de impulso político, mais afinado com a atmosfera experimentada pela produção cultural daqueles anos; e o romance que pode ser identificado como “romance de desilusão urbana”, por tratar de aspectos diversos da vida urbana. O autor acrescenta que:

A experiência literária originária desses anos imediatamente posteriores ao golpe de 64, apesar do gradativo desencanto com a rápida modernização do país e da preocupação com as urgências e contradições da vida política, não conheceu um momento comparável ao intenso radicalismo ideológico e político verificável entre outras formas de expressão artística ou cultural da mesma época. (FRANCO, 1998, p. 42).

Nesta primeira tendência, pode-se destacar algumas obras como: *Quarup*, de Antônio Callado e *Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony, ambos publicados em 1967. E como exemplos da segunda tendência destacam-se *Engenharia do Casamento* (1968) e *Paixão bem temperada* (1970), ambas de Esdras do Nascimento; *Bebel que a Cidade Comeu* (1968), de Ignácio de Loyola Brandão; e *Curral dos Crucificados* (1971), de Rui Mourão.

Ainda segundo Franco (1998), o período posterior ao AI-5, conhece ainda outra tendência literária no romance que não pode ser considerada tão significativa. Trata-se

de algumas obras que parecem ter introjetado a convicção de que a resistência ao regime militar e a adesão à guerrilha estavam destinadas ao massacre ou eram politicamente inconsequentes. Esses romances demonstravam uma indecisão por parte de seus escritores sobre o que escrever, e duvidavam do engajamento político. Como exemplos destacam-se: *Combati o combate* (1971), de Ary Quintela; *Os Novos* (1971), de Luis Vilela; *Bar Don Juan* (1971), de Antônio Callado; e *Calabouço* (1973), de Rui Mourão.

A partir de 1975, com o início da abertura política, mesmo que de forma “lenta e gradual”, a produção literária passa a procurar outras formas originais para a nova demanda. Dessa forma, movidos pela ânsia documental, como o uso de reportagens de periódicos, e pelo desejo de narrar a história recente que ainda não havia sido contada devido à censura, surgiram mais dois tipos de romances, denominados por Renato Franco (1998, p. 101) de “geração da repressão”.

Um desses tipos constitui-se pelas memórias e depoimentos de antigos militantes políticos, com destaque para: *Em câmera lenta* (1977), de Renato Tapajós; *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira; e *Os carbonários* (1981), de Alfredo Sirkys. E o outro tipo é o que pode se chamar de romance-documental, empenhado em denunciar as brutalidades da repressão política, como *Os que bebem como os cães* (1975), de Assis Brasil.

Dessa forma, para Renato Franco (1998, p. 122), o processo de abertura política traz uma nova característica ao romance, que pode ser definida por uma aguda autoconsciência estética do ato narrativo e sobre a condição particular do escritor em uma sociedade que parece conspirar contra sua existência. Assim, merecem destaque obras como: *A festa* (1976), de Ivan Ângelo; *Zero* (1974), de Ignácio de Loyola Brandão; e *Confissões de Ralfo* (1975), de Sérgio Sant’Anna.

É importante ressaltar que, segundo Heloisa Buarque de Hollanda (2004, p. 107), outra tendência começa a se demonstrar na literatura, já datada na primeira metade da década de 1970. Esta é caracterizada pela poesia, que corre à margem da cultura oficial e da produção engajada, vendida pelas grandes empresas.

Começaram, então, a proliferar os livrinhos que são passados de mão em mão, vendidos em portas de cinemas, museus e teatros. Mais do que os valores poéticos em voga, eles trazem a novidade de uma subversão dos padrões tradicionais da produção, edição e distribuição da literatura. Os autores, vão às gráficas, acompanham a impressão dos livros e vendem pessoalmente o produto aos leitores. Pretendem assim, uma aproximação com o público, recusando o costumeiro esquema impessoal das editoras ou jogadas individualistas de promoção do escritor. Planejadas ou realizadas em colaboração direta com o autor, as edições de poesia apresentam uma face afetiva evidente. (HOLLANDA, 2004, p. 108).

Portanto, como foi dito anteriormente, os anos marcados pelo regime militar também evidenciam a participação de João Antônio na literatura brasileira. Ao lado de diversos escritores – como Ignácio de Loyola Brandão, Wander Piroli, Marcos Rey, Plínio Marcos, Antônio Torres, entre outros –, compondo uma geração importante e inovadora da literatura nacional. Sobre essa geração, Antônio Candido (2000, p. 209) discorre:

[...] com relação aos que avultam no decênio de 70 pode-se falar em verdadeira legitimação da pluralidade. Não se trata mais da coexistência pacífica das diversas modalidades de romance e conto, mas do desdobramento destes gêneros, incorporando técnicas e linguagens nunca dantes imaginadas dentro de suas fronteiras. Resultam textos indefiníveis: romances que mais parecem reportagens; contos que não se distinguem de poemas ou crônicas, semeados de sinais e fotomontagens; autobiografias com tonalidade e técnica de romance; narrativas que são cenas de teatro; textos feitos com justaposição de recortes, documentos, lembranças, reflexões de toda a sorte.

Mais adiante, o autor relata que a literatura dessa geração pode ser considerada como uma literatura do contra:

Contra a escrita elegante, antigo ideal castiço do País; contra convenção realista, baseada na verossimilhança e o seu pressuposto de uma escolha dirigida pela convenção cultural; contra a lógica narrativa, isto é, a concatenação graduada das partes pela técnica da dosagem dos efeitos; finalmente, contra a ordem social, sem que com isso os textos manifestem uma posição política determinada (embora o autor possa tê-la). (CANDIDO, 2000, p. 212).

Desse modo, esses escritores, entre tantos outros, trazem ao cenário da literatura brasileira uma nova forma de escrita em um contexto histórico atribulado sob censura, trazendo, assim, um novo meio de contestação. João Antônio, a sua maneira, fez parte de todo este cenário cultural que foi esboçado durante os anos de chumbo, e caracterizado pela efervescência artística e cultural que traduzem as inquietações de diversos artistas e intelectuais. Enfim, a contextualização desse período importante para a cultura brasileira faz-se necessária aqui, já que permeia grande parte de sua produção literária.

2. PANORAMA DOS ARQUIVOS PESSOAIS

2.1 O Indivíduo na História

Ângela de Castro Gomes assinala que foi com a constituição do individualismo moderno que a prática de escrever sobre a própria vida ou sobre a vida do outro ganhou contornos específicos. Sobre esse aspecto,

A idéia de indivíduo que aqui se deseja fixar vincula-se a longa transformação das sociedades ocidentais chamadas de tradicionais por oposição às modernas. Um processo de mudança social pelo qual uma lógica coletiva, regida pela tradição, deixa de sobrepor ao indivíduo que se torna “moderno”, justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e construtivo desse mesmo todo. (GOMES, 2004, p. 11-12).

Segundo a autora, as sociedades modernas, levando em conta essa acepção, são individualistas, pois se consagram tendo por base um contrato político social que reconhece todos os indivíduos como livres e iguais, abrindo campo para um novo tipo de interesse sobre o “eu moderno”.

Desse modo, esse indivíduo moderno começa a estabelecer uma relação maior com seus documentos, construindo sua própria identidade por meio de algumas práticas culturais consideradas pela autora como práticas de produção de si,

[...] englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e os diários –, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar coleções. É o caso das fotografias, dos cartões-postais e de uma série de objetos do cotidiano, que passam a povoar e a transformar o espaço privado da casa, do escritório, etc. em um “teatro da memória”¹². (GOMES, 2004, p. 11).

Assim, no que tange ao campo da memória, pode-se perceber um esforço dos procedimentos de guarda de uma memória individual do homem “comum” que não se restringe mais apenas aos considerados “grandes homens”, ou aos homens públicos, que

¹² Para a autora, a metáfora “teatro da memória” evidencia-se na ideia do indivíduo como personagem de si mesmo, visto em muitos estudos sobre escrita de si, na qual esta se expressa como palco “[...] onde a encenação dos múltiplos papéis sociais e das múltiplas temporalidades do indivíduo moderno encontraria espaço privilegiado” (GOMES, 2004, p. 17).

englobam políticos, militares, religiosos, entre outros. Nesse sentido, Angela de Castro Gomes (2004) ressalta que:

Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo o indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão do saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem “anônimo”, do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si. (GOMES, 2004, p. 13).

Sendo assim, segundo a referida autora, pode-se perceber que a divulgação da prática da escrita de si iniciou-se no século XVIII¹³, quando os indivíduos considerados “comuns” passaram a produzir uma memória de si. E obteve seu apogeu no século XIX, momento da institucionalização dos museus e do aparecimento do que se denominou na literatura de romance moderno; atentando-se, também, para a emergência da figura do homem moderno que, ao decorrer destes dois séculos, começa a adquirir direitos civis e políticos. Esse longo e complexo processo continuou a se desenvolver ao longo do século XX, mesmo com as grandes transformações nos meios de comunicação, como o telefone e, mais recentemente, o *e-mail*.

O ato de escrever sobre si está presente em diversos tipos de textos – diários, memórias, correspondências – e estes comumente trazem alguns registros específicos da vida de seus autores. Desse modo, sobre o gênero autobiográfico, pode-se salientar que seu surgimento seja datado no século XVIII, juntamente à concepção do indivíduo moderno que adquire seus direitos individuais promulgados durante a Revolução Francesa.

A partir do séc. XVIII e fortemente influenciado pelas “confissões”¹⁴ de Rousseau, houve um aumento considerável das narrativas autobiográficas durante o século XIX, as quais assumiram, ao longo do século XX, proporções equivalentes ao culto do individualismo e resultaram em formas discursivas que puseram em xeque os parâmetros até então aceitos nesse gênero. Estas formas discursivas vizinhas à autobiografia, como o romance epistolar, romance histórico, diários íntimos e memórias, se já existiam anteriormente, como as duas primeiras, só passaram a pertencer ao gênero autobiográfico a partir do momento em que o indivíduo tomou consciência de si mesmo e assumiu sua subjetividade. (FRAIZ, 1994, p. 52).

¹³ Para a autora é possível estabelecer uma história mais antiga da escrita de si, na qual se pode destacar o período do Renascimento. A autora esclarece em seu texto que, para demonstrar seus objetivos, o século XVIII foi considerado eficiente e operacional. Aqui, essa data também se torna pertinente por demonstrar a concepção de indivíduo que começa a preocupar-se com a importância de seus documentos.

¹⁴ Segundo Priscila Moraes Varela Fraiz (1994), *As confissões*, de Jean-Jacques Rousseau, escritas entre 1764 e 1770, tornaram-se a expressão mais cabal do individualismo moderno dentro da literatura autobiográfica.

Logo, é possível perceber que desde o fim do século XVIII houve uma crescente valorização da escrita pessoal nas sociedades ocidentais. Philippe Artières (1998) atribui esta a alguns fatores importantes como: a expansão do comércio relacionado aos escritos autobiográficos no século XIX; e a profunda mudança do estatuto dos manuscritos de escritores, por meio da doação destes para algumas bibliotecas. Além disso, houve a valorização dos escritos pessoais pela medicina, quando os médicos começaram a colecionar os escritos de seus pacientes como: correspondências e poemas, e mais tarde começaram a publicá-los, o que desenvolveu em torno dessa escrita uma nova e verdadeira ciência.

No que se refere ao campo da história, de acordo com Sabina Loriga (1998), foi depois de um grande período, quando os historiadores somente se interessavam pelos destinos coletivos, que o indivíduo voltou atualmente a ocupar um lugar central em suas preocupações e, para isso, a redescoberta da biografia foi de suma importância.

Dessa forma, o novo enfoque da história contribuiu para a tentativa de compreender as relações entre os indivíduos e a sociedade, por isso, a recuperação dos sujeitos individuais na história pode ser vista “como uma reação aos enfoques excessivamente estruturalistas, desencarnados de ‘humanidade’, que caracterizam boa parte da produção historiográfica contemporânea: o modo de produção de Marx e a longa duração de Braudel, por exemplo.” (SCHMIDT, 1997, p. 5).

Nos últimos anos, a biografia tornou-se, então, o centro de preocupações de muitos historiadores. Desse modo, alguns recorrem a ela para sublinhar a irredutibilidade do indivíduo e seus comportamentos, e outros para provar a validade de hipóteses das práticas e do funcionamento efetivo das leis e regras sociais (LEVI, 1996).

Entretanto, o contato com o que se chamou de “escritas de si” e suas diversas modalidades demonstra as diversas tensões entre o indivíduo e a sociedade, caracterizadas pela dificuldade de estabelecer limites entre a ação individual e a ação coletiva, pelo questionamento da liberdade de ação e do papel impositivo de grupos sociais e construções coletivas da cultura (MONTAGNER apud MALATIAN, 2008).

Assim, a historiografia apropria-se de diversas abordagens, sejam estas literárias ou antropológicas, “[...] e as reconstitui de modo que o discurso de si, considerado na dimensão histórica, revela de cada época, em cada sociedade, as relações do público e do privado, da coletividade e do indivíduo, da singularidade e da pluralidade, do indivíduo consigo mesmo.” (MALATIAN, 2008, p. 23).

Sendo assim, não se pode negar que as mudanças das práticas historiográficas trazem, de modo significativo, a importância do indivíduo na história. Os questionamentos baseados

no uso da biografia e também da autobiografia por diversos pesquisadores continuam a ser discutidos como método de análise.

Cabe ressaltar aqui, entretanto, o que Pierre Bordieu denomina “ilusão biográfica”, a qual consiste em crer que estas histórias de vida constituem “um todo, um conjunto coerente e orientado”. Para o autor, tanto o relato biográfico quanto o autobiográfico propõem acontecimentos que, sem terem se desenvolvido em uma sucessão cronológica, tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas por meio de relações inteligíveis (BORDIEU, 1996, p. 184). Sendo assim,

As práticas de escrita podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser “decomposto” em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc. (GOMES, 2004, p. 13).

Consequentemente, para a discussão proposta aqui, constatou-se anteriormente, que houve uma relação mútua entre o indivíduo e seus documentos, e os arquivos pessoais também constituem uma fonte que contribui, sobremaneira, para o conhecimento da trajetória individual de seu autor, ou melhor, de seu titular.

Portanto, juntamente a esse movimento, houve uma valorização das fontes produzidas no âmbito privado, tanto pelos “grandes” homens quanto pelos homens “comuns” e estas precisavam ser recolhidas, organizadas e socializadas para a pesquisa histórica. As últimas três décadas do século XX trouxeram ao público um grande número de instituições responsáveis pela guarda de arquivos privados que despertaram o interesse para futuras pesquisas.

Angela de Castro Gomes (1998) assinala que o crescente interesse dos historiadores pelos arquivos privados prende-se a uma revalorização do indivíduo na história e, por isso, há uma revalorização da lógica de suas ações, pautadas em intenções que são escolhas em um campo de possibilidades que possui limites, porém, oferece alternativas baseadas em transformações na história cultural, na “nova” história política e na “nova” história social.

Assim, pela vasta quantidade de documentos autobiográficos que estes arquivos possuem, eles também podem ser considerados como uma “produção do eu”¹⁵. Obviamente, não são todos os arquivos pessoais que podem ser considerados produções de si, somente por conter diversos documentos autobiográficos. O que o caracteriza de tal modo é a forma de

¹⁵ Angela de Castro Gomes (2004, p. 14), ao citar o arquivo pessoal como “produção do eu”, refere-se à dissertação de mestrado de Priscila Moraes Varella Fraiz intitulada *A Construção de um eu autobiográfico: o arquivo pessoal de Gustavo Capanema*, defendida em 1994. Nesta, a autora, por meio da análise do arquivo pessoal de Gustavo Capanema, o demonstra como um projeto autobiográfico.

acumulação dos documentos contidos nestes, que podem demonstrar a intenção de seu titular em torná-lo público.

Segundo Luciana Quillet Heymann (1997), sobre o processo de acumulação, é necessário que se desnaturalize a identificação entre o arquivo pessoal e a memória/trajetória individual desde os primórdios da acumulação, pois, nem todos os momentos ou atividades a que o titular se dedicou mereceram igual investimento quanto à seleção e à guarda de seus registros.

Assim,

Quando acumula, o titular o faz em diferentes situações, muitas vezes contraditórias, de uma forma que não é evidente no momento mesmo da acumulação. Trata-se, assim, de uma memória particularmente propícia à implosão do indivíduo único e coerente das narrativas autobiográficas, ainda que muitas vezes representativa de um esforço semelhante de produção dessa unidade. (HEYMANN, 1997, p. 46).

Ainda segundo a autora, do mesmo modo que as biografias estão sujeitas a revisões e reinterpretações, as autobiografias também, pois estas se apresentam, muitas vezes, como “provisórias”, de maneira a garantir aos indivíduos a possibilidade de se redefinirem em outro momento. Desse modo, o processo de acumulação e organização dos registros documentais presentes nos arquivos pessoais podem ter passado por diversos critérios que podem variar segundo avaliações táticas do tempo presente relativas a projetos significativos em algum período para o titular, ou de suas posições sociais ocupadas (HEYMANN, 1997).

Este é o caso do arquivo pessoal de Gustavo Capanema, ministro do Ministério de Educação e Saúde (MES) durante o governo do presidente Getúlio Vargas, analisado por Priscila Moraes Varella Fraiz. Neste arquivo encontram-se documentos de autoria do próprio titular, referentes ao planejamento e à organização de seu arquivo, além de diversos fragmentos de escritos autobiográficos que foram produzidos simultaneamente à sua construção. Segundo a autora, “[...] a maneira como Capanema construiu seu arquivo revela uma tentativa de dar coerência e estruturar seu eu, sua imagem” (FRAIZ, 1994, p. 8).

Os documentos produzidos por Gustavo Capanema com o intuito de planejar e ordenar seus papéis foram denominados pela autora e pela equipe que trabalhou nesse acervo de “meta-arquivo” e é este que evidencia uma lógica de acumulação autobiográfica, definindo-o como projeto autobiográfico de seu titular.

Enfim, o arquivo do escritor João Antônio, objeto de análise do presente trabalho, pode ser considerado também como um projeto autobiográfico, porém, diferente do de

Gustavo Capanema. No caso de Capanema, sua maior intenção era a construção de uma imagem que ficasse preservada para a posteridade por meio dos documentos acumulados e organizados por ele mesmo em seu arquivo, revelando-o como um sujeito político e moral.

Já no caso de João Antônio, a intenção autobiográfica é traduzida na acumulação de conjuntos documentais específicos e na organização minuciosa de algumas de suas séries documentais, para que, futuramente, pudessem ser comprovadas sua participação e importância no cenário literário brasileiro.

Dessa forma, a revalorização do indivíduo no campo historiográfico trouxe aos pesquisadores novos métodos de análise e a possibilidade de se explorar novas fontes e objetos, e este é o caso dos arquivos pessoais. Portanto, considera-se importante demonstrar, adiante, algumas questões que norteiam esse tipo de arquivo e suas possibilidades de pesquisa.

2.2 O Sentido de Arquivar a Própria Vida¹⁶

Para proceder ao estudo e à análise dos arquivos pessoais é preciso apropriar-se de sua definição pelos teóricos da arquivística.¹⁷ Heloisa Liberalli Bellotto (2007, p. 265-266) os define como:

[...] os constituídos por documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro, de uma família ou elemento integrante de uma sociedade), enfim, de documentos que, preservados para além da vida dessa mesma pessoa, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, podendo então ser abertos a pesquisa pública.

Há que se dizer, ainda, na análise das diversas formas do arquivamento do eu, que para Philippe Artières, a prática de arquivar a própria vida traduz-se como uma injunção social. Para o autor, em nossa sociedade, é imperativo manter arquivos, guardar determinados documentos com o valor de um seguro social. O indivíduo deve classificar seus papéis e deve, a qualquer momento, estar preparado para apresentá-los. Essa injunção social abrange o conjunto de vida, portanto, “Temos assim, que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o

¹⁶ Referência ao título do artigo *Arquivar a própria vida* (ARTIÉRES, 1998).

¹⁷ O *Dicionário de Terminologia Arquivística* (2010, p. 24) apresenta a seguinte definição de arquivo privado: “Conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas”. Essa definição engloba, além dos arquivos privados pessoais, também os arquivos privados institucionais. Portanto, nesta dissertação, quando utilizado o termo arquivo privado, este se refere, exclusivamente, aos arquivos privados pessoais.

preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O *anormal* é o *sem-papéis*” (ARTIÉRES, 1998, p. 10).

Assim, a exigência do arquivamento de si não possui somente uma função ocasional. O indivíduo deve manter seus arquivos de vida para ter sua identidade reconhecida, deve controlar sua vida, pois, nada pode ser deixado ao acaso. Devem-se manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro e, sobretudo, existir no cotidiano (ARTIÉRES, 1998).

Desse modo, pode-se estabelecer a lógica da formação desses arquivos. Segundo Aurélio Vianna, Mauricio Lissovsky e Paulo Sérgio Moraes de Sá (1986), o arquivo encontra sua unidade em seu produtor, ou seja, naquele que acumula os documentos no exercício de suas atividades. Por isso, a lógica desse arquivo não reside nos documentos, mas no sujeito que os seleciona e arranja. Não é a produção do documento que interessa, mas sim a constituição da coleção.

Em relação ao arquivador, ou melhor, ao titular do arquivo, o seu papel fundamental é demonstrado pelos referidos autores da seguinte forma:

O arquivador constitui a sua coleção de documentos segundo critérios que lhe são preciosos – precaução, vingança, pragmatismo político ou administrativo (economia, eficiência, etc.), orgulho, fantasia e até mesmo, senso histórico. De qualquer forma, o arquivador constitui sua coleção como parte de si segundo um movimento que é, em primeiro lugar, um exercício de controle sobre os eventos¹⁸ e que pode ainda estar erigindo sua eternidade enquanto indivíduo, cujo único critério de aferição, e sólida garantia, é exatamente a memória. (VIANNA; LISSOVSKY; MORAES DE SÁ, 1986, p. 67).

O titular, porém, ao escolher e ordenar alguns acontecimentos traça o sentido que deseja dar à sua vida. Dessa forma, “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.” (ARTIÉRES, 1998, p. 11).

Então, ao se pensar sobre a constituição dos arquivos pessoais, para o seu autor guardar seus registros, torna-se uma maneira de demonstrar sua contribuição, de assegurar sua presença na posteridade, de ignorar o esquecimento e trazer ao público sua importância.

Nesse sentido, Renato Janine Ribeiro enfatiza que “O que os arquivos pessoais podem atestar, o que o desejo de guardar os próprios documentos pode indicar, será esse anseio de ser, *a posteriori*, reconhecido por uma identidade digna de nota” (RIBEIRO, 1998, p. 35).

¹⁸ Segundo os autores, o evento “é a única forma de reter o fluxo do tempo que escorre por entre nossas mãos, transformando em algo que pode ser descrito, narrado, reproduzido, rememorado, mas o seu reconhecimento é ele próprio uma operação da memória”.

Além disso, o “arquivamento do eu” não se traduz de forma neutra, portanto, “Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós” (ARTIÉRES, 1998, p. 31).

Segundo tais premissas, é possível perceber que os arquivos pessoais traduzem muito da ação de seu titular. Porém, é importante destacar que tais ações podem demonstrar o que Angela de Castro Gomes chama de “feitiço dos arquivos privados”, e é nesse caso que os historiadores devem se municiar dos procedimentos de crítica às fontes. Para tanto, o feitiço se traduz da seguinte maneira:

Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma <<verdadeira>>, aí ele se mostraria de <<fato>>, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. (GOMES, 1998, p. 125).

Ainda de acordo com a autora, o encanto proporcionado pelos documentos pessoais traz uma especificidade que pode ser batizada como “a ilusão da verdade”, na medida em que proporcionam aos pesquisadores conhecerem seus autores sem disfarces e de forma fantasticamente real (GOMES, 1998, p. 126).

Nesse mesmo aspecto, Luciana Quillet Heymann (1997, p. 41-42) aponta que a sedução exercida pelos arquivos pessoais sobre os pesquisadores

[...] parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam sua “papelada”, vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes.

A autora acrescenta, ainda, que a associação pura e simples da imbricação entre titular e arquivo e o processo de acumulação pelo titular, pode levar o pesquisador a cometer pelo menos dois equívocos. O primeiro consiste em imaginar o arquivo pessoal como espelho da trajetória do seu titular, na qual nem sempre existe uma equivalência entre a história de vida e o arquivo pessoal. E o segundo equívoco, em imaginar o arquivo como a memória em estado bruto de seu titular, como resultado estabelecido definitivamente por ele, sendo que estes conjuntos documentais estão sujeitos a múltiplos processos de seleção, decorrentes do caráter mutável da memória (HEYMANN, 1997).

Portanto, arquivar a própria vida se traduz, para muitos de seus autores, como um meio de atestar sua importância perante a sociedade, entre vários outros aspectos. Assim, alguns arquivos pessoais, cada qual com a sua peculiaridade, podem demonstrar, por meio de uma análise mais aprofundada, seu caráter probatório atestado pelos seus titulares.

2.3 A Importância dos Arquivos Pessoais como Patrimônio Documental e Cultural

Segundo Theodore R. Schellenberg (2006), os arquivos considerados como instituição, provavelmente tiveram origem na civilização grega, pois, nos séculos V e VI a.C., os atenienses guardavam seus documentos considerados de valor, como: tratados, leis, minutas da assembleia popular e demais documentos oficiais, no templo da mãe dos deuses, chamado de *Metreon*, que se encontrava junto à corte de justiça na praça pública de Atenas.

Porém, após a queda do Império Romano, devida às invasões bárbaras, o papel do ato escrito decaiu progressivamente em decorrência do domínio do direito germânico e da consequente queda do nível cultural da população e, assim, o procedimento oral e a prova testemunhal imperaram em grande parte da Europa. Desse modo, foi somente no século XII, com o renascimento do direito romano, que os arquivos voltaram ter importância (FRAIZ, 1994).

Priscila Fraiz (1994), em sua gênese dos arquivos, exemplifica que foi somente a partir da segunda metade do século XVI que os arquivos evoluíram em função da especialização de diferentes órgãos governamentais e administrativos para consolidar o poder monárquico absoluto, surgindo, então, os arquivos do Estado. Entretanto, foi somente no século XVII que a noção de arquivos públicos começou a receber algumas implicações, pois, até então, não existia diferenciação entre a ideia de arquivos públicos e arquivos privados no sentido contemporâneo da teoria arquivística.

Portanto, foi a partir da Revolução Francesa que os antigos arquivos do Estado passaram a ser considerados como arquivos da nação. Além disso, destaca-se como uma das grandes conquistas desta Revolução, o reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade e que resultaram em importantes realizações no campo arquivístico.

É importante ressaltar, do mesmo modo, que o século XIX trouxe a preocupação com o resgate da memória, influenciada pelo romantismo juntamente ao processo de constituição das nacionalidades. Dessa forma, é neste século que se evidencia a criação de várias instituições de memória, bibliotecas e museus.

No que se refere ao objeto desse trabalho, é preciso lembrar que a inclusão dos arquivos privados, inclusive dos arquivos pessoais, na definição geral de arquivos, apareceu somente no século XX e sua valorização pode ter coincidido com a constituição do indivíduo (FRAIZ, 1994). Portanto, é fato que estes constituem um precioso bem cultural na medida em que agregam significativo patrimônio documental e cultural.

Como se observa, cada vez mais, os arquivos pessoais são utilizados tanto como fonte quanto como objeto de pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Além disso, cabe ressaltar que o estudo sobre essa categoria de patrimônio é pouco explorado, tendo uma bibliografia bastante escassa. Inclusive, as leis referentes a esses arquivos também são recentes. A propósito, seria pertinente traçar, aqui, um panorama histórico das políticas de preservação relacionadas ao patrimônio documental na legislação brasileira.

Segundo Célia Reis Camargo (1999), a criação das primeiras instituições ligadas à guarda de um acervo documental no Brasil iniciou-se com a instalação da Corte Portuguesa no país, em 1808. Porém, estas eram inteiramente ligadas ao poder central do Império e exclusivamente com o intuito de “construção da nação”. A autora fornece como exemplo o caso do Museu Nacional e da Biblioteca Real do Rio de Janeiro, hoje, Biblioteca Nacional, compostos por um acervo bibliográfico que pertencera, inicialmente, a D. João VI.

O período que se segue relaciona-se à questão da territorialidade e da unidade nacional, bases da construção do governo republicano, quando se realiza a construção das identidades regionais e locais que, para a autora,

[...] serão a base para as novas ações no sentido de centralizar o saber histórico, descentralizando o reconhecimento de seus fundamentos, e de selecionar os bens testemunho da nação, descentralizando, conforme os interesses políticos centrais, sua localização e preservação. (CAMARGO, 1999, p. 68).

No entanto, foi a partir de 1937, com o Estado Novo sob o governo do presidente Getúlio Vargas, que se inicia a configuração do modelo político de proteção atribuído a noção de patrimônio. Nesse contexto, é importante salientar a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que se desenvolveu com a ajuda dos ideais dos intelectuais modernistas, integrado ao Ministério da Educação e Saúde (MES) de Gustavo Capanema, tornando-se, assim, um importante instrumento para a efetivação das ações relacionadas ao patrimônio, porém, ligadas à construção da nação pelo Estado (FONSECA, 2005).

Contudo, para tal fim, a atenção voltada à preservação do patrimônio, direcionou-se, quase que exclusivamente, aos bens artísticos e arquitetônicos. Sobre as definições do patrimônio, nesse período, Teixeira Coelho esclarece que,

[...] definições como a do Estado Novo e a da Carta do México¹⁹ não são bastante explícitas, dando margem a que se preserve somente as obras de arte ditas nobres e os monumentos vinculados à história oficial do país, quer dizer, à história dos vencedores e das classes dominantes. (COELHO, 2004, p. 287).

Quanto aos arquivos, ainda segundo Célia Reis Camargo (1999), foi somente em 1946, a partir do Decreto-lei nº 8.534 de 02 de janeiro, que determinava ao SPHAN catalogar e proteger arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares. Entretanto, foi somente na década de 1970, mais especificamente a partir de 1975, denominado pela autora como o período da “construção da memória”, que o SPHAN reformula as concepções sobre sua ação patrimonial, ampliando novamente sua base conceitual e introduzindo as noções de *memória*, *civilização material* e *bem cultural*. E, assim, novas instituições ligadas ao patrimônio documental e bibliográfico entraram em cena.

Porém, foi com a Constituição de 1988 que a concepção de patrimônio foi formulada de modo mais amplo, contemplando todas as modalidades do patrimônio histórico. Diante disso, “A abertura para sociedade civil, na proteção ao patrimônio histórico, é o primeiro elemento de inovação desse texto.” (CAMARGO, 1999, p. 132).

Particularmente, referindo-se ao patrimônio documental, foi somente em 08 de janeiro de 1991 com a Lei nº 8.159 (BRASIL, 1991) que as inovações sobre a política nacional de arquivos públicos e privados aparecem de forma concreta, definindo-os da seguinte forma:

Art. 2º Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Mais adiante, necessariamente sobre os arquivos privados, foco deste trabalho, lhes é atribuída a importância de interesse público e social, porém, ainda ligados ao desenvolvimento nacional,

¹⁹ O autor refere-se à carta do México que traz a seguinte definição de patrimônio cultural: “o conjunto de produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, lingüísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente” (COELHO, 2004, p. 287).

Art. 11 Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 12 Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Art. 13 Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.

Parágrafo único - Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.

Art. 14 O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor.

Art. 15 Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas.

Art. 16 Os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social. (BRASIL, 1991, grifos nossos).

É necessário esclarecer, que a regulamentação dessa lei ocorreu somente no Decreto nº 4.073 de 03 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Assim,

Art. 1º O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, criado pelo art. 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

Art. 2º Compete ao CONARQ²⁰:

[...]

VIII - estimular a integração e modernização dos arquivos públicos e privados;

[...]

IX - identificar os arquivos privados de interesse público e social, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.159, de 1991;

[...]

XII - recomendar providências para a apuração e a reparação de atos lesivos à política nacional de arquivos públicos e privados;

XIII - promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos; (BRASIL, 2002).

Pode-se evidenciar, também, que nos últimos anos foram instituídos alguns decretos não numerados²¹ que incorporam como de interesse público e social alguns arquivos privados pessoais. Como exemplos podem ser citados: o decreto de 07 de abril de 2006, sobre o acervo documental de Glauber Rocha; os decretos de 20 de janeiro de 2009, sobre os acervos documentais de Berta Gleizer Ribeiro e Darcy Ribeiro; o decreto de 16 de abril de 2009, sobre

²⁰ Como o foco dessa discussão está relacionado à legislação proposta aos arquivos privados, foram destacadas do artigo 2º somente as competências que se referem a estes arquivos.

²¹ Esses decretos são editados pelo Presidente da República e possuem objeto concreto, específico e sem caráter normativo.

o acervo documental de Oscar Niemeyer; o decreto de 16 de junho de 2010, sobre o acervo documental de Abdias do Nascimento; e, mais recentemente, o decreto de 1º de junho de 2011, sobre o acervo documental de César Lattes.

É importante ressaltar a criação, pela Unesco, do *Programa Memória do Mundo*, em 1992, que estimulou a consciência internacional sobre a importância do patrimônio documental garantindo a identificação, a preservação e a “democratização” do acesso a fundos documentais de significância internacional, nacional e regional, assim exposto,

2.3.1 Por conseguinte, a **concepção** do *Programa Memória do Mundo* é que **o patrimônio documental mundial pertence a todos, deveria ser plenamente preservado e protegido para todos e, com o devido respeito aos hábitos e práticas culturais, deveria ser acessível para todos de maneira permanente e sem obstáculos.** (EDMONDSON, 2002, p. 9, grifos do autor).

Uma questão pertinente aos arquivos pessoais, tratada por Luciana Quillet Heymann de maneira bastante crítica, é a valorização das trajetórias individuais como foco de interesse de alguns projetos institucionais, com a criação de memoriais, fundações e institutos voltados especificamente para a preservação da memória de um personagem relevante da história local, regional ou nacional. Desse modo, surgem diversos processos de patrimonialização que associam esses arquivos de natureza pessoal à noção de “legado”. Assim,

Vistos como os meios de acesso seguro ao passado, os arquivos funcionam como “prova” das trajetórias às quais se busca associar o atributo da exemplaridade e da singularidade, fundamentais à construção da noção de “legado”. Nesse movimento, os acervos são associados à categoria de patrimônio, e passam a ser vistos como material cuja preservação deve ser garantida em nome da memória da coletividade, seja local seja nacional. (HEYMANN, 2009, p. 1).

Dessa forma, quanto mais “original”, “único” e “pessoal” o acervo, mais justificável são os argumentos sobre sua preservação, criação e manutenção de uma estrutura institucional para abrigá-lo. Como exemplo, ela nos traz a Fundação Mário Covas (FMC) e a Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), que fornecem a dimensão do processo social de construção dos legados históricos.

Outro fato importante apontado pela autora é o grau de reconhecimento da importância dos arquivos pessoais na candidatura ao *Registro nacional do Programa Memória do Mundo*, no qual, nos três anos de funcionamento do Comitê brasileiro (2007 a 2009), das 63 proposições apresentadas, 16 destas eram acervos pessoais. Portanto, vale ressaltar que, até o

Edital de 2009, integram o Registro 12 acervos pessoais, destacando claramente o lugar assumido por esses bens patrimoniais.

Desse modo, tal importância continua a ser verificada nos editais posteriores. Atualizando as informações fornecidas por Luciana Quillet Heymann, os editais dos anos de 2010 e 2011 possuem a candidatura de mais três acervos pessoais, destacando-se o edital de 2010 com o Arquivo Tamandaré e o edital de 2011 com o Arquivo Roquette Pinto e o Arquivo Rui Barbosa (BRASIL, 2011).

Diante do exposto, atualmente, os arquivos pessoais têm assumido relevante posição no cenário das políticas de preservação do patrimônio documental brasileiro. Esses acervos, ricos em informações variadas, contribuem para a difusão do conhecimento de diversas trajetórias, portanto, sua preservação é de interesse público.

2.4 Os Estudos sobre Arquivos Pessoais

Considera-se interessante fazer, aqui, um levantamento da produção de pesquisas voltadas para os arquivos pessoais, com o intuito de compreender melhor sua preservação e seu uso. Vale lembrar, que os arquivos utilizados pela historiografia trazem personagens das mais diversas atuações profissionais, e suas considerações podem permitir a ampliação do campo de estudo deste trabalho.

Nas últimas décadas, os arquivos privados, especialmente os arquivos pessoais, assumiram relevante posição nas pesquisas acadêmicas. Os trabalhos desenvolvidos englobam diversas áreas do conhecimento e contribuem para um melhor entendimento do seu uso, tanto como fonte quanto objeto de pesquisa. Assim, no âmbito da história, nota-se que: “Do vasto leque de fontes oferecidas ao historiador para o conhecimento e a comprovação de suas hipóteses de trabalho, uma modalidade que cresce hoje em importância e em abrangência de utilização é a que congrega os arquivos privados” (BELLOTTO, 2007, p. 265).

Desse modo, Angela de Castro Gomes aponta que a descoberta dos arquivos privados pelos historiadores, geralmente, está associada

[...] a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda

renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no <<fazer história>>. (GOMES, 1998, p. 122).

Nesse sentido, Cristophe Prochasson, demonstra que essa mudança de paradigma fundamental na história das práticas historiográficas, despertou o interesse pelos documentos pessoais. O autor assinala que:

[...] os papéis pessoais atraíam muito mais os historiadores da literatura ou da arte, que santificavam profissionalmente as notas das lavadeiras dos grandes homens. Hoje, o desenvolvimento da história cultural e da história das elites tornou as fontes privadas, não mais fontes excepcionais capazes de acrescentar um pouco de sal a uma narrativa austera ou de fornecer (enfim!) a chave do mistério da criação, mas fontes comuns, que se tenta conservar como se conservam as fontes administrativas ou estatísticas. Essa evolução traduz uma mudança fundamental de sensibilidade historiográfica que alguns podem interpretar como sinal de uma “crise” e outros, talvez mais perspicazes, vêem como uma modificação da relação com a história como disciplina científica, com o tempo e, de modo mais geral, com os fenômenos observados. (PROCHASSON, 1998, p. 105).

Ainda segundo o referido autor, dois fatores são responsáveis pelo aumento do uso dos arquivos pessoais na pesquisas acadêmicas. Primeiro a história cultural e o aumento dos trabalhos relacionados aos intelectuais; segundo, o interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas, impulsionada pela micro-história e pela antropologia histórica.

Por mais que ao autor trate excepcionalmente do caso francês, esse interesse parece fluir até no Brasil. Angela de Castro Gomes (1998) ressalta que as instituições ligadas à guarda de arquivos privados também surgiram na década de 1970, juntamente ao “boom” da descoberta francesa e, como exemplo, a autora traz duas dessas instituições, que atualmente vivem plena “aceitação e rotinização” do meio acadêmico tanto no país quanto no exterior, é o caso do Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Ainda sobre o uso desses acervos, Heloisa Liberalli Bellotto (2007, p. 267) desmembra os arquivos pessoais em duas fases. A primeira, é a fase do uso primário, compreende a acumulação dos documentos e a utilização desses em vida, o arquivo serve necessariamente ao próprio titular, tanto para suas atividades de trabalho quanto para a comprovação de sua existência civil, deveres cívicos e relacionamentos dentro e fora da vida intelectual. A segunda fase, na qual se estabelece o uso secundário, o objetivo não é mais jurídico ou profissional do próprio titular e sim o da pesquisa científica feita por terceiros. Assim, a potencialidade

informativa dos documentos multiplica-se podendo alcançar um campo infinitamente maior do que a vida e a obra do produtor/detentor desses papéis. E é nessa segunda fase que os pesquisadores tentam elucidar as questões propostas para esclarecer a participação de seu titular, além de seus métodos de trabalho.

Dessa forma, foram desenvolvidas, no Brasil, algumas discussões e trabalhos relacionados aos arquivos pessoais, a respeito dos quais considera-se pertinente apresentar, aqui, um breve apontamento de alguns desses estudos²². Essas pesquisas são relativamente recentes. Porém, nos últimos anos, percebe-se uma atenção maior e mais concentrada sobre esse tema.

Um exemplo importante, e que merece referência, foi o Seminário Internacional de Arquivos Pessoais, realizado em 1997, promovido pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP). Esse Seminário resultou na publicação da *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21 (1998), integrada por artigos que abordam as mais diversas discussões contemporâneas relevantes sobre o universo dos arquivos pessoais e suas possibilidades de abordagem. Com a presença de nomes de destaque tanto no campo da arquivística, quanto no campo das humanidades, a intenção desse encontro foi refletir sobre os arquivos pessoais por meio de uma perspectiva interdisciplinar e permitir discussões teóricas e metodológicas envolvendo o tratamento e o uso desses acervos.

A revista tornou-se referência para este tema e encontra-se dividida em duas partes, a primeira, intitulada “Escrita de si/escrita da história” que tem por objetivo entender as motivações da ação acumuladora dos documentos e da trajetória intelectual do indivíduo e a segunda, denominada “O espaço do arquivo” que aborda questões sobre as políticas de preservação e acesso, além das convergências entre o público e o privado.

Considera-se importante para entender, também, a lógica de acumulação desses arquivos, o artigo “A Vontade de guardar: Lógica da acumulação em arquivos privados”, de Aurélio Viana, Maurício Lisovsky e Paulo Sérgio de Sá (1986). Os autores buscam esclarecer algumas das noções de memória, documento, pessoa, público, privado e história, além de tentar compreender o *Modus operandi* do titular e a racionalidade da acumulação de seus papéis, fornecendo um novo modo de repensar esses acervos particulares.

Um estudo inovador e de grande valia para esta dissertação foi o de Priscila Morais Varella Fraiz (1994), que em sua dissertação intitulada *A construção de um eu*

²² É importante salientar que os estudos apontados aqui foram de extrema importância para o entendimento sobre a constituição dos arquivos pessoais e o desenvolvimento da pesquisa proposta sobre o Acervo João Antônio.

autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema faz uma análise dos fragmentos deixados por Gustavo Capanema, observando, a partir deles, a existência de um projeto autobiográfico como intenção maior na formação de seu arquivo particular.

No caso deste acervo, fundamentado na acumulação, seleção e organização de seus documentos, que em primeira instância serviriam para a consolidação de um livro memorialístico, Capanema demonstra a tentativa da construção de sua imagem como um sujeito político e moral.

Ainda sobre Gustavo Capanema, Ângela de Castro Gomes (2000) organizou a obra *Capanema: o ministro e seu ministério*, com base nos estudos realizados sobre e em seu arquivo pessoal. Além das discussões propostas sobre o período em que Capanema atuou como ministro do Ministério da Educação e Saúde (MES) no governo do presidente Getúlio Vargas, o livro traz questões relevantes sobre os arquivos privados e o tipo de documentação que neles se encontra.

Em *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*, dissertação de Luciana Quillet Heymann (1997), além da discussão sobre arquivos pessoais e os princípios do campo arquivístico, a autora demonstra, por meio dos documentos presentes no arquivo de Filinto Müller, mais propriamente das suas correspondências, as relações de sociabilidade no período em que o titular atuou como chefe de polícia no Distrito Federal, durante o governo de Getúlio Vargas.

Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart (2007), em *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos privados: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso* discorrem sobre a problemática dos arquivos pessoais valendo-se do arquivo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Por intermédio do acervo e das teorias e práticas arquivísticas, as autoras analisam de forma clara e objetiva os problemas relacionados à acumulação e à ordenação desses arquivos particulares. Um dos principais conceitos formulados nesse trabalho refere-se às circunstâncias e ao período em que cada conjunto documental (ou documento) foi produzido, recebido ou acumulado pelo titular do arquivo, como elemento determinante para a sua compreensão e posterior classificação.

Em outra perspectiva, Maria Celina Soares de Mello e Silva (2007), em sua tese intitulada *Visitando Laboratórios: o cientista e a preservação de documentos*, analisa a relação que os cientistas mantêm com os documentos produzidos nos laboratórios científicos e tecnológicos, definindo os conceitos de arquivo, documento e suas características no contexto das pesquisas científicas e tecnológicas. Na tentativa de esclarecer os limites entre os

documentos pessoais e os institucionais, além das dicotomias existentes no entendimento do caráter público e privado desses documentos, a autora elabora um programa de preservação de arquivos de ciência e tecnologia.

Dessa forma, vê-se que a história pessoal e intelectual está sempre presente nos acervos documentais, especialmente nos arquivos. Heloisa Liberalli Bellotto (1998, p. 201) assim define sua importância e potencialidade:

O caminho dos arquivos é aberto aos historiadores, aos sociólogos, aos antropólogos, aos arquivistas, aos literatos, aos detetives, aos policiais, aos juristas, aos educadores, aos médicos, aos psicólogos, aos psicanalistas, aos jornalistas e a outros que, pelas características de sua atuação profissional, têm maiores condições e oportunidades de realizar essa espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e a razão de ser de ações e atitudes suas, das quais, de outro modo, só se conheceria a finalização.

Vale lembrar que os estudos relacionados a esses arquivos particulares continuam alavancando as mais diversas discussões, que por um longo período de tempo ainda não terão respostas definitivas. Cada acervo possui sua particularidade e traz ao pesquisador uma nova perspectiva e uma nova forma de abordagem, colaborando cada vez mais para o entendimento de seu tratamento e preservação, além de seus usos nas pesquisas científicas nas mais diversas áreas.

2.4.1 Os acervos literários²³ e a literatura

A análise do arquivo pessoal do escritor João Antônio traz à tona a questão do uso dos acervos literários e suas possibilidades de pesquisa existentes. Assim sendo, torna-se importante promover uma breve discussão sobre os estudos relacionados aos arquivos pessoais de escritores.

A descoberta desses arquivos pelos pesquisadores da literatura é recente, porém, este espaço contribuiu para a redescoberta do escritor como sujeito e testemunho da história, além

²³ O uso do termo acervo em vez de arquivo vem do artigo de Maria da Glória Bordini (2003). A autora, ao escolher denominar o acervo de Érico Veríssimo, explica que a opção pelo termo acervo denomina um trabalho mais amplo, que não conserva simplesmente sua ordem e a catalogação, mas sim a obra e a imagem do escritor, enquanto o termo arquivo sugere apenas imobilização e simples classificação (BORDINI, 2003, p. 131). Essa observação torna-se pertinente nesse texto, pois, nas leituras feitas sobre os estudos dos arquivos pessoais de escritores pelos estudiosos da literatura, percebe-se o uso mais recorrente do termo acervo, em substituição do termo arquivo.

de propiciar um maior conhecimento sobre seus métodos de trabalho e o caminho percorrido para a elaboração de seu texto final, aquele entregue ao público. Assim, “Os arquivos surgem espontaneamente, como conseqüência da vida de uma pessoa ou instituição, que ficará refletida na organização de seus papéis” (VASCONCELLOS, 1994, p. 19).

Esses acervos constituem uma história de vida, uma extensão do próprio titular, seu perfil confunde-se com o perfil do escritor, portanto, “O conhecimento, a experiência e os registros dessa experiência acumulados por uma pessoa ou instituição constituem uma variada e rica fonte informativa” (SANTOS, 1995, p. 105).

O material preservado existente nesses acervos contribui para iluminar a trajetória intelectual de um escritor. Seu conteúdo, como as correspondências, depoimentos, material iconográfico, entrevistas, documentos de natureza pessoal, objetos pessoais e sua biblioteca constituem um importante material “paraliterário”²⁴ para os pesquisadores.

Assim, o ressurgimento das teorias críticas literárias dos últimos anos foi um dos fatores responsáveis pelo interesse das chamadas fontes primárias, tendo em vista que se iniciou uma valorização da figura do autor, nos bastidores de sua criação, por meio de seus rabiscos e rascunhos. A esse respeito, Maria da Glória Bordini (2003, p. 129) ressalta:

A teoria da literatura, hoje, não mais concebe o estudo imanente do texto, assim como não aceita relações puramente extrínsecas deste com seu entorno sócio-histórico ou uma origem aistóica na expressividade subjetiva ou no inconsciente de um escritor-autor. No impasse das articulações entre texto e extratexto, quer assegurar as conquistas relativas á estruturalidade da obra, devidas ao imanentismo, considerando ao mesmo seus aspectos transcendentais, segundo a concepção de que dados históricos e pessoais participam do corpo da obra [...].

A Crítica, em suas diversas diretrizes, redescobriu o campo consideravelmente aberto pelo material presente nos acervos literários. Com suas diversas possibilidades de leitura, estes fazem com que sejam revistas as diferentes concepções sobre os escritores e a história literária.

Segundo Maria Zilda Ferreira Cury (1995), a crítica literária na contemporaneidade se redefine por uma nova disposição, assimilando o lugar de seu sujeito e suas diferentes mediações. De todos os ramos dessa crítica, a chamada crítica genética, iniciada na França nos anos 1960, voltada para a gênese do texto e de seus processos de criação, talvez seja a que mais aponte para o remanejamento da crítica e da história.

²⁴ O termo “paraliterário” foi utilizado para denominar o material presente nesses acervos que colabora com a análise dos bastidores da criação, antes do resultado final da obra entregue ao público, como: “[...] correspondências entre colegas, depoimentos, material iconográfico, entrevistas, documentos de natureza privada, assim como sua biblioteca e seus objetos pessoais” (SOUZA; MIRANDA, 2003, p. 12).

A crítica genética, “[...] é uma investigação que vê a obra de arte a partir de sua construção acompanhando seu planejamento, execução e crescimento [...]” (SALLES, 2007, p. 12). Portanto, o importante não é somente a interpretação do produto considerado final, aquele entregue ao público, mas a do processo responsável pela geração da obra.

Corroborando com a explicação sobre a definição de crítica genética, Maria Luiza Ritzel Remédios (2004) a decompõe em quatro fases na gênese de uma obra literária: pré-redacional, redacional, pré-editorial e editorial. Assim,

A primeira fase compreende a exploração do tema, a decisão de escolha e a elaboração de um plano para a execução da obra; a segunda fase, redacional, corresponde à de execução do projeto propriamente dito, quando o autor desenvolve o plano e redige o texto; na terceira fase, pré-editorial, o texto encontra-se em etapa de finalização; a última fase traduz-se pela impressão da primeira edição. (REMÉDIOS, 2004, p. 284).

Dessa forma, os documentos presentes nesses arquivos pessoais auxiliam em alguns questionamentos, por meio de detalhes muitas vezes escondidos nesse material. Por isso, as fontes primárias e documentais encontradas nesses acervos podem ser entendidas,

[...] como os documentos e os fatos que recolhidos por um escritor, encontram-se na elaboração do texto final. São elementos com que o autor tenta esboçar, ou melhor, capturar a realidade. É uma forma de exposição mais próxima à realidade histórica, permitindo que o escritor monte o arcabouço, a estrutura daquilo que pretende narrar. O texto ficcional pode então, ser comparado ao mosaico, porque se compõe de fragmentos “vividros” e heterogêneos, sendo que daí extrai sua força. (REMÉDIOS, 2004, p. 281).

Entretanto, os estudos baseados nesse tipo de acervo pelos estudiosos da literatura, publicados no Brasil são recentes, porém de grande colaboração ao trabalho direto com o material presente nesses arquivos. E é pertinente realizar, aqui, um pequeno levantamento de algumas colaborações que contribuem para a difusão da pesquisa que utilizam esse tipo de fonte e que de alguma forma também auxiliaram a pesquisa aqui proposta.

A Revista *Letras de Hoje*, v. 29, n. 1 (1994), publicada pela PUCRS com os Anais do “1º Encontro de Acervos Literários” traz uma importante reflexão sobre os métodos de trabalho nos arquivos de escritores. Com exemplos de diversos arquivos presentes nos mais variados projetos e instituições, os textos contidos nessa revista esclarecem alguns questionamentos e contribuem para a preservação desse importante patrimônio documental.

Por meio do arquivo pessoal de escritores como, Clarice Lispector, Henriqueta Lisboa, José Lins do Rego, Reynaldo Moura, Pedro Geraldo Escoteguy, Dyonélio Machado e Érico

Veríssimo, além dos projetos “Acervo de Escritores Mineiros da UFMG e “Acervos dos Escritores Sulinos” da PUCRS são abordadas as mais variadas questões interdisciplinares sobre os métodos de trabalho possíveis nesses acervos, como: a organização, a classificação, a preservação e os estudos sobre a crítica literária.

A obra *A trama do arquivo* (1995), organizada por Wander Mello Miranda e publicada pelo Centro de Estudos Literários da UFMG também apresenta – com base no já citado projeto “Acervo de Escritores Mineiros” – um panorama diversificado de temas e perspectivas de abordagem, com o objetivo de elaborar uma metodologia adequada à pesquisa das fontes primárias presentes nesse tipo de acervo e visando consolidar a memória literária no Brasil por meio da preservação e da análise crítica do *corpus* bibliográfico dos escritores mineiros representativos no cenário literário nacional.

O projeto desenvolveu-se por meio dos acervos de Henriqueta Lisboa, Murilo Rubião e Oswaldo França Júnior, as coleções de Aníbal Machado e Octavio Dias Leite, a correspondência de Alexandre Eulálio para Lélia Coelho Frota e a de escritores mineiros para a poetisa portuguesa Ana Harthely. Tendo em vista as novas concepções da crítica literária e do uso dos manuscritos, as discussões tentam elucidar da melhor maneira as mais diversas abordagens da pesquisa, além de demonstrar o constante trabalho arquivístico e a importância da preservação e difusão do conteúdo desses acervos.

Também de grande importância, o livro *Arquivos literários* (2003) organizado por Wander Mello Miranda e Eneida Maria de Souza, pretende oferecer uma abertura das práticas e discussões sobre a crítica literária. Os artigos dessa obra concentram-se nas atividades desempenhadas pelos pesquisadores ligados à Coleção Archivos, vinculada à Unesco e sediada em Paris, ao CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) e ao ITEM (Institut des Textes et Manuscrits Modernes), além da participação de diversos centros de pesquisa do Brasil como a Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ), Centro de Estudos Literários (UFMG), Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, Centro de Estudos Murilo Mendes (UFJF) e a Fundação Casa de Jorge Amado (BA).

A Coleção Archivos envolve pesquisadores de diversas partes do mundo, com o intuito de proporcionar um diálogo inovador a partir do acesso e tratamento da memória escrita e da crítica genética, além da publicação de suas edições que tornam o sentido e a importância dos acervos manuscritos, conhecidos somente por uma parcela mínima de especialistas (SEGALA, 2003). Além disso, é importante frisar que o Brasil ocupa um lugar extremamente significativo nessa coleção.

Alguns artigos também fornecem exemplos importantes sobre as possibilidades de pesquisas realizadas nesses arquivos pessoais. O artigo de Eliane Vasconcelos (1999) “Preservação da memória literária” demonstra, por meio do Arquivo-Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa, a importância do conteúdo desses acervos, além da intencionalidade e conscientização da preservação da memória literária brasileira pelos próprios escritores.

Maria da Glória Bordini (2009), em “Os acervos de escritores Sulinos e a memória literária brasileira”, discorre sobre a preservação da memória cultural no âmbito literário brasileiro e fornece o conteúdo do inovador projeto “Acervos de escritores sulinos”, desenvolvido até 2007 pelo Centro de Estudos Literários da PUCRS, e que teve por objetivo o estabelecimento de uma rede eletrônica de bancos de dados sobre as fontes primárias da literatura nacional (BORDINI, 1994).

Por fim, Regina Zilberman (2009) em “Autores entre o testemunho e o arquivo”, traz uma análise importante sobre o papel do arquivo e o escritor como sujeito histórico, demonstrando que, muitas vezes, o autor transcende o texto impresso. Além de fornecer como exemplo de um contínuo trabalho em seus textos, o escritor Machado de Assis.

Frequentemente, a exigência da constituição de arquivos pessoais leva os indivíduos a desenvolverem práticas de arquivamento do eu. Dessa forma,

Percebe nos nossos escritores um empenho zeloso para guardar papéis e documentos, armazenar recortes de jornais, arquivar e ordenar originais manuscritos ou datiloscritos, correspondências (cartas, bilhetes, cartões postais, telegramas), acumular fotografias, montar bibliotecas, preservar objetos pessoais. E também a prática de colecionar: revistas, suplementos literários, obras de artes, obras de artesanato. (MARQUES, 2003, p. 147-148).

Verifica-se que – por meio do empenho de guardar suas correspondências, textos, recortes sobre sua pessoa e sua obra, entre outros materiais – alguns podem revelar uma intencionalidade e uma preocupação em preservar determinados aspectos intelectuais e culturais de sua vivência, além de preservar sua memória e, conseqüentemente, demonstrar sua participação no cenário literário nacional. E são os projetos e as pesquisas desenvolvidos com base nesses arquivos que tornam realidade esse desejo. Dessa forma, as diversas possibilidades de pesquisa nesses acervos podem se renovar permitindo novas modalidades, tais como:

[...] a das obras, do seu destino, das relações entre os processos materiais e os processos ideativos que cercam não só a obra, mas toda a instituição literária. Reinventam a biografia e a autobiografia, dão acesso às subjetividades produtoras e

receptoras, fazem pontes com os Estudos Culturais, com as preocupações pós-modernas e pós-coloniais ligadas à construção de identidades e às lutas das minorias, desfazendo preconceitos. (BORDINI, 2009, p. 4).

A “democratização” do acesso ao material presente nos arquivos de escritores abre caminho para as diversas concepções da pesquisa tanto no campo da literatura como no campo da arquivologia e da história. A preservação desses acervos torna-se, então, necessária para o conhecimento dos caminhos percorridos pela literatura brasileira. E assim,

[...] a sobrevivência dos acervos não diz respeito apenas à guarda do material em condições de sustentabilidade. Ela incide numa concepção específica sobre documentos literários, que não devem se museificar, mas organizados e difundidos a fim de contribuir para a expansão dos estudos literários e o conhecimento sempre mais aprofundado dos autores e das obras. Além disso, preservar implica dar acesso às fontes, não indiscriminadamente, mas com a supervisão de especialistas, ou a conservação não teria sentido, pois se esgotaria nas prateleiras e arquivos. (BORDINI, 2009, p. 19).

Enfim, os estudos realizados por meio dos acervos de escritores esclarecem alguns hábitos comuns da profissão, porém, cada arquivo constituído possui sua particularidade. No caso da presente pesquisa, a análise do arquivo pessoal do escritor João Antônio demonstra uma acumulação proposta pelo próprio escritor para revelar sua forma de participação na literatura brasileira. Esta hipótese será apresentada e investigada no próximo capítulo dessa dissertação.

3. CONSTRUINDO UM LUGAR NA HISTÓRIA

3.1 O Empreendimento Autobiográfico nos Arquivos Pessoais e os Princípios do Campo Arquivístico

Como destacado anteriormente, em alguns casos, os arquivos pessoais podem ser considerados como uma produção de si, ou melhor, como um empreendimento autobiográfico. Nesse caso, a lógica da acumulação e da seleção dos documentos considerados importantes decorre da ação do seu titular.

Ao relembrar o caso do arquivo de Gustavo Capanema, percebe-se claramente – por meio da prática de acumulação e, posteriormente, organização de seus papéis – a intenção da construção de sua identidade. De forma bastante peculiar, o próprio titular fez questão de classificar seus papéis com o uso de fichários; índices topográficos, onomásticos e temáticos; listagens de casos, assuntos e acontecimentos; e ainda adotou uma classificação própria para sua biblioteca pessoal (FRAIZ, 1994).

Portanto, com base neste exemplo de Gustavo Capanema e no caso do arquivo pessoal do escritor João Antônio, considera-se interessante levantar algumas questões sobre a ação do titular e a ordem original que posteriormente rege a organização desses arquivos pessoais, seguindo alguns princípios da arquivística. Desse modo,

Um conjunto de documentos por mais significativo que seja para o enredo de um determinado assunto, representa sempre o vínculo pessoal que o arquivador mantém com o mundo, não se confundindo com este pela parcialidade inerente ao recorte que o arquivador opera na totalidade. Faces de uma mesma moeda, toma-se mesmo improvável imaginar registros de ações sem arquivador e vice-versa. (VIANNA; LISSOVSKY; MORAES DE SÁ, 1986, p. 68).

Ainda de acordo com os autores, ocorre uma relação orgânica entre os documentos e o arquivador²⁵, na qual estes “[...] ficam como que orbitando no centro de gravidade que é quem os acumulou” (VIANNA; LISSOVSKY; MORAES DE SÁ, 1986, p. 68). Portanto, se os documentos não podem se afastar do seu centro gravitacional, o modo de acumular é que lhes confere sentido e lhes torna inteligíveis. Então, desaparecer-se do modo de acumulação pode

²⁵ É necessário esclarecer que o termo “arquivador” é utilizado pelos autores para designar o titular do arquivo como aquele que realmente acumulou seus papéis e “construiu” seu arquivo.

implicar no remanejamento das órbitas e, conseqüentemente, construir outras relações com a implosão do sentido original. Assim, segundo os autores,

O que nos interessa na ordem original isto é, no modo de articulação dos documentos gerado pelo processo de acumulação, não é propriamente a preservação de sua disposição física. É apreender a operação de acumulação como rede articulada de sentidos da qual o arquivador é o centro lógico. (VIANNA; LISSOVSKY; MORAES DE SÁ, 1986, p. 68).

Ainda sobre esse aspecto:

Os momentos de criação do arquivo podem ter sujeitos diversos. O processo de acumulação é dinâmico comportando revisões de articulação e remanejamento de peças, o que dificulta, ainda que não impeça surpreender seu movimento, sua trajetória: sua vontade de guardar. O que está em questão, portanto, é saber o que o arquivador quer com seus registros. (VIANNA; LISSOVSKY; MORAES DE SÁ, 1986, p. 68).

Entretanto, a intenção da constituição de um arquivo pessoal pode ser manifestada também por outros agentes que não sejam propriamente o titular do arquivo. Alguns exemplos interessantes foram citados por Luciana Quillet Heymann, em sua dissertação *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*, na qual a autora discorre sobre a constituição do arquivo na esfera privada, priorizando a ação do acumulador e de outros agentes. Ao analisar estes arquivos, ela discorre:

Determinadas preocupações, raramente presentes, poderiam levar a descobertas surpreendentes que evidenciaríamos as arbitrariedades e vicissitudes a que estão submetidos esses conjuntos quando de sua constituição. Entre elas poderíamos destacar: a questão de saber quem efetivamente construiu determinado arquivo e que peso relativo tiveram o titular e seus auxiliares no estabelecimento de critérios norteadores do processo de acumulação; quais os “acidentes de percurso” que podem ter atuado na delimitação do arquivo na sua forma final (intempéries, perdas ocasionadas em mudanças, relativa ênfase ou distração no ato de acumular em diferentes momentos), e por que tipo de triagem os documentos passaram antes de sair das mãos de seus titulares ou herdeiros e passar para a esfera pública. (HEYMANN, 1997, p. 22-23).

Sobre o envolvimento de outros agentes na constituição de arquivos pessoais, a autora fornece dois exemplos interessantes na verificação de possíveis intervenções. O primeiro exemplo é o arquivo pessoal de Epitácio Pessoa. Neste caso, a intenção de sua filha ao doar o arquivo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1962, era a de cumprir a vontade expressa de seu pai e também a de satisfazer o seu desejo de que alguns documentos estivessem disponíveis para a consulta pública, principalmente, os documentos que

corroborassem com uma determinada versão dos acontecimentos da história brasileira, dos quais seu pai tivesse participado. Portanto, para ela, por meio do ato da doação desse arquivo estabeleceu-se a intenção de atuar para a produção de um perfil político de seu pai.

Ainda segundo o relato da filha de Eptácio Pessoa, o titular teria guardado diversas matérias publicadas na imprensa sobre sua administração, visando um futuro livro sobre o seu “polêmico” período na presidência (1919-1922). Para isso, o ex-presidente incumbiu seu sobrinho, Antônio da Silva Pessoa Filho, de organizar seus papéis, e este atuando também como seu secretário, influenciou não somente na organização como também na acumulação destes documentos, sendo responsável pela preparação do arquivo e seu processo de doação após a morte do titular. Para a autora, o caso do arquivo pessoal de Eptácio Pessoa pode se aproximar de uma “biografia”, escrita por quem ordenou os papéis e revelou a atuação do titular por meio da disposição dos documentos (HEYMANN, 1997).

O segundo exemplo é o do arquivo pessoal de Filinto Müller, objeto de pesquisa da autora. Segundo Luciana Heymann (1997), há uma lacuna em sua documentação que compreende o período da ação do titular como parlamentar. Isto somente foi esclarecido por meio do depoimento de uma de suas filhas. A resposta a essa lacuna deveu-se, primeiramente, a uma má preservação desses documentos após o falecimento do titular. Porém, neste mesmo depoimento, a filha esclarece que fez juntamente com sua irmã uma seleção particular desse material, descartando o que, para elas, eram consideradas “besteiras”, antes do processo de doação; e esclarece, ainda, o receio inicial da doação do acervo por sua irmã para a proteção da imagem do pai, que para ela, foi encarado como “bode expiatório” do Estado Novo.

Nesses dois exemplos é possível perceber as diversas intervenções sofridas antes do processo de doação desses acervos. Estas intervenções podem, portanto, modificar a ordem original de um arquivo e até alterar a ação do titular e seu processo de acumulação, demonstrando a intenção futura de outros autores na constituição de uma imagem do titular.

Dessa forma, seguindo a discussão sobre o processo de acumulação dos arquivos privados, se faz pertinente abordar outra problemática. Esta se refere ao momento em que estes arquivos chegam à instituição de guarda e caracteriza-se na maneira de proceder em sua posterior classificação e organização. Segundo Ariane Ducrot (1998, p. 151), o termo classificação é definido como:

[...] o conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem organizar um fundo de arquivos de modo a facilitar ao máximo as consultas, quaisquer que sejam os pesquisadores e quaisquer que sejam os temas de suas pesquisas. A organização do fundo se faz respeitando-se sua especificidade própria e os princípios gerais da arquivística.

Um dos princípios fundamentais da arquivística e norteador do processo de classificação e organização dos arquivos públicos e que posteriormente foi estendido aos arquivos privados é o *principe du respect des fonds*, ou *princípio da proveniência*. Assim,

Em todos os países, os arquivistas começaram a classificar os arquivos por assunto de pesquisa (classificação metódica), como nas bibliotecas e nos centros de documentação. Ora, essa prática rapidamente revelou-se catastrófica: tirar os documentos do conjunto original a que pertenciam, ou romper sua ordem inicial no seio do fundo para distribuí-los entre temas arbitrariamente escolhidos e que, na maioria das vezes, deixavam de fazer justiça à sua riqueza (já que cada documento pode responder a várias questões), tornava inviável qualquer pesquisa. Os danos causados por essa prática levaram um arquivista francês, Natalis de Wailly, a definir em 1841 a noção de fundo e o *principe du respect des fonds*, ou princípio da proveniência: os documentos não devem ser tratados isoladamente segundo um quadro metódico, e sim ficar agrupados em seus fundos de origem, sendo o *fundo* o conjunto de arquivos que provêm de uma mesma entidade – repartição, órgão público, pessoa, família, empresa, etc. (DUCROT, 1998, p. 154).

Esse é um dos princípios gerais da arquivística e que rege a futura abordagem dos arquivos e que, no caso dos arquivos pessoais, pode ajudar a esclarecer a intenção do titular. Com relação ao princípio da proveniência, Priscila Moraes Varela Fraiz (1994, p. 42) salienta: “[...] consideramos este princípio perfeitamente aplicável aos arquivos privados pessoais. Um indivíduo é único, singular, e seus papéis (seu fundo) não devem ser misturados a outros de proveniência distinta”.

Como a presente dissertação discorre sobre processo de acumulação e o conseqüente projeto autobiográfico de seu titular, foi importante delinear algumas questões pertinentes aos arquivos privados, até mesmo sobre o processo posterior à sua chegada na instituição responsável pela sua guarda, que podem ajudar a fornecer alguns indícios sobre a organização inicial desses acervos e as possíveis intervenções sofridas.

O arquivo pessoal de João Antônio manteve muito das características de sua ordem original, porém, claramente, é possível observar algumas das intervenções sofridas ao longo do processo de retirada de seu apartamento até a chegada deste na UNESP de Assis. No entanto, em uma análise mais aprofundada deste acervo pode-se verificar que algumas de suas series documentais mantiveram-se inalteradas, apontando para uma intenção de preservação do próprio titular.

3.2 O Arquivo Pessoal do Escritor João Antônio

Em 1998, após um prévio entendimento com Marília, primeira esposa de João Antônio, e com seu filho Daniel Pedro, herdeiro do espólio, o acervo foi cedido e depositado na Unesp - Campus de Assis, cujos responsáveis eram os docentes Tania Celestino de Macêdo e João Luís Cardoso Tápias Ceccantini. A partir de 1999, a coordenação do acervo passou para a docente Ana Maria Domingues de Oliveira, que participou também da organização preliminar desse material, tornando-se responsável pelas pesquisas desenvolvidas a partir dele.

O acervo foi cedido à Unesp de Assis, pois era a universidade em que a professora Tania Celestino de Macêdo lecionava. Tania manteve anos de correspondência com João Antônio e sabia da vasta quantidade de missivas que ele possuía. Com a morte repentina do escritor, tendo receio da perda desse material, ela procurou sua família para uma possível cessão desse acervo,

[...] procurei a família dele, e cheguei até a primeira esposa dele, a Marília, ela me apresentou o filho deles (Daniel), e conversamos muito. Eles concordaram em ceder o acervo. Ela ficou com uma parte na casa dela, fez uma separação, pois não é tudo do João Antônio que está lá, ela fez uma separação muito pessoal dela. (informação verbal).²⁶

A trajetória entre a retirada do acervo do apartamento de João Antônio até a chegada dele a Assis contou com alguns percalços. Devido às circunstâncias de sua morte, seus pertences foram levados às pressas de seu apartamento em Copacabana para um sítio em Jacarepaguá, de propriedade de um primo de Marília. Lá, permaneceram durante meses, em caixas de mudança, sem qualquer ordenação ou cuidados de preservação.

O professor João Luís Cardoso Tápias Ceccantini, responsável pela retirada desse material do sítio da família, relata a situação em que ele se encontrava,

[...] o lugar que era de difícil acesso, nós demoramos um pouco pra chegar, realmente, era uma chácara bem escondidinha e foi trágico ver as condições onde se encontrava o acervo, por que era um lugar, um brejo, para eu ser honesto, em uma casa semiabandonada, esses caixotes estavam jogados todos em um canto empilhados, muitos deles quebrados e o material espalhado. Eu cheguei a ver

²⁶ Informação fornecida em entrevista cedida pela Professora Tania Celestino de Macêdo em 16 de julho de 2008.

originais no chão, alguma parte estava molhada, tinha mofo, tinha tudo que você imaginar de pior, além do caos, as condições de preservação eram as piores possíveis. Colocamos tudo no caminhão e voltei com as coisas para cá (Assis). (informação verbal).²⁷

Com a chegada desse material à Unesp de Assis, iniciou-se uma organização preliminar com a colaboração de pesquisadores e dos professores responsáveis pelo acervo. Segundo a Professora Tania Celestino de Macêdo (informação verbal)²⁸, essa organização ocorreu da seguinte maneira:

Ele ficou durante muito tempo fechado, e a direção da Unesp de Assis entregou uma sala para que ficassem as caixas, a ordem era aleatória porque ela já tinha sido destruída inicialmente. E aí, nós resolvemos, com a ajuda de alguns pesquisadores que já conheciam a obra de João Antônio ou o conheciam pessoalmente, tirar o material das caixas, conseguimos umas estantes e separamos, mais ou menos, de acordo com o que se conhecia.

Devido à importância desse acervo, é válido demonstrar aqui seu conteúdo que é composto de documentos produzidos desde seu nascimento, em 1937, até sua morte, em 1996. Este é considerado um acervo bastante heterogêneo, pois nele se encontram correspondências pessoais, blocos de anotações, agendas, fotos, contratos de trabalho com editoras, coleções de revistas, recortes de jornais relacionados ao autor e suas obras, discos, originais de suas obras, incluindo inéditos, alguns móveis que pertenceram ao escritor e sua biblioteca particular.

O acervo não possui ainda sua quantificação definitiva, pois a identificação sumária de parte dessa documentação está sendo realizada concomitantemente ao desenvolvimento de pesquisas pelos discentes da mesma universidade, nos níveis de graduação e pós-graduação, com a supervisão de técnicos do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap).

Estima-se que o acervo é composto por 50 metros lineares de documentação textual; cerca de 4000 livros sobre os mais variados títulos e assuntos, como: política, biografias, romances, poesia, crítica literária, ocultismo, música popular brasileira; cerca de 500 exemplares de periódicos diversos e, aproximadamente, 380 discos²⁹.

²⁷ Informação fornecida em entrevista cedida pelo Professor João Luís Cardoso Tápias Ceccantini, em 24 de setembro de 2010.

²⁸ Informação fornecida em entrevista cedida pela Professora Tania Celestino de Macêdo, em 16 de julho de 2008.

²⁹ Os números relacionados ao material contido no Acervo João Antônio demonstrados aqui, encontram-se no Cedap e foram registrados por algumas pesquisas já realizadas no acervo.

Como se sabe, ao longo de sua vida, João Antônio foi um leitor dedicado, fazendo questão da preservação de uma vasta biblioteca pessoal. Muitos desses livros estão autografados e guardam as marcas da leitura atenciosa do escritor por meio de uma extensa marginália.

O número de periódicos que o acervo possui também é importante para verificar sua ativa participação na imprensa brasileira, incluindo desde jornais escolares dos mais diversos lugares do Brasil, além de revistas e jornais que demonstram sua colaboração na imprensa alternativa.

Vale lembrar, do mesmo modo, que o volume de correspondências contidas no acervo é bastante relevante. Nelas, encontra-se material referente a diversos intelectuais brasileiros e internacionais, atestando as diversas relações de sociabilidade mantidas pelo autor, além de preciosas informações sobre sua produção literária.

Quanto à sua discoteca, ou melhor, aos discos de vinil e acetato, pode-se perceber que a maioria refere-se à música popular brasileira. E, apesar de pequena, há também a coleção de fotos do autor, realizadas por fotógrafos reconhecidos, que registraram algumas cenas da vida popular brasileira e foram reunidas com afincos por João Antônio.

Considera-se, igualmente, de absoluta importância a presença dos originais de seus textos manuscritos e/ou datilografados, tornando possível acompanhar todo o seu processo de escrita com base na leitura das várias versões de cada um de seus textos e das pesquisas feitas pelo próprio escritor, que antecederam a redação final de suas obras e de suas publicações na imprensa.

O acervo encontra-se depositado no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap) da Unesp de Assis e contou com as técnicas de conservação e preservação, bem como com a colaboração dos estagiários do projeto “Preservação, organização e disponibilização do acervo João Antônio”, coordenado pela professora Ana Maria Domingues de Oliveira e financiado pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Proex).

3.3 O Arquivo de João Antônio como um Espaço Autobiográfico

Ao entrar em contato com o acervo João Antônio, é possível perceber o zelo com que o escritor guardou os registros de sua vida. Esse zelo se estendeu, sobretudo para as pastas de recortes e para as correspondências, incluindo seu caderno de protocolo, que possuía indícios

da intenção de ter sob controle todos os registros de seus contatos e de sua vida como escritor. Esse mesmo cuidado pode ser observado também em sua biblioteca pessoal.

Portanto, antes de abordar diretamente seu arquivo, considera-se aqui, interessante descrever alguns dos critérios utilizados pelo escritor em relação a seus livros.

João Antônio, ao que se sabe, era um ávido leitor. Juntamente ao seu gosto pela leitura e à dedicação em manter seus registros, sua biblioteca não poderia ter ficado fora de seus cuidados. Em entrevista, perguntado se possuía uma biblioteca, ele responde de maneira singular: “Tenho, embora não possua o espírito de posse de livro, como, aliás, de nada. Mas não a mostro a ninguém. Trata-se de outra de minhas superstições; ou manias”³⁰

Talvez, estas manias e superstições sejam responsáveis pelas boas condições em que sua biblioteca se encontra. Nesta, podem-se destacar obras de diversos autores nacionais e internacionais de sua preferência, como: Graciliano Ramos, Lima Barreto, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado, Luís da Câmara Cascudo, Caio Prado Júnior, Karl Marx, George Lukács, Tolstói, Búnin, Gorki, Tchecov, Lênin, Dostoievski, Walter Benjamin, entre outros.

Uma de suas manias, que revela o apreço por suas obras, são as anotações de seu interesse que foram feitas em papéis colocados no meio desses livros, o que pode ser chamado de marginália. Além disso, pode-se verificar que alguns de seus livros estão encapados, pois já estariam danificados com a ação do tempo³¹.

Além de sua biblioteca, é possível observar o intenso cuidado com seus documentos. Sobre o arquivo, o que se nota é que seu conteúdo reflete sua busca constante pelo conhecimento e pelo reconhecimento de seu trabalho literário. As séries documentais que evidenciam de forma clara tal intenção possuem grande quantidade de material preservado pelo próprio João Antônio, em sua maioria, discorrem sobre sua produção literária e seu lugar na literatura brasileira.

Entretanto, João Antônio possuía, além do zelo, consciência sobre a importância da guarda desse material, não somente para a posteridade, mas também para ajudar a ampliar a divulgação de seu trabalho. Este pensamento pode ser demonstrado em um trecho de uma correspondência que se encontra em seu acervo,

³⁰ Este trecho foi retirado de uma entrevista com João Antônio intitulada “O Malagueta da Literatura”, realizada por Paulo França e publicada no periódico *Tribuna da Imprensa*, em 11 de novembro de 1994. Esta entrevista foi encontrada em meio à série “pastas de recortes”.

³¹ Em entrevista com a Professora Tania Celestino de Macêdo, ela destaca que muitos desses livros que estariam encapados, são os que restaram do incêndio mencionado no primeiro capítulo, em que João Antônio afirma que perdeu os originais de seu primeiro livro *Malagueta, Perus e Bacanaço*.

Sei que há, em Brasília, um estudioso de literatura que guarda tudo, em arquivo valioso, sobre todo mundo. Dizem que ele já falou coisas que eu até desconheço sobre mim. Não sei o nome do homem, mas ele é conhecido lá. Escreva a Cassiano Nunes e peça o endereço desse estudioso e teimoso colecionador.³²

É interessante notar o termo “teimoso colecionador”, utilizado por João Antônio neste trecho acima, associado ao ato de acumular material sobre escritores como uma teimosia, algo que seja difícil e pouco recorrente. Estas duas palavras, a nosso ver, refletem a consciência presente em João Antônio sobre o ato da acumulação de seus documentos.

Já quanto à organização desses arquivos, segundo Priscila Moraes Varella Fraiz, que analisou o arquivo pessoal de Gustavo Capanema na perspectiva de um espaço autobiográfico,

É bastante raro que um arquivo privado pessoal chegue a uma instituição de memória com algum arranjo prévio, determinado pelo próprio titular do arquivo ou mesmo por seus familiares; mais raro ainda é encontrar um tipo de material que reflita e revele essa ordem original, que nos diga “do” arquivo e “sobre” o arquivo. (FRAIZ, 1994, p. 2).

E o arquivo pessoal do escritor João Antônio não foge à regra. Como já mencionado anteriormente, pelas circunstâncias de sua morte e a rápida retirada desse material de seu apartamento, sua ordem original não pôde mais ser estabelecida. Sobre sua organização inicial, Tania Celestino de Macêdo (informação verbal)³³ discorre:

Foi Marília que começou inicialmente a escrever nas cartas a ordem que estava no apartamento, então ela foi pegando o material, colocando nas caixas e escrevendo, mas era muita coisa. Então, o que ela fez? Ela foi juntando aleatoriamente, para poder rapidamente limpar o apartamento e devolver para o dono [...] e foi nessa ordem confusa que o acervo foi para o sítio [...]

Mais adiante ela relata como foi feita a separação e a segunda organização do acervo, logo após a chegada do acervo na Unesp de Assis,

A grande primeira separação foi o que achei que era a biblioteca pessoal, o que o acompanhava desde o início, ficou em uma estante, aliás, as duas primeiras estantes do canto. O critério para essa separação foram os livros encapados, por que eu sabia que esses eram os livros que não tinham sobrevivido ao incêndio, mas que desde sempre o acompanhavam ou estavam com amigos, esses são os livros que possuem marginália, são os livros da biblioteca muito pessoal e a partir daquilo, você consegue reconstituir o mundo das leituras de João Antônio, o que é importante. Os outros, eram livros que ele tinha numa biblioteca mais ampla e essa biblioteca é capaz de fornecer uma imagem do João Antônio, tem muito livro de teoria literária, nunca se pensou que ele tivesse livros de teoria, quer dizer, ele tinha uma reflexão, e são livros que dá pra ver que foram manuseados. Depois, as cartas foram separadas,

³² Carta a Jácomo Mandatto datada de 17 de junho de 1980.

³³ Informação fornecida em entrevista realizada em 16 de agosto de 2008.

grosso modo, pelos envelopes e os originais dos livros, como eu conhecia os títulos, eu separei, mas havia muita coisa que eu não conhecia, eu não sei como está isso hoje, eram coisas que ele não publicou ou publicou em outros lugares, sobretudo na Alemanha, [...] Então foi assim, o que era do autor, os originais e o que era inédito, essa foi à primeira arrumação.³⁴

Vale lembrar que a organização descrita pela professora Tania não se manteve por diversos fatores, entre eles, a mudança do acervo para as novas instalações do Cedap. Porém, essa informação é de extrema importância, pois permite verificar as diversas intervenções sofridas na tentativa de resgatar alguma parte da sua organização original.

3.3.1 Série “Pastas de Recortes”

Apesar das diversas intervenções, ao se aprofundar na análise do arquivo, pode-se verificar que a série documental – aqui chamada de “Pastas de Recortes” –, que possui em sua maioria recortes de periódicos, ainda manteve algumas das características de organização do próprio titular. Sobre estas pastas, a professora Tania Celestino de Macêdo (informação verbal)³⁵ relata:

Com relação às pastas eu não sabia que ele tinha, eu sabia, por exemplo, que ele tinha uma obsessão pela escrita, então eu recebi algumas vezes, e sabia que outras pessoas também recebiam, [...], cartas nos papéis de cigarro, eu sabia que era uma forma normal dele escrever, mas não sabia que ele guardava tudo em pastas, organizadas cronologicamente, e também foi achado dentro do acervo, textos de jornal sobre a conservação de livros, o que se deve passar para o livro não estragar, essas coisas. Quer dizer, ele tinha uma visão de conservação, uma visão de arquivista. Porque a gente pode dizer isso? Por que ele não guardou somente textos favoráveis a sua escrita, ele guardou tudo o que se escreveu sobre ele, portanto ele tinha uma consciência naquele momento de uma documentação.

A prática de guardar e manter recortes de periódicos com as suas produções jornalísticas e literárias, entre outros assuntos, parece recorrente entre os escritores. Alguns exemplos que podem ser citados é o caso do escritor Murilo Rubião que acumulou recortes que versam em sua grande parte sobre literatura, além de sua coleção sobre o *Suplemento Literário de Minas Gerais*, do qual foi fundador (ANDRADE, 1995). E também, Clarice Lispector que guardou, além de recortes que continham a sua produção jornalística, recortes com referências sobre sua pessoa e sua obra (VASCONCELLOS, 1994).

³⁴ Informação fornecida em entrevista cedida pela Professora Tania Celestino de Macêdo, em 16 de agosto de 2008.

³⁵ Informação fornecida em entrevista realizada em 16 de agosto de 2008.

Porém, o diferencial nessa prática, no caso de João Antônio, é a tentativa de organização criada pelo próprio titular. Sua peculiaridade é a organização destes em pastas que em sua maioria possuem títulos por ele atribuídos datilografados em etiquetas que direcionam a quais obras os recortes se referem; ou recortes de títulos de periódicos colados nas pastas que funcionam com etiquetas também direcionando o material presente em cada pasta.

Dentro destas pastas, os recortes podem estar fixados ou soltos. Muitos estão colados em folhas de papel e alguns possuem anotações. É importante ressaltar também que as pastas trazem, além dos próprios recortes com as referências sobre sua produção literária e sobre ele próprio, textos seus publicados em diversos periódicos, às vezes acompanhados do original datilografado e materiais que os complementam como correspondências, bilhetes, folderes e cartazes, programação de eventos, convites, entre outros. Nesse caso verifica-se a intenção do escritor de reunir, em torno dos textos, todas as informações complementares que poderiam gerar um conhecimento preciso e completo de sua escrita e das condições em que ela se deu.

Não há como saber quando João Antônio começou a acumular e organizar todo esse material em pastas. Porém, em um trecho de sua correspondência o escritor cita a grande quantidade de pastas que possui:

Seu plano para os artigos é muito bom, mas esbarra num problema sério meu, no momento. Estou escrevendo e sem tempo para juntar tamanhos documentos que você pretende reunir. São pastas e mais pastas e eu estou, agora, mergulhado na escrita de coisas novas.³⁶

A respeito do material presente em suas pastas, o próprio João Antônio em outro trecho de sua correspondência discorre sobre a importância da prática de acumulá-lo e da existência de um arquivo:

Estou-lhe mandando um catatau de material. Leia e me devolva tudo, pois, preciso para meu arquivo. Acho que você deveria dar uma parada no seguimento de seus artigos e olhar bem o material que lhe estou enviando. [...] De qualquer forma, você deve me devolver o material que lhe estou enviando, certo?³⁷

Essa mesma correspondência traz alguns aspectos interessantes que refletem, de certa forma, o comportamento quase que obsessivo de João Antônio sobre seus recortes. Além de pedir repetidamente que o amigo devolvesse o material enviado, o mais interessante desta carta

³⁶ Carta a Jacomo Mandatto, datada de 13 de maio de 1980.

³⁷ Carta a Jacomo Mandatto, datada de 04 de julho de 1980.

é que, juntamente a ela, o escritor anexa uma lista com os títulos de vinte e quatro recortes críticos sobre *Malagueta, Perus e Bacanaço*, que ajudariam o amigo a escrever um artigo sobre sua obra. Entretanto, esta lista também serviria como um controle do recortes enviados.

Este pedido sobre a devolução do material enviado por ele pode ser visto em outras correspondências e para outros autores. Desse modo, parece clara a percepção de João Antônio em preservar seus recortes como parte do registro de sua vida, pois estes representam, para ele, a sua participação no cenário literário. Ainda sobre este aspecto, em outra correspondência evidencia-se, entre mais um pedido de devolução, a consciência da importância do material enviado: “Diga-me como recebeu este material e vá devolvendo. Tudo isso é a minha história”.³⁸

O interesse em organizar estes recortes de periódicos que foram acumulados durante tanto tempo aparece em correspondência a outro de seus grandes amigos, demonstrando o quão útil será esta atitude para o conhecimento futuro de sua produção,

Sempre direi que se aprende com Fábio Lucas. Você tem me dado idéias oportunas. Uma delas foi a de ir organizando aos poucos a reunião de críticas saídas sobre meus livros. Agora, que um estudante de Rio Claro (Édison Luis Lombardo) está preparando um trabalho grande sobre este aqui, é que entendo a grande e sábia mineirice de Fábio Lucas. Assim, lhe agradeço. E providenciarei a reunião desse baú hoje desarrumado. (ANTÔNIO apud GIORDANO, 2004, p. 122).³⁹

Não há como saber se foi a partir desse momento descrito nesta correspondência que João Antônio começou a organizar da forma como se encontram atualmente estas pastas, porém, mais uma vez, este trecho atesta a consciência do escritor em manter e organizar seus registros. E percebe-se que, a partir desse momento, pelo menos, o cuidado com o arquivo será redobrado.

Portanto, na ideia de João Antônio, a acumulação desses recortes e futuramente sua organização contribuirão para ajudar o escritor a demonstrar sua participação no cenário literário. Dessa forma, é importante destacar alguns traços desta organização, começando pela análise do que será chamado aqui de “títulos”, que se encontram na parte externa das pastas de recortes de periódicos e que foram atribuídos pelo próprio escritor.

Vale apontar aqui, a peculiaridade dessa série chamada “Pastas de Recortes”. Na verdade, trata-se de pequenos dossiês de documentos reunidos em torno de um eixo comum,

³⁸ Carta a Jacomo Mandatto, datada de 22 de julho de 1980.

³⁹ Carta a Fábio Lucas, datada de 11 de julho de 1991.

críticas e/ou textos publicados, fugindo ao padrão serial dos conjuntos homogêneos de recortes de jornais e revistas

3.3.1.1 Os títulos

A maioria das pastas de recortes possui o que se pode chamar de títulos, atribuídos pelo escritor. Funcionam como etiquetas feitas e escritas pelo próprio João Antônio, que podem ser tanto os recortes dos títulos dos periódicos em que o titular colaborou quanto papéis datilografados com os nomes de suas obras sobre as quais se referem os recortes ou ao textos, entre outros materiais ali contidos.

Foram encontradas em seu acervo setenta pastas⁴⁰. Sua numeração foi por mim atribuída. Como não havia ordenação dos assuntos das pastas, elas foram numeradas conforme iam sendo retiradas do local em que se encontravam. É importante destacar que esse material foi devidamente higienizado pelos estagiários do CEDAP e acondicionado em embalagens adequadas para sua preservação.

Partindo da análise destas setenta pastas, pode-se iniciar com as pastas que possuem como etiqueta, títulos de periódicos. Seu conteúdo, além de recortes de jornais e revistas geralmente relacionados a esse título, inclui alguns textos datilografados, que muitas vezes se referem a suas colaborações nesses periódicos específicos. Formam um total de 20 pastas com essa composição e que foram numeradas como: 01, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 14, 15, 16, 21, 32, 36, 44, 45, 48, 50, 55, 61 e 62. Por isso é importante demonstrar rapidamente o conteúdo dessas pastas na tentativa de apreender a intenção do escritor João Antônio.

Em sua maioria os recortes dispostos nessas pastas referem-se a artigos, contos ou crônicas escritos por João Antônio para os periódicos a que o título se refere. Desse modo, as pastas com as numerações 05, 07, 08, 14, 15, 16, 32, 44, 61 e 62 seguem exatamente o título contido na pasta, contendo recortes da colaboração de João Antônio e também textos datilografados, que seriam os originais, ou fotocópias deles. Para exemplificar, pode-se tomar a pasta número 07 que possui como etiqueta o recorte do título do jornal *Tribuna da Imprensa*. Os recortes nela contidos tratam de suas colaborações junto a esse periódico nos anos de 1994 e 1995.

⁴⁰ Ver o Apêndice A.

Porém, as pastas com as numerações 01, 06, 11, 12, 21, 36, 45, 48, 50 e 55, não seguem exatamente os mesmos critérios de organização descritos nas pastas anteriores. O diferencial está no seu conteúdo que traz também, além das publicações referidas aos seus títulos, recortes ou textos referentes a publicações em outros periódicos, e em alguns casos, junto a recortes sobre sua pessoa e sua obra. Isto pode ter sido feito pelo próprio escritor ou por outras pessoas envolvendo a possibilidade de algumas das intervenções sofridas. Entretanto, pode-se perceber que mesmo com conteúdo um pouco diferenciado, a maioria segue o título disposto nas etiquetas das pastas.

Outras vinte pastas trazem, como título, etiquetas datilografadas com o nome de suas obras. Essas pastas são as que obedecem à numeração 02, 17, 18, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 38, 39, 52, 56, 57, 63, 65, 66 e 69. A maioria delas traz datilografados vários títulos das obras de João Antônio em uma mesma etiqueta e possuem recortes sobre tudo o que foi publicado sobre João Antônio e sua produção literária nos mais diversos periódicos brasileiros desde a década de 1950 até a década de 1990, lembrando que a quantidade de recortes referentes à década de 1950 é extremamente pequena. Note-se que a maioria desses recortes referem-se às décadas de 1970 e 1980 que correspondem ao auge da produção literária de João Antônio.

Os títulos de suas obras que aparecem datilografados nas etiquetas coladas nas pastas são: *Malagueta, Perus e Bacanaço*; *Leão-de-chácara*; *Malhação do Judas Carioca*; *Livro de Cabeceira do Homem*; *Malditos Escritores!*, sendo estas duas últimas obras organizadas por João Antônio, *Casa de Loucos*; *Calvários e Porres do Pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*; *Lambões de Caçarola e Ô Copacabana*.

Destas pastas, somente seis delas apresentam etiquetas datilografadas apenas com o título de uma obra de João Antônio, são elas: pasta 18 - “Abraçado ao meu Rancor”; pasta 30, - “Dedo duro”; pasta 33 - “Casa de Loucos 4ª edição”; pasta 38 - “Meninão do Caixote 4ª edição em diante”; pasta 56 - “Malagueta, Perus e Bacanaço João Antônio”; e pasta 69 - “Leão-de-chácara”. Porém, ao analisá-las, verificou-se que os recortes contidos nestas não se referem somente às obras indicadas em seus títulos, mas, em sua maioria, seguem os anos de publicação dessas obras, atestando certa organização do titular que, nesses casos, leva em consideração a cronologia de suas obras.

Além dessas, quatro pastas da série possuem datilografado em sua etiqueta o título de “Crítica” e em cada uma, abaixo dessa palavra datilografada, estão escritas as datas referentes ao seu conteúdo. Essas pastas são as de número 25, com a data de “1980 e 1985”; a de número 42, com a data de “1986 a 1991”; a de número 46 com o título datilografado “Crítica

1975” e a de número 68 com a data de “1976 a 1979”. Tais pastas possuem alguns textos datilografados, mas em sua maioria apresentam recortes sobre João Antônio e sua produção literária seguindo exatamente as datas colocadas em seu título. Estas pastas são um exemplo da organização articulada por João Antônio, pois não possuem exceções como em muitas pastas referidas anteriormente e seguem um critério cronológico.

Por também conter o mesmo material e o mesmo modo de organização das pastas de recortes foram incluídos nessa descrição quatro envelopes que estavam junto a elas e que podem ser considerados integrantes dessa série documental. Sua numeração, assim, segue a mesma das pastas. Referem-se ao número 40 com título escrito “Material crítico e de divulgação”, ao número 49 tendo como título “Material de Jundiaí e entrevista com a Ática” e aos números 47 e 51 com o título “Material de divulgação”. Neles, além de recortes e textos sobre João Antônio e sua obra, encontra-se informações biobibliográficas, convites para que João Antônio ministrasse conferências e algumas correspondências, seguindo o mesmo conteúdo das pastas e este conteúdo segue exatamente os títulos propostos.

Já outras duas pastas contidas no acervo possuem títulos diferentes daqueles que já foram apresentados. Por exemplo, a pasta número 04 apresenta como título datilografado “A quadratura do sol (pseudônimo Vesper)”, e agrupa, em sua maioria, recortes com a colaboração de João Antônio em alguns periódicos na década de 1960. E a pasta 34, com o título datilografado “Estar Estepe: força e valor da marginalia de Deukrepe Nastenka”, contém fotocópias de recortes sobre João Antônio referentes à década de 1980 e alguns textos escritos por ele. Porém, ao analisar o conteúdo dessas pastas, não foi possível estabelecer uma conexão entre o material contido e os títulos propostos.

Na pasta de número 41 consta o título datilografado “João Antônio Ferreira Filho”, e seu conteúdo está relacionado às atividades do escritor, com fotocópias de seus documentos, curriculum vitae, opiniões críticas, repercussões de suas obras e prêmios, além de fotocópias de seus contos publicados em alguns periódicos na década de 1950. Há, ainda, alguns recortes sobre sua pessoa e sua obra publicada na década de 1960. Assim, essa pasta parece conter o material utilizado para divulgação do trabalho literário de João Antônio.

A pasta de número 60, com o título datilografado “Depois da Alemanha. A partir de setembro de 1988”, reúne recortes sobre João Antônio e sua produção literária após 1988, ano em que o autor voltou da Alemanha. Contudo, seu conteúdo difere um pouco de seu título, pois, há também recortes de suas colaborações em periódicos que antecedem essa data, podendo atestar algumas intervenções feitas pelo escritor ou por outra pessoa.

Desse modo, pode-se perceber que a maioria das pastas organizadas por João Antônio apresenta títulos conferidos pelo próprio escritor na tentativa de esclarecer seu conteúdo. Entretanto, ainda há dezoito pastas contidas no acervo que se encontram sem nenhuma referência, estas são as pastas com os números 03, 09, 10, 13, 19, 20, 23, 26, 31, 37, 43, 53, 54, 58, 59, 64, 67 e 70.

Em algumas delas, pode-se verificar até a marca da cola utilizada para fixar as etiquetas, possivelmente perdidas quando da rápida retirada do acervo do apartamento de João Antônio ou, posteriormente, devido às péssimas condições em que ele se encontrava no sítio em que foi guardado. Possuem praticamente o mesmo conteúdo das pastas vistas anteriormente, com recortes sobre João Antônio e sua produção literária, recortes com suas colaborações em diversos periódicos, textos datilografados, algumas correspondências, entre outros materiais.

Enfim, a intenção de demonstrar, aqui, os títulos conferidos por João Antônio em suas pastas destaca-se por refletir alguns dos aspectos sobre a organização desse material proposta pelo próprio titular, contribuindo para o entendimento de sua intenção autobiográfica perante seus documentos. Porém, é importante analisar, também, o conteúdo destas pastas e seu critério para organização.

3.3.1.2 O conteúdo e sua organização

Como já foi descrito acima, porém rapidamente, o conteúdo relacionado às “pastas de recortes” traz em sua maioria recortes de periódicos que, de alguma forma, discorrem sobre assuntos em torno da figura de João Antônio. Predominam artigos sobre sua figura como escritor e suas obras e as suas colaborações nos mais diversos periódicos.

Os recortes que informam sobre João Antônio e suas obras trazem, em sua maioria, entrevistas realizadas com ele e opiniões críticas sobre seus lançamentos no mercado editorial. Alguns recortes referem-se também à sua participação em eventos nos mais diversos lugares do país, muitos deles tratando de suas conferências proferidas ao público estudantil. Ainda há alguns recortes, porém em menor quantidade, que trazem as opiniões de João Antônio sobre determinados assuntos. Como exemplo, textos em que foi citado quando o assunto relacionava-se à profissionalização do escritor. Esta, como se sabe, foi uma de suas grandes lutas.

Sua atuação como jornalista também se evidencia no conteúdo dessas pastas. Alguns recortes são de seus artigos, crônicas e contos publicados nos mais diversos periódicos durante toda sua vida. É importante salientar que, relacionado às suas colaborações, pode-se verificar nestas pastas a presença de uma grande quantidade de textos seus, podendo ser tanto os originais datilografados como fotocópias.

Em menor quantidade, as pastas também guardam outros documentos que não sejam recortes de periódicos. Além dos originais de textos já citados acima, há folders, cartazes e programações sobre alguns eventos que contaram com a sua participação; convites para palestras e suas noites de autógrafos; bilhetes, telegramas e correspondências; algumas anotações relacionadas às suas publicações; fichas de orientação de leitura de algumas de suas obras; caricaturas de João Antônio feitas por alguns artistas; recibos de pagamentos por conferências realizadas ou colaboração em algum periódico; certificados de suas participações em eventos; Curriculum Vitae e dados sobre a carreira literária de João Antônio; e alguns documentos relacionados à sua participação na TV Globo⁴¹ como: cessão de direitos; pautas da programação, recibos de viagens, entre outros.

Há uma relação estabelecida pelo próprio João Antônio entre esses diversos documentos e os recortes ali presentes. Por exemplo, quando há originais de suas colaborações, estes, em sua maioria, vêm acompanhados dos recortes que se referem a eles. Essa reunião de outros documentos confere sentido ao lugar que ocupam na pasta, indicando que a escolha de mantê-los ali não foi aleatória. Esse raciocínio é seguido também quando há folderes ou programações de eventos que possuam palestras proferidas por ele, pois, normalmente este material vem acompanhado do recorte de algum periódico sobre esta participação.

Quanto aos telegramas, bilhetes e correspondências encontrados em meio às pastas pode-se perceber que estes possuem um conteúdo estritamente profissional, normalmente relacionados à sua produção literária ou à sua colaboração em periódicos. As correspondências e os telegramas recebidos por João Antônio geralmente discorrem sobre o recebimento de convites para noites de autógrafos e eventos; elogios pelas suas obras literárias, colaborações em periódicos, suas entrevistas e comentários.

É interessante notar que, em algumas pastas, há fotocópias de correspondências escritas pelo próprio João Antônio que podem ter sido enviadas ou não, e são direcionadas a

⁴¹ Segundo a dissertação de Cássia Alves Ferreira (2003), foram divulgadas algumas matérias na imprensa sobre um convite da TV GLOBO, para que João Antônio participasse como comentarista de assuntos literários no *Jornal da Globo*. E pelo conteúdo de suas pastas, verifica-se que realmente efetivou-se sua participação, porém não foi encontrado material que atestasse por quanto tempo ele atuou na TV.

alguns editores referindo-se a cobranças relacionadas à suas colaborações. Do mesmo modo, outras correspondências escritas por ele, apesar de se encontrarem em algumas pastas, direcionam-se a professores e apresentam pedidos para que estes recomendassem suas obras nas escolas e universidades. Ainda há correspondências direcionadas a alguns amigos, com pedidos para a publicação em periódicos sobre suas obras ou para que estes as recomendassem.

Quanto aos bilhetes, a maioria deles foi enviada juntamente com alguns recortes. Ao analisar os recortes de periódicos presentes nas pastas, vê-se que muitos foram enviados a João Antônio, sendo esta uma prática recorrente para o escritor. Normalmente, estes bilhetes trazem algumas informações sobre o recorte que o acompanha como o nome do periódico, a data e o autor. Porém, em alguns recortes nota-se também que essas informações podem estar presentes no próprio recorte com a assinatura de quem o enviou. Deve-se mencionar a existência de alguns poucos bilhetes que registram agradecimentos pelo comparecimento de João Antônio em eventos, às vezes também acompanhados de recortes referindo-se ao evento em questão. Além da grande quantidade de recortes de periódicos originais, há também uma grande quantidade de fotocópias, às vezes acompanhadas do original. Em alguns casos, há mais de uma fotocópia do mesmo recorte. Algumas delas podem ter sido enviadas para João Antônio e outras feitas pelo próprio escritor, provavelmente com a intenção de divulgação de seu trabalho.

Uma prática recorrente de João Antônio era a de desfazer a embalagem de maços de cigarros e reutilizá-las como papel para anotações. Muitas estão soltas em meio aos diversos recortes dentro das pastas. Outra prática do escritor foi a de formar com essas folhas um pequeno bloco e nele anotar significados de expressões, frases soltas, lembretes, entre outros⁴².

Antes de passar especificamente aos recortes de periódicos e à formulação de algumas de suas características de organização, devo mencionar uma pasta encontrada no acervo que possui um conteúdo diferente do material acumulado na grande maioria das pastas. Mas como se encontrava junto ao restante da documentação em foco e apresentava uma

⁴² Estas embalagens de cigarros eram muito utilizadas por João Antônio. Elas se encontram em todo o acervo. Inclusive, foi encontrada uma grande quantidade desses pequenos blocos sem quaisquer anotações. A professora Tania Celestino de Macêdo em sua entrevista esclarece que esses papéis de cigarros podiam ser também enviados como correspondências aos seus amigos. Segundo ela, “... estas cartas nos papéis de cigarro, eu sabia que era uma forma normal dele escrever...”

característica comum sobre a organização realizada pelo próprio João Antônio e seria pertinente descrevê-la também.

Esta é a pasta de número 13 e contém material referente a uma viagem de João Antônio a Cuba, contendo: um caderno com telefones e endereços de editoras e de algumas pessoas residentes em Cuba, postais brasileiros com nomes e endereços de pessoas residentes no Brasil, relatos sobre situações vivenciadas por ele nessa viagem e alguns exemplares de periódicos cubanos.

O interessante desta documentação é notar um dos critérios de organização utilizado por João Antônio. No caderno de telefones e endereços há uma marcação em alguns nomes indicando as pessoas que deveriam receber cartões postais e poesias brasileiras. Já nos cartões postais do Brasil também há marcações indicando quais pessoas receberiam cartões postais de Cuba. Essa característica de marcar algumas pessoas e anotar o que foi ou o que seria enviado será vista, também, de forma bastante expressiva em seu caderno de protocolo relacionado às suas correspondências.

Enfim, constata-se que os recortes de periódicos formam a grande maioria do material acumulado durante anos em suas pastas, seguindo critérios definidos por João Antônio para sua acumulação e posterior organização. Tais critérios indicam prioridades para a construção de um determinado entendimento de suas posições como escritor, de seu lugar como figura literária, preocupações que exigiram uma teia de relações, também construída, uma rede de sociabilidade cuja formação aponta para uma intenção de persuasão sobre seus conhecidos ou amigos no sentido mesmo daquele entendimento, da veiculação de uma “imagem nítida e forte” de seu trabalho, como escreveu a Fábio Lucas.

Estes recortes foram publicados nos mais diversos periódicos, tanto os de grande circulação quanto os que ele denominou “nanicos”, abarcando praticamente todas as regiões do país. Para João Antônio, essa variedade de periódicos e lugares mostrou-se uma maneira eficaz de promover seu trabalho literário desde o início de sua carreira. E, isto pode ser visto claramente em alguns trechos de sua correspondência,

O seu programa de lançamento em São Paulo, Rio e Ceará é simplesmente excelente. Mande brasa e venda o seu livro, faça força. Nós, escritores brasileiros, precisamos nos firmar junto ao público. Cada promoção que se faz é um passo, temos que ganhar tempo, passo a passo. Você sabe disso tão bem quanto eu. Dentro do que me é permitido na imprensa, promoverei sempre o livro. (ANTÔNIO apud GIORDANO, 2004, p. 20)⁴³.

⁴³ Carta a Caio Porfirio Carneiro, datada de 02 de outubro de 1965.

Mais adiante, ele aconselha mais uma vez ao amigo que continue a investir em sua promoção pela imprensa e que este era o melhor meio:

Caio, não esqueça do seguinte: quanto à promoção de livros, São Paulo é uma praça e o Rio é outra. Tarde ou noite de autógrafos funciona bem aí. Mas aqui é um fracasso. O que interessa em ambas as metrópoles é movimentar o livro pela imprensa. Vá, desde já mexendo seus pausinhos [*sic*]. (ANTÔNIO apud GIORDANO, 2004, p.24)⁴⁴.

Abarcando todo o tipo de periódico, para João Antônio, a imprensa alternativa ou “nanica” também significava um grande meio para a promoção de sua produção literária. Assim, o autor sugere:

Você podendo, mande cópias do meu (seu) artigo sobre *Malagueta* para estes endereços [...]. Vai ajudando a abrir novas frentes, em jornais pequenos, do que eu chamo imprensa nanica, mas que vende uma imagem nítida e forte junto, principalmente, à juventude que estuda letras e comunicação. (ANTÔNIO apud GIORDANO, 2004, p. 63)⁴⁵.

E ainda, para ele, colaborar em periódicos também era visto como um meio promissor de divulgação de seu trabalho:

Você já deve ter tomado conhecimento pelos jornais que ganhei uma premiação do Prêmio Paraná, o tal concurso da FUNDEPAR. Depois dele e de minha colaboração n’*O Pasquim*, meu nome voltou aos jornais. Como sempre deram para descobrir ou redescobrir que sou um grande escritor e etc. Não me iludem com a presepada. De qualquer forma, a promoção é válida. [...] (ANTÔNIO apud GIORDANO, 2004, p. 49)⁴⁶.

Portanto, é perceptível que João Antônio, pelas publicações de suas colaborações e de artigos sobre sua produção literária, além de formar uma grande rede de contatos que transparece em sua correspondência, tentou se valer de diversos meios para a divulgação de seu trabalho e, conseqüentemente, de sua participação na literatura brasileira.

No entanto, o que mais impressiona nesta série documental é a organização feita pelo próprio escritor e “mantida” dessa maneira, mesmo após algumas intervenções e a conturbada movimentação do acervo até sua chegada a Assis. Assim, é importante demonstrar, aqui, alguns critérios utilizados pelo próprio João Antônio na organização de suas pastas.

⁴⁴ Carta a Caio Porfirio Carneiro, datada de 05 de dezembro de 1965.

⁴⁵ Carta a Caio Porfirio Carneiro, datada de 11 de novembro de 1975.

⁴⁶ Carta a Caio Porfirio Carneiro, datada de 10 de setembro de 1974.

Primeiramente, a grande maioria dos recortes possui anotado ou datilografado o nome do periódico em que o artigo, conto ou crônica foram publicados e sua data de publicação, em alguns, ainda pode aparecer também o nome do autor. Entretanto, quando não anotados ou datilografados, alguns dos recortes estão colados em folhas de papel juntamente ao recorte do título do periódico em que foi publicado onde consta a data de publicação. É clara a preocupação com a natureza probatória desses documentos reunidos cuidadosamente, datados, localizados no tempo, no espaço, no veículo de comunicação e, sempre que possível, com a autoria do articulista ou comentarista. Trata-se de um preparo essencial, para uma correta compreensão, de quem viesse posteriormente reconstituir sua trajetória e sua vida.

Quanto aos recortes que estão relacionados à figura de João Antônio como escritor, estes podem ser relativos a artigos ou pequenas notas sobre ele que em grande parte possuem algum tipo de marcação. Por exemplo, as pequenas notas podem estar circuladas, quadriculadas ou indicadas por uma flecha. E nos artigos que o citam os trechos que se referem a ele podem estar grifados. É interessante notar que, às vezes, alguns artigos o citam rapidamente e mesmo assim, bastando aparecer seu nome, ele foi marcado.

A primeira intenção de organização destes recortes já é demonstrada quando foram colocados em pastas e classificados por títulos definindo o seu conteúdo. Porém, ao manipular tais pastas nota-se que um dos critérios mais recorrentes foi o propósito de que os recortes seguissem, sempre que possível, uma ordem cronológica, dando conta de uma linha de tempo associada à sua produção jornalística e literária.

Como foi citado anteriormente este critério aparece nítido nas pastas que possuem como título a palavra “Crítica” em etiqueta datilografada, seguida das respectivas datas a que os recortes se referem. Assim, o seu conteúdo, mesmo que não sejam somente recortes, seguem exatamente as datas escritas em seu título. A maioria de suas pastas, mesmo não tendo explicitado em seus títulos a data a que seu conteúdo se refere, segue também uma ordem cronológica. Normalmente, elas apresentam recortes e materiais relacionados aos mesmos anos.

Dessa forma, vale ressaltar que a intenção de manter uma organização e uma ordenação do conteúdo das pastas, e que esta fosse respeitada, pode ser demonstrada na pasta de número 12 que contém um dos papéis feitos de embalagem de maço cigarro, onde escreveu “Manter nessa ordem”, contendo várias cópias de uma publicação de João Antônio na seção *Cultura* do jornal *Gazeta Mercantil* e de uma entrevista concedida por ele publicada nesse mesmo periódico no ano de 1996. Condiz com o título da pasta que é o recorte do título do

periódico. Esta pasta torna-se importante, pois confirma a consciência de uma ordenação do conteúdo dessas pastas por João Antônio evidenciando o sentido conferido a esse material.

A análise da série documental “pastas de recortes” leva à conclusão de que a ideia de guardar todas as publicações em periódicos que envolveram o seu nome, de alguma forma, foi para João Antônio uma maneira de aumentar a divulgação de sua produção literária. Assim, os recortes atrelados à sua correspondência o ajudariam a promovê-lo por meio da imprensa por todas as partes do país.

Portanto, mais adiante, como foi demonstrado por sua correspondência, pode-se perceber que houve a percepção por parte do escritor de que a partir de uma maior preservação e da organização destes recortes, estes o auxiliariam futuramente no processo de reconhecimento de seu trabalho literário construindo um manancial de informações. Enfim, essa série torna-se um dos indícios mais claros da intenção autobiográfica por meio de seu arquivo.

3.3.2 Sua correspondência e seu caderno de protocolo

Além de seus recortes, o cuidado de João Antônio com suas correspondências recebidas também evidencia sua intenção em preservá-las. Em seu arquivo há uma grande quantidade de correspondências e este cuidado pode ser verificado em um trecho de uma de suas missivas: “Guardo suas cartas em um arquivo só para cartas e coisas de literatura. Volto-me pouco a pouco ao meu ciumento sentimento de posse e amo minhas coisas suadas”⁴⁷.

João Antônio era considerado um “epistolário nato”⁴⁸. Segundo o próprio escritor, “Escrevo cartas como quem conversa. Claro que, no fundo-fundo, passar não passo de um lúgubre solitário que conversa escrevendo cartas” (ANTÔNIO apud SILVA, 2005, p. 181)⁴⁹.

Desse modo, segundo Angela de Castro Gomes, “Escrever cartas exige tempo, disciplina, reflexão e confiança. Há sempre uma razão ou razões para fazê-lo: informar, pedir, agradecer, desabafar, rememorar, consolar, estimular, comemorar etc” (GOMES, 2004, p. 19).

⁴⁷ Carta a Ilka Brunhilde Laurito, datada de 18 de fevereiro de 1962.

⁴⁸ Expressão retirada do artigo “Malagueta, Perus e Bacanaço – Gênese e glória de três malandros”, reproduzido na tese de Telma Maciel da Silva (2009) intitulada *Posta Restante: um estudo sobre a correspondência do escritor João Antônio*.

⁴⁹ Trecho de correspondência enviada a Mylton Severiano da Silva. Segundo o autor, esta carta foi escrita em janeiro de 1980.

Para Tania Celestino de Macêdo, o sentido de escrever cartas, para João Antônio, confirma esta afirmação, pois, segundo ela, o autor, além de ter consciência de que suas correspondências faziam parte de uma documentação, também tinha consciência do tipo de correspondência direcionada a cada um de seus missivistas:

[...] as cartas foram todas guardadas e numeradas. Ele mandava as cartas para as pessoas também numeradas. Tenho quase certeza da consciência de escrita no tipo de carta que ele mandava para cada pessoa. Cada correspondente dele equivalia a uma visão, a uma parte da imagem pública do João Antônio. Eu era a correspondente professora, sem problemas! (informação verbal)⁵⁰.

Este comportamento relatado acima faz sentido ao se deparar com a organização já descrita sobre a série “pastas de recortes”. Como já mencionado, João Antônio mantinha algumas de suas correspondências ativas ou fotocópia destas, juntas aos seus recortes e estas possuem um caráter estritamente profissional. Ali, encontram-se somente correspondências que, de alguma forma, estão interligadas aos recortes, trazendo, como já apontado, por exemplo, cobranças por colaborações em periódicos direcionadas a editores ou pedidos por divulgação de suas obras direcionadas a professores e jornalistas.

Ainda sobre a organização de seu arquivo, sua correspondência também indica uma organização prévia. Muitos dos envelopes de suas cartas recebidas apresentam o registro de resposta, em sua maioria, neles aparece escrito “respondido”, além de diversas anotações e observações do escritor demonstrando certa “obsessão” no controle do que enviava e do que recebia. E esta é reconhecida pelo próprio João Antônio em: “Detesto, abomino não responder cartas. É uma amolação que me chateia. Ou, ainda mais: me massacra. O que é isso?” (ANTÔNIO apud SILVA, 2005, p. 184)⁵¹.

Outra característica de sua organização relacionada às correspondências é o que pode ser chamado de caderno de protocolo. Este caderno parece ter sido criado pelo próprio escritor como um meio de “controlar” o envio de suas correspondências, além de estabelecer uma rede de contatos que o ajudaria na divulgação de seu trabalho. O caderno reúne, primeiramente, nomes, endereços e alguns números de telefones de diversas pessoas, entre elas estão escritores, editores, professores.

Logo após esses nomes e endereços, inicia-se o controle sobre o envio de suas correspondências, contendo páginas e páginas com anotações de datas seguidas de nomes e junto a alguns destes está anotado, também, títulos de seus artigos e de suas obras, além de

⁵⁰ Informação fornecida em entrevista cedida pela Professora Tania Celestino de Macedo, em 16 de julho de 2008.

⁵¹ Carta a Mylton Severiano da Silva, datada de 31 de janeiro de 1995.

outros materiais – como recibos e postais –, demonstrando, também, um controle do material enviado a seus missivistas. Em alguns nomes, ainda está escrito o modo de envio (malote, Sedex) e, em outros, consta a cidade para onde a correspondência foi escrita e enviada.

Além dessas anotações, há também, dentro do caderno, duas folhas soltas que contêm alguns títulos de artigos e livros que deveriam ser autografados para serem enviados a algumas pessoas. Ao analisá-los, percebe-se que, posteriormente, foram anotadas, juntamente a esses títulos de artigos e livros autografados, as datas em que eles foram enviados, seguindo o padrão estabelecido em seu caderno.

Sempre se soube que este caderno era relacionado ao registro de sua correspondência. Porém, em um primeiro momento, foi difícil perceber se as datas anotadas se referiam somente à correspondência ativa, ou se em algum momento a correspondência passiva poderia ter sido citada. No entanto, pela grande quantidade de detalhes fornecidos neste caderno foi possível, com a ajuda das publicações de algumas das correspondências ativas de João Antônio, estabelecer uma comparação com a data e o nome anotado em seu caderno.⁵² E assim, verificou-se que as datas anotadas relacionavam-se somente à correspondência enviada pelo escritor.

Observou-se, ainda, que este controle sobre suas correspondências não foi feito desde o início de sua vida epistolar, pois a primeira anotação foi datada de 03 de dezembro de 1988 e a última em 11 de outubro de 1996. Porém, percebe-se que o ato de registrar o envio de suas correspondências foi uma atividade que permaneceu ativa quase que até o fim de sua vida.

Como já se sabe, João Antônio tinha consciência da grande quantidade de correspondências que enviava, mas também sabia do árduo trabalho de registrá-las. Em uma página de seu caderno, após anotar todas as missivas enviadas do dia 30 de dezembro de 1992, ele escreve: “Eu me prometo a partir daqui a reduzir a correspondência”. Promessa, que ao continuar folheando este caderno de protocolo, nota-se que talvez não tenha sido cumprida.

Dessa forma, a relação de João Antônio com sua correspondência, para Ana Maria Domingues de Oliveira e Telma Maciel da Silva, se traduz de um modo muito particular. Segundo as autoras,

⁵² Foram publicadas algumas obras com as correspondências de João Antônio à Caio Porfírio Carneiro, Fábio Lucas e Mylton Severiano da Silva. Também de grande ajuda para a confirmação das datas informadas no caderno de protocolo, a tese de Telma Maciel da Silva “Posta Restante: um estudo sobre a correspondência do escritor João Antônio” que forneceu como apêndice a descrição detalhada de todas as cartas enviadas por João Antônio a Jácomo Mandatto.

De um lado, ela é espaço de experimentação lingüística, que culmina em um trabalho estético; sob essa perspectiva, algumas das cartas (ou trechos delas) irmanam-se a textos literários de sua lavra. Por outro lado, há também a assumida estratégia de preservação da memória e construção de um imaginário, o que acaba por permitir a leitura do conjunto como uma espécie de autobiografia fragmentária, associada às estratégias discursivas do diário íntimo. (OLIVEIRA; SILVA, 2008, p. 359-360).

Portanto, as correspondências também podem ser consideradas como uma forma de “escrita de si”, “A correspondência pessoal, assim como outras formas de escrita de si, expande-se *pari passu* ao processo de privatização da sociedade ocidental, com a afirmação do valor do indivíduo e a construção de novos códigos das relações sociais de intimidade” (GOMES, 2004, p. 19).

Seguindo a estratégia de João Antônio, na conservação dos registros de sua vida, ele possuía consciência sobre a importância de sua correspondência na construção de sua imagem, porém,

[...] se a escrita de si é uma forma de produção da memória que merece ser guardada e lembrada, no caso da correspondência, o encarregado dos procedimentos de manutenção e arquivamento dos documentos é o “outro” a quem se destina a carta e que passa a ser seu proprietário. (GOMES, 2004, p. 19).

E também é perceptível que o escritor sabia da importância do “outro” na preservação de suas cartas e da imagem que elas poderiam futuramente ajudar a demonstrar,

Devolvo-lhe as cartas. Suas, suas, suas. Mas também como estou ali dentro, meu Deus! Como eu me tinha coragem. Guarde essas minhas cartas, agora lhe peço, por favor. Elas são de uma lucidez perante o assunto que hoje me impressiona, humildemente me encho de mim mesmo, desculpe a franqueza. Mas é a verdade mesma, mesminha.

[...] Eu lhe devolvo minhas antigas cartas. Guarde. Obrigado.⁵³

Desse modo, fica claro que o escritor sempre soube que suas correspondências poderiam proporcionar o reconhecimento tão esperado de seu trabalho literário, mas para que isso ocorresse, elas deveriam ser publicadas. Em um trecho de sua correspondência, ele declara: “Quando eu morrer, meus amigos de fé herdarão minhas cartas. Tomara fiquem ricos” (ANTÔNIO apud SILVA, 2005, p. 184)⁵⁴.

Em outros dois trechos de uma mesma missiva ele incumbe o amigo de publicá-las:

⁵³ Carta a Ilka Brunhilde Laurito, datada de 24 de agosto de 1967.

⁵⁴ Carta a Mylton Severiano da Silva, datada de 10 de junho de 1981.

Você pode me julgar louco, mas não sou. Quero lhe pedir um favor. Se eu pifar de uma hora para a outra e me apagar, bater com as dez e for conduzido à chácara dos pés juntos, você sabe: fica incumbido de organizar a minha correspondência e publicar, se interessar.

[...]

Tenho cartas por aí que não acabam mais. Você cata, aqui em casa, meu fichário preto de endereços e recolhe as minhas cartas, que são uma infinidade e andam espalhadas pelo Brasil todo. Você se entende, também, com um grande e velho amigo meu, de Belo Horizonte: Manoel Lobato [...].

Acho que escrevi mais cartas do que outra coisa na vida. E você, paciente do jeito que é, fique incumbido disso se eu apagar a vela [...]. (ANTÔNIO apud SILVA, 2009, p. 42)⁵⁵.

Além da ideia de publicar suas correspondências enviadas, que o ajudariam na divulgação de sua imagem, mais adiante ela se estende ao seu arquivo,

Você Junta Todas as cartas que dará um volume grande. E fica, desde já autorizada. Quando eu fechar o paletó, que não uso, quando eu botar o bloco na rua, você me revira todos os papéis e reúne tudo num livreco que fará a cambada saber quem na verdade foi esse pilantra e equilibrista da corda bamba [...].⁵⁶

Além disso, é interessante notar, também, que na análise dos recortes de periódicos acumulados e organizados pelo próprio escritor sobre sua pessoa e sua obra, foram encontrados dois recortes que se referem às correspondências de escritores. Um dos artigos é do próprio João Antônio e neste ele escreve sobre o papel desempenhado pelas cartas que, para ele, “[...] revela a sensibilidade emocional e o humano daqueles que aos trancos, solavancos e barrancos, misêres e desacompanhamentos, vão fazendo literatura. Corda bamba, fio da navalha, nervo exposto”.⁵⁷ Mais adiante, o autor, ao descrever sobre o ato de escrever cartas para quem faz literatura, parece falar de si próprio:

É um sujeito melancólico que num dia de descanso, tédio ou nojo, nada tem a fazer além de enviar uma carta a um amigo distante, provavelmente parecido com ele, a remexer no baú do passado. Ser reconhecido na rua, para ele é um milagre. Ele já foi editado, citado em jornais e um dia, de algum modo, participou das atividades de seu tempo. O país é ágrafo e o brasileiro tem memória curta. Ninguém o convida para mais coisa nenhuma e nem o visita. Ninguém escreve ao escritor. Provavelmente que nem se lembrem dele, além dos amigos velhos vivendo no ostracismo igualmente. Não só às margens da sociedade ou fora do mundo. Mas na contramão de tudo.⁵⁸

⁵⁵ Trechos de carta a Jacomo Mandatto, datada de 21 de julho de 1981.

⁵⁶ Trecho de uma de suas cartas cedida gentilmente pela Professora Tania Celestino de Macedo, datada de 12 de novembro de 1983.

⁵⁷ Trecho retirado do artigo de João Antônio “Um envelope repleto de intimidades”, no jornal *Tribuna da Imprensa*, em 05 de outubro de 1993, encontrado na série “pastas de recortes” de seu arquivo.

⁵⁸ Trecho retirado do artigo de João Antônio “Um envelope repleto de intimidades”, no jornal *Tribuna da Imprensa*, em 05 de outubro de 1993, encontrado na série “pastas de recortes” de seu arquivo.

O outro artigo acumulado sobre correspondência de escritores não é de sua autoria. Este se refere à doação das correspondências passivas do escritor Caio Fernando Abreu ao Arquivo-Museu da Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, pelo próprio escritor⁵⁹. Neste caso, percebe-se que este é um dos únicos recortes acumulados em suas pastas que não se referem à figura de João Antônio, o que é raro de ser encontrado, pois como foi visto, foram guardados recortes que somente a ele se relacionavam. Esse documento poderia ser o indício de uma possibilidade de fazer o mesmo com sua própria correspondência? Uma boa idéia, guardada para um tempo oportuno? De qualquer modo esse guardado somente atesta a plena consciência de João Antônio sobre a importância das correspondências para a divulgação do trabalho literário.

Enfim, a análise dessas séries documentais do arquivo pessoal do escritor João Antônio, que possuíam uma organização prévia e que não foram destruídas mesmo após diversas intervenções demonstram a intencionalidade de tornar o seu arquivo um espaço autobiográfico como garantia do reconhecimento do seu trabalho literário, o que talvez, para ele, não fora conseguido em vida.

Acredita-se que seu árduo trabalho em preservar os registros de sua vida não foi em vão. Quanto ao seu acervo, sua intenção de propiciar material para futuros trabalhos que pudessem colaborar com a divulgação de sua literatura proporcionou o desenvolvimento de diversas pesquisas em diferentes níveis. Em entrevista, a professora Ana Maria Domingues de Oliveira, atual responsável pela coordenação do acervo, discorre sobre sua importância para as pesquisas acadêmicas:

Eu acho que fazendo uma avaliação desse período, já são onze anos que esse trabalho começou da minha parte, nós avançamos muito. No Encontro João Antônio em São Paulo em maio desse ano, fiz um levantamento e pude conferir que o João Antônio é um dos autores mais estudados na literatura brasileira hoje. [...] são dezenas de trabalho, dezenas mesmo! Eu deveria ter trazido a listagem, mas se não me falha a memória, são onze trabalhos de iniciação científica, uns dez de mestrado e uns cinco ou seis de doutorado, quer dizer, isso só aqui (Unesp/Assis). Então, se você considerar o que foi feito fora daqui, com o apoio do acervo, esse número cresce ainda mais. [...] acho que isso é uma prova de como a existência de um acervo acaba funcionando como uma matriz geradora sobre a obra dele, e com isso, ele ganha visibilidade, ganha um público fiel, cativo e ele acaba sendo incorporado mais solidamente ao cânone da literatura. (informação verbal)⁶⁰.

⁵⁹ Este é o recorte do artigo “A vida de gavetas vazias”, de Elisabeth Orsini, publicado no jornal *O Globo*, em 04 de novembro de 1995 e encontra-se também na série “pastas de recortes”.

⁶⁰ Informação fornecida em entrevista cedida pela Professora Ana Maria Domingues de Oliveira, em 06 de julho de 2010.

Além disso, não se pode esquecer da publicação de algumas de suas correspondências, vontade sempre expressada por João Antônio a seus constantes missivistas, que também auxiliaram na construção de sua imagem e em sua luta pela afirmação de sua carreira como escritor.

Portanto, foi por meio de seus documentos, dispostos e expostos de forma quase obsessiva em seu arquivo e fora dele, apontando com precisão seu caminho literário, dando conta dos mínimos detalhes, que João Antônio construiu as condições para o conhecimento do lugar que considerava seu, na literatura brasileira. Construiu a imagem que entendia como verdadeira contraposta aos tantos rótulos que o aproximaram de suas personagens, veiculados pela imprensa e, muitas vezes, por ele próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sou um caso indivisível, como qualquer infeliz que se mete a um trabalho solitário, como o da literatura. Aliás, ninguém precisa me entender. Precisam é me ler.”

(Trecho de uma carta escrita por João Antônio)

O arquivo pessoal do escritor João Antônio apresenta como uma de suas principais características a intenção de ser um espaço, criado pelo próprio titular, para fundamentar o reconhecimento de seu trabalho literário. Foi também por meio de seu arquivo que o escritor tentou marcar e efetivar sua posição na literatura brasileira, guardando todos os registros de seu percurso tanto na literatura quanto no jornalismo e, por meio da acumulação de seus documentos, revelou imagens construídas pela crítica e pelos seus colegas.

Vimos também uma imagem construída por ele próprio, aproximando-o de suas personagens marginalizadas. Porém, mesmo que em algumas ocasiões o próprio escritor tenha questionado algumas das rotulações que o caracterizavam de forma vazia e esquecendo seu trabalho estético literário, ele soube como utilizá-la valorizando sua forma de escrever e divulgando de forma incansável, sistematicamente, o seu trabalho.

No entanto, mesmo com todo o seu empenho na tentativa de viver somente de literatura, é inegável sua intensa participação na imprensa brasileira, tanto nos grandes veículos de comunicação quanto nos periódicos alternativos, ou como ele mesmo os denominou: “nanicos”. Sua produção literária e jornalística foi realizada durante os “anos de chumbo” da recente história brasileira, em meio às diversas manifestações culturais surgidas no período, com parcela significativa marcada pela luta, pelas grandes inovações, pelo engajamento político ou social, solidário às agruras vividas pelo povo brasileiro naquele momento.

João Antônio é considerado um dos mais importantes escritores de sua geração, embora ele próprio não se considerasse devidamente reconhecido, ou compreendido. É importante salientar que nesta luta pelo reconhecimento de seu trabalho, seus esforços não foram poupados.

Como foi demonstrado nesta dissertação, paralelo a sua trajetória literária, a divulgação de seu trabalho foi sempre um de seus maiores empreendimentos. Suas viagens para os mais diversos cantos do país podem ser consideradas como um de seus principais veículos de promoção, uma espécie de embate “corpo-a-corpo”, na tentativa de conquistar novos leitores para suas obras. Em um trecho de sua correspondência ele demonstra que elas

eram uma continuação de seu trabalho: “Escrevo-lhe aqui de Salvador, Bahia, a que vim a trabalho, pois como os jogadores de sinuca, estou quase sempre mais a jogo do que a passeio. ‘O equilibrista na corda bamba...’”⁶¹

Ainda em sua luta, pode-se perceber que João Antônio também descobriu que seu arquivo podia tornar-se um de seus instrumentos para assegurar seu reconhecimento no campo literário brasileiro do modo como entendia ser o correto e, assim, procurou transformá-lo em um espaço autobiográfico. Nesse sentido, como se pode inferir de sua intensa correspondência e dos conjuntos documentais que reuniu e organizou, construiu cuidadosamente *as provas* de seu trabalho, de suas particularidades, de seu entendimento do mundo e de sua forma de nele se colocar e atuar.

Tivemos também a oportunidade de refletir sobre o ressurgimento do indivíduo na história, valorizado pela prática de escrever sobre o outro e sobre si. Nesse sentido, também procuramos demonstrar como, nas diversas formas que caracterizam o que pode ser chamado de “escrita de si”, os arquivos pessoais conquistaram seu lugar específico e essencial.

Mesmo que arquivar os registros da vida de um indivíduo seja uma prática recorrente da sociedade contemporânea como demonstrou Philippe Artières (1998), um arquivo pessoal é construído pela intenção de seu titular, que acumula e organiza seus papéis conforme seus interesses. No caso de João Antônio seu maior interesse, revelado pelo próprio arquivo, foi evidenciar, mesmo que após sua morte, a relevância de sua presença, intensa, na literatura brasileira.

Ao formar e organizar seu arquivo ele também destinou ao futuro um importante bem documental/cultural, demonstrando plena consciência desse propósito, buscando soluções adequadas para concretizá-lo. Além de acumular de forma obsessiva os registros de sua vida, focando intensamente sua carreira literária, ele também tentou definir uma ordem para seus documentos. Não pudemos conhecer, na íntegra, esse processo implantado por ele para todo o acervo, considerando as necessárias (e nem sempre corretas) intervenções posteriores, que alteraram sua ordem original.

Felizmente, algumas de suas séries documentais permaneceram organizadas e ordenadas da maneira proposta por João Antônio e ajudaram a atestar sua intenção autobiográfica e seus métodos de trabalho para concretizá-la. Estas foram as séries “Pastas de Recortes” contendo predominantemente recortes de periódicos com referências sobre sua pessoa e sua obra, e “Correspondências” com a correspondência passiva (recebida) do escritor

⁶¹ Carta a Fábio Lucas datada de 31 de janeiro de 1991.

e algumas relativas à correspondência ativa (enviada), doadas posteriormente para complementar o acervo.

Suas correspondências, incluindo seu caderno de protocolo, também indicavam certa organização. Além disso, pode-se constatar que o desejo de que fossem publicadas após sua morte sempre esteve manifesto em suas missivas. Acreditava que sua divulgação ajudaria a conhecer melhor quem era o “pilantra”, o “equilibrista” João Antônio, como afirmou em várias cartas já referidas.

Apesar da prática da acumulação de recortes com referências sobre sua pessoa e sua obra ser recorrente entre os escritores concluiu-se que, no caso de João Antônio, o que a diferenciou foi a organização proposta por ele, que além de facilitar seus próprios interesses, possibilitaria também que emergisse certa imagem do escritor e dos caminhos por ele percorridos no campo da literatura brasileira, imagem construída cuidadosamente para uso de futuros pesquisadores de seu trabalho.

Enfim, pelo curto período de pesquisa e pela vasta quantidade de documentos que esse acervo possui, decidiu-se por privilegiar as duas séries documentais examinadas, considerando o empenho de João Antônio em sua conservação e organização. Esses primeiros indícios identificados possibilitaram a comprovação da hipótese que presidiu este trabalho: o escritor fez de seu arquivo pessoal um lugar autobiográfico que futuramente pudesse lhe proporcionar o reconhecimento tão esperado de sua atuação na literatura.

Finalmente é preciso lembrar que as possibilidades de conhecer as diversas faces de João Antônio por meio de seu acervo são inúmeras, visto que o próprio escritor criou as condições favoráveis para a realização de futuros trabalhos que poderiam ser realizados sobre ele e, assim, conquistar ainda mais leitores de suas obras. Esse propósito foi devidamente reconhecido e seu acervo tem proporcionado um grande número de estudos acadêmicos, nos mais diversos níveis e áreas do conhecimento. Eles, seguramente, realizam as mais caras intenções do escritor João Antonio.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Entrevista de Ana Maria Domingues de Oliveira realizada dia 06 de julho de 2010.

Entrevista de João Luís Cardoso Tápias Ceccantini realizada dia 24 de setembro de 2010.

Entrevista de Tania Celestino de Macêdo realizada dia 16 de julho de 2008.

ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001. v. 4.

AGUIAR, Flávio. Evocação de João Antônio ou do purgatório ao inferno. *Remate dos Males*, Campinas, n. 19, p. 105-120, 1999.

ANDRADE, Vera Lúcia. A biblioteca fantástica de Murilo Rubião. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *A Trama do Arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Centro de Estudos Literários FALE/UFMG, 1995. p. 45-52.

ANTÔNIO, João. *Malhação do Judas Carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-207, 1998.

BELLUCO, Hugo Alexandre de Lemos. Um cronista da Imprensa Nanica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de; ORNELLAS, Clara Ávilla; SILVA, Telma Maciel da (Orgs.). *Papéis de escritor: Leituras sobre João Antônio*. Assis: FCL/UNESP, 2008. p. 71-90.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BORDINI, Maria da Glória. Acervos sulinos: A fonte documental e o conhecimento literário. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Orgs.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 129-139.

BORDINI, Maria da Glória. Os acervos de escritores sulinos e a memória literária brasileira. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 4, p. 1-20, 2009.

_____. Os acervos dos escritores sulinos. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 85-88, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 203-233.

BOSI, Alfredo. Um Boêmio entre duas cidades. In: _____. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 238-243.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. *Memória do Mundo*. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 4.073 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm>. Acesso em: 25 maio 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 4.915 de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o sistema de gestão de documentos de arquivo - SIGA, da administração pública federal, e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4915.htm>. Acesso em: 25 maio 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 25 maio 2011.

BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e Circunstância: a abordagem dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Célia Reis. *À margem do patrimônio cultural*. Estudo sobre a rede Institucional de Preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). 1999. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: _____. *A Educação pela noite*. São Paulo: Ática, 2000. p. 199-215.

CANDIDO, Antonio. Na noite enxovalhada. *Remate dos Males*, Campinas, n. 19, p. 83-88, 1999.

CASTELLO, José. A arte de ser João. In: _____. *Inventário das sombras*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 39-55.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de política cultural*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Acervos: gênese de uma nova crítica. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *A Trama do Arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Centro de Estudos Literários FALE/UFMG, 1995. p. 53-63.

DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. São Paulo: Centro de memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010.

DICIONÁRIO Histórico-biográfico brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. v. 4.

DUCROT, Aline. A classificação dos arquivos privados e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

EDMONDSON, Ray. *Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental*. Paris: UNESCO, 2002.

FARO, J. S. *Revista Realidade 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Editora da Ulbra/Age, 1999.

FERREIRA, Cássia Alves. *Estudo Crítico da bibliografia sobre João Antônio: 1977-1989*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2003.

_____. Um panorama da recepção crítica das obras de João Antônio (1976 a 1998). In: OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de; ORNELLAS, Clara Ávilla; SILVA, Telma Maciel da (Orgs.). *Papéis de escritor: Leituras sobre João Antônio*. Assis: FCL/UNESP, 2008. p. 21-32.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc- IPHAN, 2005.

FRAIZ, Priscila Moraes Varela. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. 1994. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

FRANCO, Renato. *Itinerário Político do romance pós-64: A Festa*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

GIORDANO, C. (org) *Carta aos amigos Caio Porfírio Carneiro e Fábio Lucas*. São Paulo: Ateliê Editorial; Oficina do Livro Rubens Borba da Moraes, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de Si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (Org.). *Escrita de Si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 07-24.

_____. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

_____. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: _____ (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 13-47.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O Princípio educativo. Jornalismo*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2.

HEYMANN, Luciana Quillet. *As obrigações do poder: Relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. *Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1835.pdf. Acesso em: 10 jun. 2010.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde 1960/1970*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

LACERDA, Rodrigo. *João Antônio: uma biografia literária*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 141-184.

- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.
- LUCAS, Fábio. Reflexões sobre a prosa de João Antônio. *Remate dos Males*, Campinas, n. 19, p. 89-103, 1999.
- MAGRI, Ieda. No lugar de literatura, leia-se carne. In: OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de; ORNELLAS, Clara Ávilla; SILVA, Telma Maciel da (Orgs.). *Papéis de escritor: Leituras sobre João Antônio*. Assis: FCL/UNESP, 2008. p.91-98.
- MALATIAN, Teresa Maria. A biografia e a história. *Cadernos CEDEM*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 17-31, 2008.
- MARLETTI, Carlo. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009. v. 1, p.637-640.
- MARQUES, Reinaldo. O arquivamento do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Orgs.). *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 141-156.
- MARTIN, Vima Lia de Rossi. *Literatura e marginalidade: um estudo sobre João Antônio e Luandino Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008.
- MIRANDA, Wander Mello. Archivos e Memória Cultural. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Orgs.). *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 35-42.
- OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de. João Antônio, profissão escritor. In: PETERLE, Patrícia et al. *Escritura e sociedade: o intelectual em questão*. Assis: FCL/UNESP, 2006. p. 205-212.
- OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de; SILVA, Telma Maciel da. Memória e ficção na correspondência o escritor João Antônio. *Teresa - Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 8/9, p. 356-371, 2008.
- PEREIRA, Jane Christina. *A poesia de Malagueta, Perus e Bacanaço*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.
- PIRES, Roberta Pereira. Memória e representação de João Antônio a partir da crítica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de; ORNELLAS, Clara Ávilla; SILVA, Telma Maciel da (org.). *Papéis de escritor: Leituras sobre João Antônio*. Assis: FCL/UNESP, 2008. p. 181-196.
- _____. *Vida e Literatura: estudo da fortuna crítica de João Antônio, de 1996 a 2006*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

PROCHASSON, Cristophe. Atenção: Verdade! Arquivos Privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-119, 1998.

REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel. O Empreendimento autobiográfico: José Guimarães e Érico Veríssimo. In: ZIBERMAN, Regina. et al. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 277-342.

REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS. *Arquivos Pessoais*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

REVISTA LETRAS DE HOJE. *Anais do 1º Encontro de Acervos Literários brasileiros*. Porto Alegre, v. 29, n. 1, 1994.

RIBEIRO NETO, João da Silva (Org.). *Literatura comentada: João Antonio*. São Paulo: Abril, 1981.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou... *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 35- 42.

RICCIARDI, Giovanni. *Escrever: origem, manutenção e ideologia*. Bari: Libreria Universitaria, 1988.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALLES, Cecília de Almeida. *Gesto Inacabado: Processo de Criação Artística*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, Silvana S. Acervos privados. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *A Trama do Arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Centro de Estudos Literários FALE/UFMG, 1995. p. 105-110.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 3-21, 1997.

SEGALA, Amos. O que dizem os arquivos de Archivos. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Orgs.). *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 25-33.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Visitando laboratórios: O cientista e a preservação de documentos*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Mylton Severiano da. *Paixão de João Antônio*. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

SILVA, Neíze Ribeiro. *Organização e estudo da fortuna crítica de João Antônio: periódicos, 1990-1996*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

SILVA, Telma Maciel da. João Antônio: intelectual dos sem-eira-nem-beira. In: PETERLE, Patricia et al. *Escritura e Sociedade: O intelectual em questão*. Assis: FCL/UNESP, 2006. p. 197-203.

_____. *POSTA RESTANTE: Um estudo sobre a correspondência do escritor João Antônio*. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetória e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMÓND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello. Apresentação. In: _____ (Orgs.). *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 9-14.

SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

VASCONCELLOS, Eliane. Clarice Lispector no Arquivo-museu da Literatura. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 19-39, 1994.

_____. Preservação da memória literária. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetória e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. p. 41-48.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Mauricio; MORAES de SÁ, Paulo Sérgio. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, jul./dez.1986.

XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ZILBERMAN, Regina. Autores entre o testemunho e o arquivo. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 4, p. 1-26, 2009.

APÊNDICE A

SISTEMATIZAÇÃO DAS PASTAS E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DA SÉRIE “PASTAS DE RECORTES” DO ARQUIVO JOÃO ANTONIO

O acervo João Antonio ainda não foi devidamente classificado, ordenado e descrito, de acordo com os procedimentos técnicos arquivísticos.

Para efeitos do trabalho de pesquisa que foi realizado para a elaboração desta dissertação foi necessário criar uma classificação para a série “Pastas de Recortes”, considerando o seu conteúdo particular, diferente da seriação de recortes de jornais e revistas comumente encontrados nos arquivos, sejam pessoais ou institucionais.

A necessidade desta classificação e descrição sumária se deve às seguintes razões:

- Como já foi dito anteriormente a série é formada por 66 pastas e 04 envelopes;
- Cada pasta contém, em média, 90 textos, na maioria artigos, crônicas, contos e críticas, muitas vezes acompanhados de anotações e de documentos que ampliam a compreensão do texto em foco, demonstrando as circunstâncias em que foi publicado ou produzido;
- A análise dessa documentação foi precedida de uma exaustiva identificação de cada um desses documentos, que foram relacionados numa ficha básica de dados que incluiu: nº da pasta, título da pasta, quantificação e numeração dos textos, título de cada texto e referência dos documentos complementares ou das anotações anexadas a cada um deles;
- O produto desse trabalho foi a versão preliminar de um catálogo da série, que será colocado à disposição da consulta de pesquisadores, no CEDAP. No entanto, em função do nível de detalhamento dessa descrição, o instrumento de pesquisa traduziu-se em 628 páginas de dados. Sua realização foi importante, tanto para a análise feita na pesquisa quanto para o público pesquisador, que terá disponível a descrição unitária de todos os documentos contidos na série. E também para o CEDAP, que tem a guarda do acervo e a responsabilidade de sua organização e das condições de acesso, esse produto valerá como uma contribuição técnica para um futuro inventário do arquivo João Antonio, que certamente será produzido após sua organização integral.

No entanto, como apêndice da dissertação, optou-se por apresentar uma descrição de grupos de pastas, que foram definidos e formados a partir dos títulos atribuídos por João Antonio e do conteúdo que identificamos em cada uma delas.

Os campos de descrição foram estabelecidos a partir da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE, embora tenham sido preteridos alguns deles como dados biográficos, procedência, formas de acumulação, dentre outros, por se tornarem muito repetitivos nesta forma de apresentação pela qual optamos.

Além disso, como o acervo não está organizado, muitos desses campos não podem ser preenchidos pela absoluta falta de informações precisas (que só poderão ser obtidas posteriormente, durante sua organização integral), como por exemplo: eliminações ou incorporações realizadas, fontes relacionadas, condições de reprodução dos documentos, localização de originais e cópias, notas sobre conservação, pontos de acesso e indexação de assuntos.

Os códigos de referência são provisórios, evidentemente, fato que mais uma vez se explica por conta do estágio de organização em que se encontra o arquivo.

Em resumo, a intenção foi apenas a de apresentar, de forma sucinta e sistematizada, e em um padrão técnico básico, o conteúdo da série, as espécies e tipos documentais existentes, seu volume e os assuntos/sub-assuntos selecionados pelo titular do arquivo como relevantes para o registro e compreensão de sua trajetória jornalística e literária.

ARQUIVO JOÃO ANTONIO – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – UNESP/CAMPUS DE ASSIS

I DESCRIÇÃO DO FUNDO

1. Área de Identificação

- 1.1 Código de referência BR CEDAP JA
- 1.2 Título Arquivo João Antonio
- 1.3 Data 1937-1996

2. Área de contextualização

- 2.1 Nome do produtor Ferreira Filho, João Antônio; Outras formas – João Antonio
- 2.3 História arquivística Arquivo formado por documentos reunidos e acumulados pelo escritor e jornalista João Antonio referentes ao período de 1937 a 1996.
- A trajetória entre a retirada do acervo do apartamento de João Antônio até a chegada dele à Unesp-Campus de Assis/CEDAP foi complexa. Devido às circunstâncias de sua morte, seus pertences foram levados às pressas de seu apartamento em Copacabana, RJ, para um sítio em Jacarepaguá, RJ, de propriedade de um primo de sua esposa Marília. Lá, permaneceram durante meses, em caixas de mudança, sem qualquer ordenação ou cuidados de preservação. Com a chegada desse material a UNESP de Assis, iniciou-se uma organização

preliminar com a colaboração de pesquisadores e dos professores responsáveis pelo acervo

2.4 Procedência

Em 1998, após entendimentos com Marília, primeira esposa de João Antônio, e com seu filho Daniel Pedro, herdeiro do espólio, o acervo foi cedido e depositado na UNESP - Campus de Assis, cujos responsáveis foram os docentes Tania Celestino de Macêdo e João Luís Cardoso Tápia Ceccantini. A partir de 1999, a coordenação do acervo passou para a docente Ana Maria Domingues de Oliveira, que participou também da organização preliminar desse material, tornando-se responsável pelas pesquisas desenvolvidas a partir dele.

3. Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

Composto de documentos produzidos desde seu nascimento, em 1937, até sua morte, em 1996. Acervo bastante heterogêneo, pois nele se encontram correspondências pessoais, blocos de anotações, agendas, fotos, contratos de trabalho com editoras, coleções de revistas, recortes de jornais relacionados ao autor e suas obras, críticas, discos, originais de suas obras e textos, incluindo inéditos, alguns móveis que pertenceram ao escritor e sua biblioteca particular.

O acervo não possui ainda sua quantificação definitiva, pois a identificação sumária de parte dessa documentação está sendo realizada concomitantemente ao desenvolvimento de pesquisas pelos discentes da mesma universidade, nos níveis de graduação e pós-graduação, com a supervisão de técnicos do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa/CEDAP.

Estima-se que o acervo é composto por 50 metros lineares de documentação textual; cerca de 4000 livros sobre os mais variados títulos e assuntos, como: política, biografias, romances, poesia, crítica literária, ocultismo, música popular brasileira; cerca de 500 exemplares de periódicos diversos e aproximadamente 380 discos.

3.2 Sistema de Arranjo Em fase de elaboração

II DESCRIÇÃO DA SÉRIE

1. Área de Identificação

1.1 Código de referência BR CEDAP JA pr
 1.2 Título Pastas de Recortes
 1.3 Data 1950-1996
 1.4 Dimensão e suporte 66 pastas e 04 envelopes

2. Área de conteúdo e estrutura

2.1 Âmbito e conteúdo O conteúdo relacionado às “pastas de recortes” traz em sua maioria recortes de periódicos que, de alguma forma, discorrem sobre assuntos em torno da figura de João Antônio. Predominam artigos sobre sua figura como escritor e suas obras e as suas colaborações nos mais diversos periódicos.

Os recortes que informam sobre João Antônio e suas obras trazem, em sua maioria, entrevistas realizadas com ele e opiniões

críticas sobre seus lançamentos no mercado editorial. Alguns recortes referem-se também à sua participação em eventos nos mais diversos lugares do país, muitos deles tratando de suas conferências proferidas ao público estudantil. Ainda há alguns recortes, porém em menor quantidade, que trazem as opiniões de João Antônio sobre determinados assuntos.

Sua atuação como jornalista também se evidencia no conteúdo dessas pastas. Alguns recortes trazem seus artigos, crônicas e contos publicados ao longo de toda sua vida. Verifica-se nestas pastas a presença de uma grande quantidade de seus textos podendo ser tanto os originais datilografados como fotocópias.

Em menor quantidade as pastas também possuem outros documentos que não sejam recortes de periódicos. Além dos originais de textos já citados acima, há folderes, cartazes e programações sobre alguns eventos que contaram com a sua participação; convites para palestras e suas noites de autógrafos; bilhetes, telegramas e correspondências; algumas anotações relacionadas às suas publicações; fichas de orientação de leitura de algumas de suas obras; caricaturas de João Antônio feitas por alguns artistas; recibos de pagamentos por conferências realizadas ou colaboração em algum periódico; certificados de suas participações em eventos; currículos e dados sobre sua carreira literária; e alguns documentos relacionados à sua participação na TV Globo como: cessão de direitos; pautas da programação, recibos de viagens, entre outros.

2.2 Sistema de arranjo

Dividida em

III SUBSÉRIES

1. Títulos de Periódicos

- 1.1 Quantificação 20 pastas
- 1.2 Âmbito e conteúdo Além de recortes de jornais e revistas geralmente relacionados a esse título incluem alguns textos datilografados, que muitas vezes se referem a suas colaborações nesses periódicos específicos. Em sua maioria os recortes dispostos nessas pastas, incluindo sempre anotações e documentos complementares, referem-se a artigos, contos ou crônicas escritos por João Antônio para os periódicos a que o título se refere
- 1.3 Numeração das pastas 01, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 14, 15, 16, 21, 32, 36, 44, 45, 48, 50, 55, 61 e 62.

2. Títulos de Obras

- 2.1 Quantificação 20 pastas
- 2.2 Âmbito e conteúdo Composta por recortes sobre tudo o que foi publicado sobre João Antônio e sua produção literária nos mais diversos periódicos brasileiros desde a década de 1950 até a década de 1990, lembrando que a quantidade de recortes referentes à década de 1950 é pequena. A maioria desses recortes refere-se às décadas de 1970 e 1980 que correspondem ao auge da produção literária de João Antônio.
- 2.3 Numeração das pastas 02, 17, 18, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 38, 39, 52, 56, 57, 63, 65, 66 e 69.

3. Crítica

- 3.1 Quantificação 04 pastas e 04 envelopes
- 3.2 Âmbito e conteúdo Composta por recortes de críticas sobre João Antônio e sua produção literária, seguindo exatamente o critério cronológico definido em cada pasta.
- 3.3 Numeração das pastas 25, 42, 46 e 68.
- 3.4 Numeração dos envelopes 40, 47, 49 e 51.

4. Temas Específicos atribuídos pelo autor

- 4.1 Quantificação 04 pastas
- 4.2 Âmbito e conteúdo Composta por recortes e documentos relativos aos seguintes temas específicos: “Depois da Alemanha A partir de setembro de 1988” (pasta 60), “A quadratura do sol (pseudônimo Vesper)” (pasta 04), “Estar Estepe: Força e valor da Marginália de Deukrepe Nastenka” (pasta 34), “João Antônio Ferreira Filho” (pasta 41).

5. Sem referência de título

- 5.1 Quantificação 18 pastas
- 5.2 Âmbito e conteúdo Apresentam praticamente o mesmo conteúdo das outras subséries, com recortes sobre João Antônio e sua produção literária, recortes com suas colaborações em diversos periódicos, textos datilografados, algumas correspondências, entre outros materiais.
- 5.3 Numeração das pastas 03, 09, 10, 19, 20, 23, 26, 31, 37, 43, 53, 54, 58, 59, 64, 67 e 70.